

UNIP

UNIVERSIDADE PAULISTA

Homem e Sociedade

Autora: Profa. Ivy Judensnaider

Professora conteudista: Ivy Judensnaider

Graduada em Economia pela Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) em 1981, mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2004 e doutora no Programa de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora da UNIP no curso de Ciências Econômicas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J92h Judensnaider, Ivy.

Homem e Sociedade / Ivy Judensnaider. – São Paulo: Editora Sol, 2023.

140 p., il.

Nota: este volume está publicado nos Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ISSN 1517-9230.

1. Homem. 2. Cultura. 3. Sociedade. I. Título.

CDU 301

U517.01 – 23

Profa. Sandra Miessa
Reitora

Profa. Dra. Marília Ancona Lopez
Vice-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Marina Ancona Lopez Soligo
Vice-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Claudia Meucci Andreatini
Vice-Reitora de Administração e Finanças

Prof. Dr. Paschoal Laercio Armonia
Vice-Reitor de Extensão

Prof. Fábio Romeu de Carvalho
Vice-Reitor de Planejamento

Profa. Melânia Dalla Torre
Vice-Reitora das Unidades Universitárias

Profa. Silvia Gomes Miessa
Vice-Reitora de Recursos Humanos e de Pessoal

Profa. Laura Ancona Lee
Vice-Reitora de Relações Internacionais

Prof. Marcus Vinícius Mathias
Vice-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária

UNIP EaD

Profa. Elisabete Brihy
Profa. M. Isabel Cristina Satie Yoshida Tonetto
Prof. M. Ivan Daliberto Frugoli
Prof. Dr. Luiz Felipe Scabar

Material Didático

Comissão editorial:

Profa. Dra. Christiane Mazur Doi
Profa. Dra. Ronilda Ribeiro

Apoio:

Profa. Cláudia Regina Baptista
Profa. M. Deise Alcantara Carreiro
Profa. Ana Paula Tôrres de Novaes Menezes

Projeto gráfico:

Prof. Alexandre Ponzetto

Revisão:

Vera Saad
Ricardo Duarte

Sumário

Homem e Sociedade

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	7

Unidade I

1 O HOMEM I	9
1.1 As principais visões sobre a origem humana	9
2 O HOMEM II	30
2.1 O conceito de cultura através da história	30
3 A CULTURA I	36
3.1 A antropologia e o estudo da cultura: o senso comum e a ciência; a diversidade cultural e as culturas nacionais	38
4 A CULTURA II	51
4.1 As principais características da cultura como visão de mundo	51

Unidade II

5 A SOCIEDADE I	72
5.1 As relações étnico-raciais	72
6 A SOCIEDADE II	95
6.1 Etnocentrismo e relativismo cultural	95
7 A IDENTIDADE CULTURAL I	100
7.1 A globalização e o multiculturalismo	100
8 A IDENTIDADE CULTURAL II	110
8.1 A cultura como fator de coesão e de conflito no mundo contemporâneo	110

APRESENTAÇÃO

Prezado aluno,


Neste livro-texto discutiremos o conceito antropológico de cultura, a origem da espécie humana e a complexidade do conceito de cultura (tanto do ponto de vista do senso comum quanto do científico). Debateremos, ainda, a importância da diversidade cultural, investigaremos as relações étnico-raciais e refletiremos a respeito da inclusão social e das fronteiras nacionais.

Como principais objetivos, pretendemos oportunizar a compreensão da antropologia como uma ciência que se caracteriza por considerar o ser humano em sua diversidade. Isso requer que apreendamos, de forma crítica, o ser humano em sua relação com a herança cultural e as constantes transformações da sociedade, bem como implica a interpretação da realidade social como um processo de contato com as diferenças. Para atingir esses objetivos, a disciplina buscará o desenvolvimento de algumas competências e habilidades, entre elas: a) capacidade de conhecer o significado da cultura e suas implicações na construção e transformação das relações sociais; b) capacidade de interpretar aspectos significativos das ações individuais e coletivas com senso crítico e analítico; c) capacidade de entender o cidadão como construtor e transformador da realidade social e das relações interpessoais no trabalho e na família; d) capacidade de promover estratégias de combate aos preconceitos étnico-raciais e de construção da identidade cultural; e) capacidade de ler e interpretar textos e comunicações orais através dos meios convencionais e eletrônicos; f) capacidade de realizar levantamento de informação bibliográfica através dos meios convencionais e eletrônicos; g) capacidade de expressar o pensamento de forma clara, coerente e concisa.

INTRODUÇÃO

Este livro-texto está dividido em duas unidades. Em cada uma delas você encontrará:

- textos explicativos que elucidam a matéria;
- resumos do conteúdo estudado;
- exercícios comentados;
- a seção saiba mais, em que indicamos filmes e livros que, de alguma forma, complementam os temas investigados; não deixe de explorar essas sugestões: garantimos que você ampliará seu conhecimento sobre os temas apresentados e que essa ampliação será extremamente útil, não apenas na questão específica da disciplina, mas na sua vida profissional;
- lembretes que trazem anotações pontuais que o remetem a alguma informação já conhecida;
- observações que apresentam apontamentos que chamam sua atenção para algum ponto que merece ser destacado sobre o assunto em desenvolvimento – são recursos que reforçam algumas questões que quisemos salientar.



Na unidade I, você será apresentado ao conceito de cultura, às abordagens antropológicas para que se possa conhecer a cultura do outro e a alguns aspectos específicos da cultura brasileira.

Na unidade II, você será apresentado a questões referentes às relações étnico-raciais, ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Finalmente, discutiremos o papel da cultura no mundo globalizado, tanto como fator de coesão quanto de conflito.

Unidade I

1 O HOMEM I

1.1 As principais visões sobre a origem humana

No filme *O planeta dos macacos: a origem* (2011), um químico busca encontrar a cura para o Alzheimer, doença que degrada as funções cerebrais. A droga por ele desenvolvida não é capaz de curar a doença nos humanos, mas tem um efeito inesperado em símios: ela provoca uma mutação que os transforma em seres inteligentes. César, um dos macacos infectados, percebe a situação de opressão e submissão à qual os símios estão expostos e, depois de roubar a droga no laboratório, faz uso dela para infectar os macacos do zoológico. Ao final, os símios se escondem numa reserva florestal. Ao se despedir do amigo humano, César revela que já sabe falar.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme:

O PLANETA dos macacos: a origem. Direção: Rupert Wyatt. Estados Unidos: Fox Film do Brasil, 2011. 105 min.

Caso você se interesse pelo tema, recomendamos revisitar os filmes que, com base no livro *La planète des singes* (1963), o mesmo no qual a versão de 2011 se apoia, foram produzidos entre 1970 e 1973. Você poderá achar curiosas as semelhanças e diferenças entre essas versões, distantes 50 anos uma da outra.

BOULLE, P. *La planète des singes*. Paris: Julliard, 1963.

A BATALHA do planeta dos macacos. Direção: J. Lee Thompson. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1973. 93 min.

DE VOLTA ao planeta dos macacos. Direção: Ted Post. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1970. 95 min.

Há várias questões interessantes que o filme nos permite abordar. A primeira diz respeito à origem da própria espécie humana: surgimos no mundo por acaso ou como resultado da obra de alguém superior? No caso do filme, o químico é responsável pelo surgimento da inteligência nos

símios: podemos afirmar termos sido criados por um outro ser ou nossa evolução ocorreu de forma natural e seletiva?

Outra questão interessante é o fato de que, no filme, a apropriação da linguagem marca um novo estágio de desenvolvimento dos símios. De fato, a linguagem capaz de reproduzir o presente, o passado e o futuro é exclusiva da espécie humana. Não há outra espécie que se comunique de forma estruturada e que deixe registros para as gerações posteriores, transmitindo valores, histórias e conhecimento para os seus descendentes. Assim, não se trata apenas de um indivíduo falar, mas de essa habilidade ser reproduzida no mundo social em que ele vive, por meio de interações sociais que ele realiza com seus pares e com o ambiente.

Nesse primeiro instante, vamos focar na questão da origem da vida. De forma simplificada, as explicações sobre o princípio de tudo estão organizadas em três grandes grupos: no criacionismo prevalece o texto da Bíblia, principal fonte do conhecimento das religiões cristãs e judaicas; no evolucionismo, assumem-se como corretas as teorias de Darwin a respeito da origem das espécies por meio da evolução e da seleção natural; no terceiro, buscam-se explicações que possam oferecer alternativas às científicas, em especial por meio de um modelo de design inteligente.



Observação

O modelo de design inteligente tem como base a criação do mundo não como resultado do acaso, mas da ação de um princípio superior, criador e organizador. Este modelo é tido pela comunidade científica como pseudocientífico, já que não permite o falseamento de suas conclusões.

Segundo os criacionistas (há diferenças entre os vários grupos criacionistas em função do quão literalmente ou não eles realizam a leitura do texto bíblico), o Gênesis bíblico, nos seus primeiros 27 versículos, explica, corretamente, a origem do mundo e da vida humana da seguinte forma:

No princípio Deus criou os céus e a terra.

Era a terra sem forma e vazia; trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.

Disse Deus: "Haja luz", e houve luz.

Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas.

Deus chamou à luz dia, e às trevas chamou noite. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o primeiro dia.

Depois disse Deus: "Haja entre as águas um firmamento que separe águas de águas".

Então Deus fez o firmamento e separou as águas que estavam embaixo do firmamento das que estavam por cima. E assim foi.

Ao firmamento Deus chamou céu. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o segundo dia.

E disse Deus: "Ajuntem-se num só lugar as águas que estão debaixo do céu, e apareça a parte seca". E assim foi.

À parte seca Deus chamou terra, e chamou mares ao conjunto das águas. E Deus viu que ficou bom.

Então disse Deus: "Cubra-se a terra de vegetação: plantas que deem sementes e árvores cujos frutos produzam sementes de acordo com as suas espécies". E assim foi.

A terra fez brotar a vegetação: plantas que dão sementes de acordo com as suas espécies, e árvores cujos frutos produzem sementes de acordo com as suas espécies. E Deus viu que ficou bom.

Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o terceiro dia.

Disse Deus: "Haja luminares no firmamento do céu para separar o dia da noite. Sirvam eles de sinais para marcar estações, dias e anos, e sirvam de luminares no firmamento do céu para iluminar a terra". E assim foi.

Deus fez os dois grandes luminares: o maior para governar o dia e o menor para governar a noite; fez também as estrelas.

Deus os colocou no firmamento do céu para iluminar a terra, governar o dia e a noite, e separar a luz das trevas. E Deus viu que ficou bom.

Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o quarto dia.

Disse também Deus: "Enchem-se as águas de seres vivos, e sobre a terra voem aves sob o firmamento do céu".

Assim Deus criou os grandes animais aquáticos e os demais seres vivos que povoam as águas, de acordo com as suas espécies; e todas as aves, de acordo com as suas espécies. E Deus viu que ficou bom.

Então Deus os abençoou, dizendo: "Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem as águas dos mares! E multipliquem-se as aves na terra".

Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o quinto dia.

E disse Deus: "Produza a terra seres vivos de acordo com as suas espécies: rebanhos domésticos, animais selvagens e os demais seres vivos da terra, cada um de acordo com a sua espécie". E assim foi.

Deus fez os animais selvagens de acordo com as suas espécies, os rebanhos domésticos de acordo com as suas espécies, e os demais seres vivos da terra de acordo com as suas espécies. E Deus viu que ficou bom.

Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão".

Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou (GÊNESIS 1:1-27).

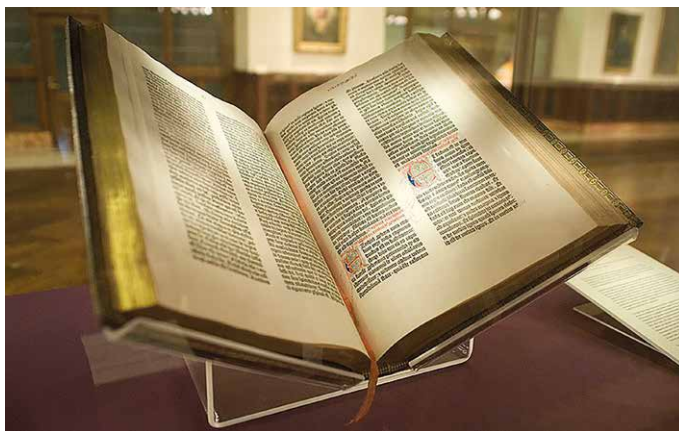


Figura 1 – Segundo as narrativas religiosas, não havia nada antes deste ser, Deus. Ele existe, desde sempre, sem que qualquer outro ente ou força o tenha criado, e a criação do mundo é resultado único e exclusivo de sua vontade. Ele é o princípio e o agente único

Disponível em: <https://bit.ly/3DfsUVz>. Acesso em: 28 out. 2022.

Para os criacionistas, um ser divino e superior criou o mundo e todas as criaturas que nele vivem, incluindo o homem e a mulher. Tal tarefa foi realizada de acordo com o que ele, esse ser superior, considerou bom. A mais importante crítica a essa explicação surgiu no século XIX, com a obra do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). Sua principal obra, *A origem das espécies*, foi desenvolvida a partir de duas ideias básicas: 1) os seres vivos descendem de um ancestral comum; 2) a evolução ocorreu como resultado de um processo de seleção natural, no qual sobreviveram os indivíduos mais capazes de se adaptar às condições do ambiente. Por meio do estudo de rochas e fósseis de plantas e animais, Darwin ofereceu uma explicação para a origem do mundo que contrastava com aquela oferecida pelo repertório religioso.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *A criação* (2009), que narra alguns dos problemas enfrentados por Darwin ao escrever sua obra máxima, *A origem das espécies*.

A CRIAÇÃO. Direção: Jon Ameil. Reino Unido: BBC Films, 2009. 108 min.

Evidentemente, Darwin não foi o primeiro a realizar conjecturas que diferiam do texto bíblico: antes dele, por exemplo, o naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) desenvolveu uma teoria cujas ideias centrais são: a) a tendência ao aumento da complexidade e da perfeição em termos do processo evolutivo; b) a transmissão hereditária de características. De acordo com esse modelo de herança dos caracteres adquiridos, os caracteres que mais beneficiavam os indivíduos eram transmitidos para as gerações seguintes.

Nos dias de hoje, Lamarck aparece nos livros de biologia apenas como pretexto para mostrar que determinadas ideias se provaram "erradas". No entanto, embora a teoria dos caracteres adquiridos tenha sido rejeitada em tempos posteriores, é inegável sua contribuição para a compreensão do fenômeno da evolução das espécies. Em especial, ele introduziu a ideia de o organismo adaptar-se ao seu meio, aperfeiçoando-se. Ele mostrou, ainda, que o mundo era imperfeito, embora criado por Deus: algumas espécies haviam deixado de existir, tal como provavam os fósseis encontrados, ou seja, não havia nada que provasse um modelo fixista de criação do mundo.

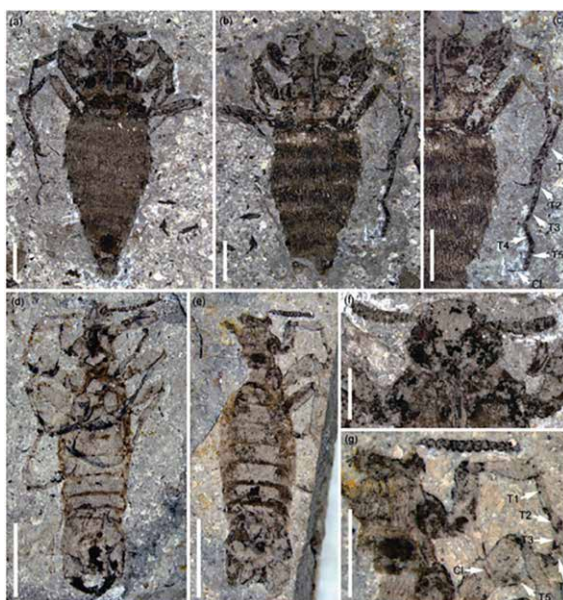


Figura 2 – A existência de fósseis provava que os seres não haviam sido criados por Deus de forma perfeita e imutável. Alguns haviam desaparecido e outros haviam se modificado

Para Lamarck, os caracteres mais utilizados tendiam a se aperfeiçoar: por exemplo, as girafas teriam desenvolvido pescoço grande para alcançar mais facilmente alimentos; essa característica teria sido, depois, transmitida às gerações futuras. Darwin, por sua vez, propôs uma ideia distinta da de Lamarck. De forma simplificada, o darwinismo explicaria o pescoço das girafas da seguinte maneira: girafas com pescoço grande alcançavam alimento com mais facilidade e tendiam a sobreviver, ao contrário das girafas com pescoço pequeno. Em outras palavras, não havia aperfeiçoamento e transmissão de características "mais favoráveis": os indivíduos que não possuíam as características mais favoráveis eram naturalmente eliminados.

A teoria de Darwin tornou-se hegemônica e é a partir dela que a ciência trata a questão da evolução das espécies. Segundo esse modelo, o ser humano é um *Homo sapiens*, da espécie *sapiens* (sábia) do gênero *Homo* (homem). Segundo o historiador e filósofo israelense Harari (2018, p. 9-11),

o *Homo sapiens* guardou um segredo ainda mais perturbador. Não só temos inúmeros primos não civilizados, como um dia também tivemos irmãos e irmãs. Costumamos pensar em nós mesmos como os únicos humanos, pois, nos últimos 10 mil anos, nossa espécie de fato foi a única espécie humana a existir. Porém, o verdadeiro significado da palavra humano é "animal pertencente ao gênero *Homo*", e antes havia várias outras espécies desse gênero além do *Homo sapiens* [...]. Para melhor explicar este ponto, usarei o termo "sapiens" para designar membros da espécie *Homo sapiens*, ao passo que reservarei o termo "humano" para me referir a todos os membros do gênero *Homo*. Os humanos surgiram na África Oriental há cerca de 2,5 milhões de anos, a partir de um gênero anterior de primatas chamado *Australopithecus*, que significa "macaco do Sul". Por volta de 2 milhões de anos atrás, alguns desses homens e mulheres arcaicos deixaram sua terra natal para se aventurar e se assentar em vastas áreas da África do Norte, da Europa e da Ásia. Como a sobrevivência nas florestas nevadas do norte da Europa requeria características diferentes das necessárias à sobrevivência nas florestas úmidas da Indonésia, as populações humanas evoluíram em direções diferentes. O resultado foram várias espécies distintas, a cada uma das quais os cientistas atribuíram um nome latino pomposo. Os humanos na Europa e na Ásia Ocidental deram origem ao *Homo neanderthalensis* ("homem do vale do Neander"), popularmente conhecidos como "neandertais". Os neandertais, mais robustos e mais musculosos do que nós, *sapiens*, estavam bem adaptados ao clima frio da Eurásia ocidental da era do gelo. As regiões mais ocidentais da Ásia foram povoadas pelo *Homo erectus*, "Homem ereto", que sobreviveu na região por quase 1,5 milhão de anos, sendo a espécie humana de maior duração.

[...] Na ilha de Java, na Indonésia, viveu o *Homo soloensis*, "homem do vale do Solo", que estava adaptado para a vida nos trópicos. Em outra ilha indonésia – a pequena ilha de Flores –, humanos arcaicos passaram por um processo que levou ao nanismo. Os humanos chegaram pela primeira

vez à ilha de Flores quando o nível do mar estava excepcionalmente baixo, facilitando o acesso à ilha a partir do continente. Quando o nível do mar voltou a subir, algumas pessoas ficaram presas na ilha, que era pobre em recursos. As pessoas grandes, que necessitavam de muita comida, morriam primeiro. Os indivíduos menores tinham muito mais chances de sobrevivência. Com o passar das gerações, as pessoas de Flores se tornaram anãs. Essa espécie única, conhecida pelos cientistas como *Homo floresiensis*, chegava a uma altura máxima de apenas um metro e pesava não mais de 25 quilos. Ainda assim, era capaz de produzir ferramentas de pedra e ocasionalmente conseguia abater alguns dos elefantes da ilha – embora, a bem da verdade, os elefantes também fossem uma espécie diminuta. Em 2010, outro irmão perdido foi resgatado do esquecimento, quando cientistas, escavando a caverna de Denisova, na Sibéria, descobriram um osso de dedo fossilizado. A análise genética comprovou que o dedo pertencia a uma espécie humana até então desconhecida, que foi denominada *Homo denisova*. Sabe-se lá quantos de nossos parentes perdidos estão esperando para serem descobertos em outras cavernas, em outras ilhas e em outros climas.

Enquanto esses humanos evoluíam na Europa e na Ásia, a evolução na África Oriental não parou. O berço da humanidade continuou a nutrir numerosas espécies novas, como o *Homo rudolfensis* ("homem do lago Rudolf"), o *Homo ergaster* ("homem trabalhador") e, finalmente, nossa própria espécie, que, sem modéstia alguma, denominamos *Homo sapiens* ("homem sábio"). Alguns membros de algumas dessas espécies eram gigantes, e outros, diminutos. Alguns eram caçadores destemidos, e outros, dóceis coletores de plantas. Alguns viviam em uma única ilha, ao passo que muitos perambulavam por continentes. Mas todos pertenciam ao gênero *Homo*. Eram seres humanos. É uma falácia comum conceber essas espécies como dispostas em uma linha reta de descendência, com os *ergaster* dando origem aos *erectus*, os *erectus* dando origem aos neandertais e os neandertais dando origem a nós. Esse modelo linear dá a impressão equivocada de que, em determinado momento, apenas um tipo de humano habitou a Terra e de que todas as espécies anteriores foram meros modelos mais antigos de nós mesmos. A verdade é que, de aproximadamente 2 milhões de anos a 10 mil anos atrás, o mundo foi habitado por várias espécies humanas ao mesmo tempo. E por que não? Hoje há muitas espécies de raposas, ursos e porcos. O mundo de 100 mil anos atrás foi habitado por pelo menos seis espécies humanas diferentes.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *A guerra do fogo* (1981), que narra a luta pelo controle do fogo no mundo paleolítico. Alguns antropólogos criticam o filme por ele colocar como simultâneas tribos humanas em diferentes estágios de desenvolvimento. No entanto, apesar das críticas, vale a pena acompanhar os esforços do cineasta para compor uma narrativa para a evolução do ser humano.

A GUERRA do fogo. Direção: Jean-Jacques Annaud. França; Canadá; Estados Unidos, 1981. 100 min.



Homo sapiens

Homo neanderthalensis

Figura 3 – Segundo Harari (2018, p. 11), “hoje há muitas espécies de raposas, ursos e porcos. O mundo de 100 mil anos atrás foi habitado por pelo menos seis espécies humanas diferentes”

Disponível em: <https://bit.ly/3Ekbd7X>. Acesso em: 25 out. 2022.

Nas últimas décadas, pensadores críticos ao darwinismo (entre eles, muitos religiosos) vêm buscando uma alternativa explicativa para a origem do mundo e da espécie humana. Essa alternativa estaria materializada na ideia de design inteligente; nesses termos, o mundo teria sido criado por um princípio organizador e superior. A principal defesa da proposta de design inteligente argumentaria que era impossível a criação de seres tão complexos por acaso, sem a interferência de um planejador. Para os adeptos do design inteligente, não haveria evolução capaz de dar conta de tamanha diversidade; assim,

a complexidade do mundo só poderia ser explicada caso fosse aceita a ideia de interferência e condução na criação do universo.

O número de pessoas que acreditam na proposta de design inteligente tem crescido de forma surpreendente, talvez porque esse modelo não entre em conflito com o texto bíblico. Exatamente por essa razão, essa proposta tem sido alvo de crítica dos cientistas, que atribuem ao modelo o status de pseudociência: não há como atribuir o status de ciência a postulados ou teorias que não possam ser verificados, ou seja, a experiência precisa provar que estes são ou não verdadeiros. E, mesmo levando em consideração que muito do que se pensa em ciência ainda não foi comprovado, a possibilidade de que isso possa ocorrer é o que afirma ou não o caráter científico de uma proposição.

Alguns acreditam que o surgimento da corrente que defende o design inteligente tenha surgido como uma tentativa de reduzir o ruído entre o criacionismo e o evolucionismo; entretanto, para outros, a mensagem dessa corrente parece contraditória, já que ela busca responder, no campo da ciência, a uma pergunta que não tem respostas nesse campo, mas tão somente no da fé. Assim, segundo Martins (2001), o modelo do design inteligente não tem qualquer semelhança com outras discussões na comunidade científica sobre as ideias de Darwin. Em geral, essas discussões fazem uso de evidências paleontológicas para rebater algumas conclusões de *A origem das espécies*; em contraponto, o modelo do design inteligente coloca-se contra o darwinismo, não apenas manifestando discordância em relação a partes do texto darwinista. O modelo do design inteligente

decreta a inteira falência do darwinismo e em seu lugar apresenta uma versão sofisticada da teoria bíblica exposta no livro do Gênesis. O planejador, ou falando mais explicitamente, Deus, tem suas razões insondáveis e não cabe a nós, mortais, questionar seus últimos desígnios. Eis aqui a matriz da concepção criacionista, que invoca agora conceitos da bioquímica para justificar uma antiga ideia. Resultado deste procedimento é que nós, seres humanos, passamos a ser não mais o resultado de um lento devir filogenético que teve momentos imprevisíveis em seu transcurso, mas sim o produto supremo de um planejamento inteligente, que poderia ser atestado mesmo no âmbito da complexidade celular (MARTINS, 2001, p. 745).

O biólogo britânico Richard Dawkins (1941-), um expoente do ateísmo e crítico do criacionismo e do design inteligente, rechaça a ideia de que um ser superior, organizador e planejador, seja o responsável pela criação do mundo. Para ele,

a despeito de todas as aparências, os únicos relojoeiros da natureza são as forças cegas da física, ainda que atuem de um modo muito especial. Um verdadeiro relojoeiro possui antevisão: ele projeta suas molas e engrenagens e planeja suas conexões imaginando o resultado final com um propósito em mente. A seleção natural, o processo cego, inconsciente e automático que Darwin descobriu e que agora sabemos ser a explicação para a existência e para a forma aparentemente premeditada de todos os seres vivos, não tem nenhum propósito em mente. Ela não tem nem

mente nem capacidade de imaginação. Não planeja com vistas ao futuro. Não tem visão nem antevisão. Se é que se pode dizer que ela desempenha o papel de relojoeiro da natureza, é o papel de um relojoeiro cego (DAWKINS, 1986, p. 11).



Figura 4 – Para Dawkins, se houver um relojoeiro por trás da construção do mundo, ele deve ser cego. A construção de algo requer um objetivo a ser atingido: como construir um mundo sem a clareza da sua finalidade?

Disponível em: <https://bit.ly/3fsKxct>. Acesso em: 31 out. 2022.

Dawkins retoma, ainda, a objeção dos criacionistas à ideia de seleção: segundo os criacionistas, seria improvável que tamanha complexidade (do mundo e dos seres) fosse obra do acaso, combinações ocorrendo de forma aleatória e resultando em "obras tão perfeitas". No entanto, Dawkins afirma ser essa uma interpretação muito rasa da teoria de Darwin: não há acaso, mas sim transformações lentas e sucessivas.

Vimos como é esmagadoramente improvável que os seres vivos, com seu primoroso "design", tenham surgido por acaso. Mas então como foi que vieram a existir? A resposta a resposta de Darwin – é que ocorreram transformações graduais, passo a passo, de um início simples, de entidades primordiais suficientemente simples para terem surgido por acaso. Cada mudança sucessiva no processo evolutivo gradual foi simples o bastante, relativamente à mudança anterior, para ter acontecido por acaso. Mas a sequência integral dos passos cumulativos não constitui absolutamente

um processo aleatório, considerando a complexidade do produto final em comparação com o ponto de partida original, o processo cumulativo é dirigido pela sobrevivência não aleatória (DAWKINS, 1986, p. 48).

Falamos, inicialmente, que a divisão de correntes a respeito da origem da vida em três grandes grupos traduzia certa simplicidade na análise da questão. Afinal, há diálogos entre esses grupos. Por exemplo, Brooke e Numbers (2011), estudiosos das relações entre ciência e religião, afirmam que os diálogos entre as vertentes dessas duas áreas do conhecimento foram marcados por momentos de tensão, de resistência ou de hibridização. Como exemplo de tensão e resistência, os autores identificam a reação dos astrônomos chineses quando em contato com a cultura ocidental: para os primeiros, era inexplicável que os ocidentais mostrassem tamanha indiferença com relação às possíveis conexões entre eventos da natureza e o destino do homem. Outros exemplos são a indiferença da cultura muçulmana em relação à astronomia europeia e o panteísmo de Spinoza (1632-1677), que entrou em choque tanto com a cultura cristã da época quanto com a judaica.

Sobre a hibridização, ou seja, a mescla de vários saberes, Brooke e Numbers (2011) consideram-na representada, por exemplo, pelos seguintes fenômenos: a adoção dos numerais hindus pelos matemáticos muçulmanos; a transmissão de saberes médicos e de astronomia entre a Índia e o islã; a disseminação dos ideais científicos na Índia pós-independência, tanto para fins de desenvolvimento quanto para efeito de erradicação da pobreza; a preservação da cultura grega pelos árabes; o diálogo entre islã, judaísmo e cristianismo nos séculos IX a XI; as contribuições da cultura muçulmana nas áreas da cartografia, geografia e astronomia; a Haskalah, forma de iluminismo judaico que se disseminou na Alemanha no século XVIII.

Diferentemente da mescla ou hibridização de saberes, Brooke e Numbers (2011) também identificaram algumas relações ambíguas entre ciência e religião, em geral representadas por situações de acomodação. São exemplos disso as reações às ideias de Darwin nos ambientes científicos e religiosos: para alguns pensadores cristãos, o darwinismo não se opunha ao cristianismo de maneira radical (já que considerava a possibilidade de uma ancestralidade comum e de um processo de evolução como superação do sofrimento); para os budistas, era visível uma analogia entre a teoria da seleção natural e o crescimento e o desenvolvimento espiritual como movimento de evolução. A mesma receptividade positiva surgiu na comunidade religiosa judaica, já que, para a cabala, o misticismo do judaísmo, Darwin nada mais fazia senão reconhecer a associação entre o texto sagrado e sua teoria de evolução, que incluía a ideia da criação do homem a partir da matéria inanimada.

No que diz respeito ao cenário brasileiro no qual essa discussão ocorre, é importante lembrar que a ineficácia do Estado em prover seus cidadãos daquilo que lhes é essencial para a vida abriu espaço, de certa forma, para o crescimento das igrejas cristãs no nosso território.

É nesta vacância de um projeto político efetivamente transformador que se instala uma pregação religiosa que promete aos homens aquilo que eles hoje simplesmente não dispõem: uma vida digna que transcorra sob uma lei efetivamente democrática (MARTINS, 2004).

Embora essas igrejas tenham obtido sucesso naquilo que o Estado fracassou (em especial no que diz respeito à assistência social a grupos vulneráveis), vários acontecimentos apontam para a existência de um substrato profundamente autoritário em certas ações de algumas dessas igrejas (e que se traduzem na intolerância em relação a outros cultos ou vertentes religiosas, ao mesmo tempo que se apoiam no projeto evangelizador, de conversão de todos a uma única verdade). É certo que a expansão das igrejas cristãs no mundo e, em particular no Brasil, acirrou o debate entre criacionistas e evolucionistas. Afinal, "diversas denominações religiosas cristãs, sobretudo as mais recentes, defendem posições rigidamente antagônicas ao evolucionismo, justificando-se na leitura 'palavra por palavra' da Bíblia, em especial do Antigo Testamento" (BIZZO, 2013, p. 306).

Isso equivale a dizer que o confronto é tanto maior quanto mais literal for a leitura do texto bíblico: há os que interpretam a Bíblia como fruto da criação humana e da necessidade de o ser humano compreender o mundo, e há aqueles que acreditam que a Bíblia não foi escrita por homens sob inspiração divina, mas que contém a própria palavra de Deus. "Mais do que um jogo de palavras, isso significa que ela contém a revelação do mundo à humanidade" (BIZZO, 2013, p. 316). Além disso, é importante mencionar que, pelo fato de o crescimento do cristianismo no Brasil estar ligado, também, ao crescimento do conservadorismo político, há que se considerar que o debate entre criacionistas e evolucionistas certamente não envolve apenas a questão da origem do mundo e da vida: a polarização política acirrou o conflito entre os grupos criacionistas e evolucionistas e, nesse contexto, Darwin tornou-se o símbolo do materialismo e do ateísmo que os criacionistas devem combater. Segundo Matos (2015, p. 92),

a partir de Darwin a evolução se estabelece como um fato aceito por muitas comunidades intelectuais na cultura moderna. Com o progresso das ciências biológicas e dos estudos da cultura humana no passado remoto, chegou-se no século XX a uma síntese da teoria evolutiva, fortalecida por áreas de estudo como a genética e a paleontologia. Diversos campos do conhecimento se desenvolvem a partir da admissão da evolução como fato, e não somente como uma especulação. Esta admissão passa a incluir como efeito da evolução o próprio ser humano e a cultura, o que provocou forte reação contrária nos meios científicos e religiosos, reunindo os antievolucionistas de diversas vertentes em torno de um inimigo comum: a teoria da seleção natural, baseada na regra da sobrevivência do mais adaptado. A razão disso é que entre os próprios defensores da evolução a corrente predominante é a que se agrega em torno do darwinismo, e então ser antievolucionista, em grande medida, passa a significar uma negação do darwinismo e de seus tributários na cultura contemporânea.



Saiba mais

A questão tornou-se um verdadeiro campo de disputa, em especial no contexto da educação. Segundo Martins (2001), em 1999, as autoridades da área de educação no Kansas (Estados Unidos) resolveram incluir o modelo criacionista nos seus currículos escolares. "Tal decisão, que vale desde o que corresponderia ao nosso ensino básico até o final do segundo grau, constitui mais um capítulo de uma antiga disputa que opõe os defensores da criação divina (criacionistas) aos evolucionistas" (MARTINS, 2001, p. 740).

Acerca desta disputa no campo da educação, sugerimos que você assista ao filme *O vento será tua herança* (1999). Quarta refilmagem a respeito do julgamento Estado do Tennessee versus John Thomas Scopes, de 1925, o filme narra o conflito entre as instituições educacionais americanas contrárias ao evolucionismo e um professor que resolve discutir *A origem das espécies* com seus alunos. O julgamento foi um marco na história americana, inclusive (ou principalmente) por ter provocado uma imensa revisão do sistema educacional americano. As outras versões cinematográficas foram realizadas em 1960, 1965 e 1988.

O VENTO será tua herança. Direção: Daniel Petrie. Estados Unidos, 1999. 113 min.

Religião e ciência são criações humanas e, dessa forma, são culturalmente produzidas: cada uma funciona dentro da sua própria lógica; essas lógicas só podem ser consideradas complementares nos casos em que ideias transitam de uma para a outra respeitando-se as diferenças entre elas. Evidente que parece reconfortante imaginar que exista uma única verdade: no mundo em que vivemos, repleto de fome, miséria e violência, a perspectiva de poder explicar tudo a partir de uma única ideia é muito atraente.

Com efeito, os homens são seres que não apenas criam, mas também reagem ao mundo em que vivem. Homens e mulheres diferentes reagirão de forma peculiar a uma realidade sentida como ameaçadora. No caso aqui em foco, o crescimento de uma procura religiosa é bastante sintomático de uma situação particularmente difícil de ser enfrentada: trata-se da procura de uma linguagem para lidar com aquilo que mais provoca mal-estar no cotidiano dos homens. Assim é que o criacionismo é claramente reativo: ele responde a uma certa situação que é vivida como ameaçadora. Postula o retorno a uma cosmologia onde tudo encontra o seu devido lugar (MARTINS, 2004).

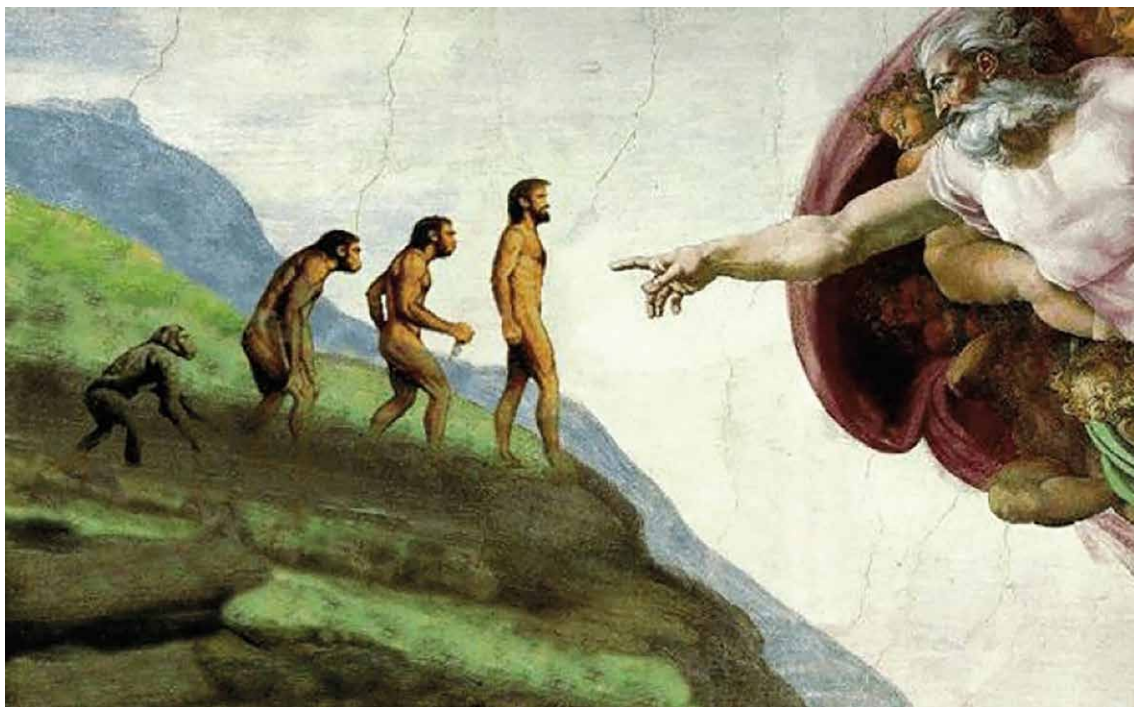


Figura 5 – Em relação ao criacionismo e ao evolucionismo, Matos (2015, p. 91) afirma: "ambos os termos são entendidos aqui como visões cosmológicas que, em grande medida, se opõem mutuamente"

Disponível em: <https://bit.ly/3U8R2jg>. Acesso em: 28 out. 2022.



Saiba mais

Segundo Matos (2015, p. 97), "estas duas negações [criacionismo e evolucionismo] se afetam e se opõem mutuamente, ficando a validade de uma dependente do descrédito da outra". Para estimular o debate, o autor, ao final do artigo, apresenta uma bibliografia anticriacionista e outra antievolucionista, em meio impresso e digital. Caso você se interesse pelo assunto, recomendamos visitar essas referências pelo link a seguir:

MATOS, J. C. As mútuas negações do criacionismo e do evolucionismo: suas origens e efeitos na cultura contemporânea. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão/UFS, n. 1, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Ds4ucK>. Acesso em: 25 out. 2022.

Vamos retomar o filme *O planeta dos macacos: a origem* (2011). Como falamos anteriormente, o filme nos permite, ao menos, duas reflexões importantes: a primeira, sobre a origem da vida; a segunda, sobre o desenvolvimento da linguagem e de tudo que nos define como uma espécie singular na natureza.

Enquanto César é capaz de falar em função de o seu processo de evolução ter se acelerado por causa de uma droga, nós, humanos, fomos desenvolvendo capacidades ao longo de um tempo imensamente grande e, em boa parte, como consequência de como enfrentamos os desafios do ambiente. Nessa luta pela sobrevivência, restaram os mais capazes de se adaptar à fome, à luta contra outras espécies, às limitações geográficas etc. Além disso, cada povo, como resultado dos desafios que teve que enfrentar, desenvolveu comportamentos específicos e diferenciados.



Lembrete

Em *O planeta dos macacos: a origem* (2011), César ultrapassa o limite que separa os animais dos humanos quando demonstra ser capaz de se comunicar por meio da linguagem. Em contrapartida, no filme *A guerra do fogo* (1981), essa diferenciação ocorre com a conquista do fogo e com a capacidade de rir. De fato, o riso – ou como alegria, ou como manifestação de felicidade – é uma característica exclusiva dos humanos.

Chamaremos de cultura esses modos e comportamentos, reunindo, dessa forma, tudo aquilo que nos identifica: tradições, linguagens, hábitos, crenças, modos de se alimentar, de criar os filhos, de casar, de lidar com a morte e com a vida. A pergunta que nos orientará a partir daqui será a seguinte: o que nos levou – e o que nos leva – a desenvolver essas formas específicas de comportamento? O que define nossa maneira de ser? O que nos leva a ser como somos?

De forma bastante irônica, as ideias de Darwin inspiraram inúmeras concepções que não tinham qualquer relação com a sua teoria. Em grande parte, esse fenômeno resultou da maneira equivocada com que a teoria darwiniana foi interpretada: Darwin nunca disse que os melhores haviam sido selecionados; ele afirmou que sobreviveram os que melhor se adaptaram. Isso significa dizer que, em certos grupos, os indivíduos mais fortes podem ter perecido e os mais fracos sobrevivido em função da pouca disponibilidade de alimento; indivíduos com menos altura podem ter sobrevivido por terem mais facilidade para escapar de predadores, enquanto os mais altos podem ter perecido.

As formas como os pensadores posteriores a Darwin interpretaram suas ideias geraram várias concepções curiosas, que, provavelmente, Darwin não teria endossado na totalidade. Por exemplo, o darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903), seu principal pensador, defendeu a ideia de que a aplicação da teoria da seleção natural ao desenvolvimento da sociedade justificava a construção de uma hierarquia entre sociedades e etnias. Os mais aptos (supostamente mais inteligentes e fortes) estariam determinados a sobreviver, enquanto outros grupos mais frágeis desapareceriam.

É importante mencionar que o contexto em que Spencer viveu favoreceu a construção dessa hierarquia: ao tempo do imperialismo da Europa no século XIX, povos "inferiores" das Américas, Ásia, África e Oriente foram tidos como colonizáveis; aliás, eles deixariam de ser inferiores à medida que absorvessem a cultura ocidental. Tal proposta não resultava apenas da teoria darwiniana, mas também do positivismo comtiano, que pregava uma ordem natural de progresso no mundo e nos indivíduos: da mesma forma que os seres vivos haviam se tornado cada vez mais complexos, o mesmo ocorria

com as sociedades. Se havia um vetor de progresso no desenvolvimento social, nada mais provável que as sociedades mais primitivas representassem um estágio menos avançado de desenvolvimento em comparação com as sociedades ocidentais, vistas como mais desenvolvidas.



Observação

Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês tido como fundador da física social, a sociologia. Suas principais ideias giravam em torno do conceito de progresso: da mesma forma que o conhecimento havia superado os estágios da religiosidade e da filosofia e alcançado o modelo positivo (científico), as sociedades também superariam estágios de subdesenvolvimento até alcançarem o patamar das sociedades mais avançadas.

A influência da revolução darwiniana fez-se presente nas formas a partir das quais, historicamente, elaboraram-se explicações que permitissem compreender as diferenças entre grupos sociais. Como afirma Laraia (2001, p. 17),

são velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a "raças" ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avaros e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses.

A concepção de que a biologia seria capaz de explicar as diferenças entre povos, em especial no tocante às suas habilidades e inteligências, teve o seu ápice com as abordagens eugênicas e, mais tarde, com as políticas de aniquilação de populações que não possuíam as marcas de uma suposta superioridade, tal como ocorreu na Alemanha nazista.

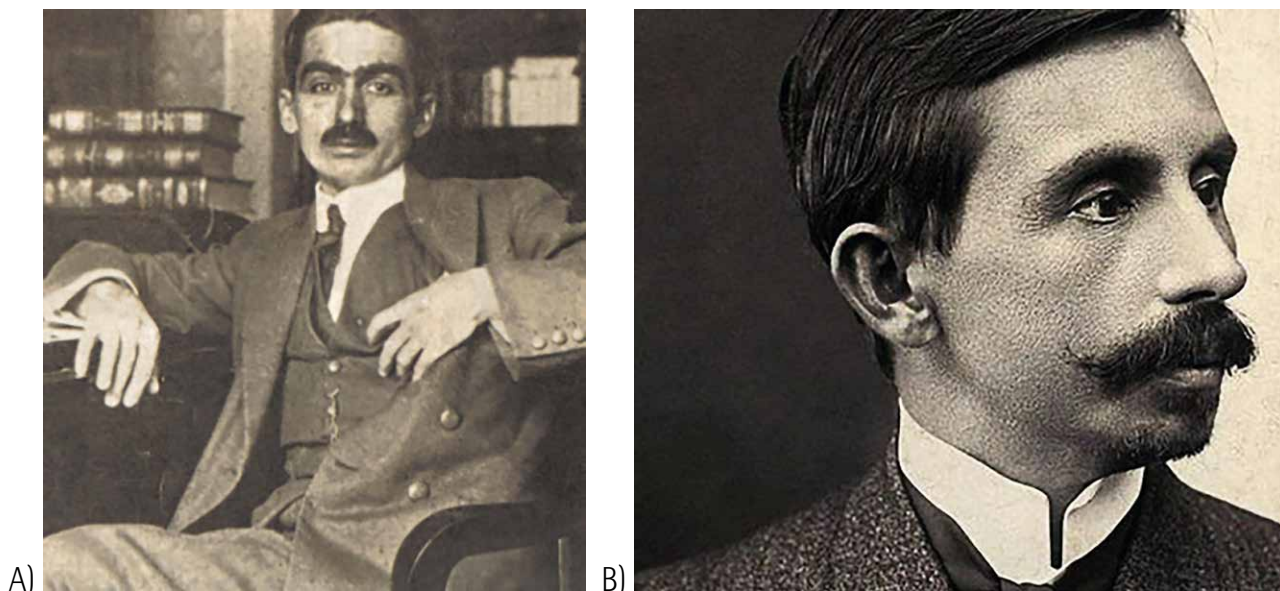


Figura 6 – Algumas importantes figuras da sociedade brasileira defenderam os ideais eugênicos. Monteiro Lobato (A) e Euclides da Cunha (B), por exemplo, acreditavam que a “mistura” de raças tornava fraco o povo brasileiro. É importante considerar que, àquele momento, havia uma corrente científica que alimentava o preconceito e o racismo; em outros termos, o racismo encontrava-se erroneamente justificado do ponto de vista científico

Adaptada de: A) <https://bit.ly/3zCmkaz>; B) <https://bit.ly/3zfN28J>. Acesso em: 25 out. 2022.

A eugenia partia do pressuposto de que era possível identificar graus diferentes de inteligência (e perfeição) entre as várias etnias. Termo cunhado por Francis Galton (1822-1911), a eugenia era definida como o estudo dos agentes capazes de “melhorar ou empobrecer” as qualidades raciais das gerações. Galton, parente de Darwin, propôs substituir o processo cego da seleção natural por outro, planejado, no qual, por meio de um rigoroso processo seletivo, os caracteres “melhores” seriam conservados e os “piores” exterminados. Suas ideias foram recebidas com entusiasmo por parte da comunidade científica, tendo sido criadas associações eugênicas que defendiam uma ordenação no processo de seleção natural. Assim, em vários países, foram propostas medidas de controle social, no qual pessoas com transtornos mentais ou deficiências eram esterilizadas para que não pudessem propagar os genes defeituosos.



Saiba mais

Essas ideias tornaram-se a base teórica que justificou o assassinato de pessoas que pertenciam a raças tidas como inferiores. No caso específico de deficientes mentais, o regime alemão nazista tratou de assassiná-los. Os judeus, tidos como inferiores, foram proibidos de se casar com arianos, os alemães de raça superior, e em momento posterior, foram submetidos a processos de esterilização e extermínio em câmaras de gás.

Sobre o assunto, sugerimos que você assista ao documentário *Homo Sapiens 1900* (1998), um interessante documentário que reúne farta e rara documentação a respeito da história da eugenia e das iniciativas com base nela tomadas em diferentes países.

HOMO Sapiens 1900. Direção: Peter Cohen. Suécia: Peter Cohen, 1998. 88 min.

A ideia por trás da eugenia era a obtenção de uma raça sem defeitos por meio da higiene social e tal abordagem disseminou-se com bastante rapidez por todo o mundo. Aqui no Brasil, na primeira metade do século XX, por exemplo, estimulou a aplicação de medidas tidas como sanitárias com o objetivo de "embranquecer" a população; tal concepção era, inclusive, norteadora das políticas que controlavam a imigração: brancos e europeus eram vistos como imigrantes desejáveis, enquanto outras etnias deviam ser barradas. Essa crença, supostamente apoiada no arsenal científico, levava Monteiro Lobato a defender, por exemplo, a necessidade de um banho de civilização no Jeca Tatu, personagem por ele criada que representava a inocência, a ignorância e o atraso do caipira brasileiro. No campo da ficção, a solução proposta para o "progresso" de Jeca Tatu veio sob a forma de uma ida aos Estados Unidos, local onde o caipira aprendeu a se vestir e a falar inglês. Veja, a seguir, um trecho da obra lobatiana, de 1918, na qual ele descreve Jeca Tatu.

Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. Ei-lo que vem falar ao patrão. Entrou, saudou. Seu primeiro movimento, após prender entre os lábios a palha de milho, sacar o rolete de fumo e disparar a cusparada de esguicho, é sentar-se jeitosamente sobre os calcanhares. Só então destrava a língua e a inteligência. [...]

De pé ou sentado as ideias se lhe entramam, a língua emperra e não há de dizer coisa com coisa. De noite, na choça de palha, acocora-se em frente ao fogo para "aqueotá-lo", imitado da mulher e da prole. Para comer, negociar uma barganha, ingerir um café, tostar um cabo de foice, fazê-lo noutra posição será desastre infalível. Há de ser de cócoras. Nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cócoras, como um faquir do

Bramaputra, que vigia os cachinhos de brejaúva ou o feixe de três palmitos. Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Jeca mercador, Jeca lavrador, Jeca filósofo...

Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jiçara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquara-poca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõezinhos, colheres de pau. Nada mais. Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe. [...]

Inventou um cipó preso à cumeeira, de gancho na ponta e um disco de lata no alto: ali pendura o toucinho, a salvo dos gatos e ratos. Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o são Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar durante as fortes trovoadas. Servem de gaveta os buracos da parede. Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se bem sem isso. [...]

Remendo... Para quê?, se uma casa dura dez anos e faltam "apenas" nove para ele abandonar aquela? Esta filosofia economiza reparos. Na mansão de Jeca a parede dos fundos bojou para fora um ventre empanzinado, ameaçando ruir; os barrotes, cortados pela umidade, oscilam na podriqueira do baldrame. A fim de neutralizar o desaprumo e prevenir suas consequências, ele grudou na parede uma Nossa Senhora enquadrada em moldurinha amarela – santo de mascate. [...] Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive. Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha (LOBATO, 2014, p. 152-156).

O determinismo biológico procurou explicar as diferenças étnicas a partir de características biológicas. Por sua vez, o determinismo geográfico tomou como pressuposto a ideia de superioridade racial em função de fatores tidos como naturais. Sabe-se que ambiente frio não torna as pessoas mais inteligentes e mais capazes, da mesma forma que o calor não faz com que as pessoas sejam indolentes ou preguiçosas; da mesma forma, uma região montanhosa não determina que os indivíduos sejam mais ou menos inteligentes em relação aos que vivem no litoral. No entanto, o determinismo geográfico também prevaleceu por muito tempo como uma explicação científica para as diferenças entre etnias.



Figura 7 – O determinismo geográfico buscou imputar ao ambiente os fatores que determinavam o comportamento e a organização sociais. Não se tratava de considerar os efeitos do ambiente na escolha de alternativas para a sobrevivência, mas de considerar que as condições geográficas determinavam, de maneira única e irreversível, as escolhas realizadas pelos grupos sociais

Disponível em: <https://bit.ly/3SKcDxG>. Acesso em: 28 out. 2022.

A importância de fatores geográficos na definição das normas e culturas de povos foi alvo de duas distintas abordagens. A abordagem determinista é atribuída ao alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). A abordagem possibilista, por sua vez, é atribuída ao francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Ratzel defendia que as condições geográficas determinavam a organização social; por sua vez, La Blache defendia que o ser humano não era apenas um sujeito passivo diante da natureza. Ao contrário, ele a modificava, o que criava possibilidades a partir das condições dadas.

La Blache rejeitava a ideia idealizada por Friedrich Ratzel, que caracterizou a escola alemã em geografia determinista, em que as condições naturais do meio ambiente influenciavam e determinavam as atividades humanas e sociais. Para La Blache, o homem também transformava o meio onde vivia, de forma que, para as ações humanas, diversas possibilidades eram possíveis, uma vez que essas não obedeceriam a uma relação entre causa e efeito. Ele contraria a ideia de que o homem é, antes de tudo, passivo e submisso às condições locais e obrigado a se adaptar. Na análise vidalina, a compreensão das relações homem/natureza se dá em toda sua complexidade, dando relevante atenção às iniciativas humanas transformadoras do meio ambiente (SOUZA *et al.*, 2016, p. 46).

A aparente inocência dos primeiros pensadores eugenistas nos surpreende quando levamos em consideração as consequências que a crença nessas ideias acabou por provocar. Segundo Laraia (2001, p. 18), a descoberta do horror nazista levou a Unesco a declarar, em 1950, que

- a) os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, que essas diferenças se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo. Os fatores que tiveram um papel preponderante na evolução do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade. Esta dupla aptidão é o apanágio de todos os seres humanos. Ela constitui, de fato, uma das características específicas do *Homo sapiens*.
- b) no estado atual de nossos conhecimentos, não foi ainda provada a validade da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate de inteligência ou temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível das aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos.



Figura 8 – Segundo Laraia (2001, p. 19), "o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada"

Disponível em: <https://cutt.ly/AMS58fT> Acesso em: 25 out. 2022.

Esta vigorosa tomada de posição por parte da comunidade científica buscou enterrar de vez a questão do determinismo biológico, ou seja, a de que fatores biológicos determinariam diferenças étnicas ou culturais. Prover a família ou cuidar dos filhos, realizar atividades intelectuais ou braçais, apreciar música clássica ou popular, preferir tal ou qual comida: todos esses são comportamentos socialmente

construídos e de forma alguma são determinados em função de características biológicas. Tampouco são determinados por causa de circunstâncias geográficas: não é o relevo ou o clima que determina as características culturais de um povo. É claro que as condições ambientais impõem desafios aos seres humanos, mas não determinam as respostas que eles oferecerão, tampouco os comportamentos que desenvolverão. Em conclusão, nossos hábitos, crenças e comportamentos são construídos socialmente, sendo que, como resultado desse processo, definimos nossa cultura.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *O enigma de Kaspar Hauser* (1974). Apoiando-se em relatos sobre casos reais de meninos selvagens (crianças abandonadas na floresta), o filme narra os efeitos do contato de um adolescente que viveu preso, sem qualquer contato social com a civilização ocidental. Kaspar Hauser não sabe falar, não sabe dizer onde está ou de onde veio e se alimenta como um animal. Lentamente, ele passa a incorporar modos e comportamentos típicos de uma sociedade moderna.

O ENIGMA de Kaspar Hauser. Direção: Werner Herzog. Alemanha Ocidental, 1974. 110 min.

Considerando que, do ponto de vista histórico, muitas foram as reflexões sobre como esse processo de endoculturação ocorre, avançaremos na discussão a respeito do conceito de cultura.

2 O HOMEM II

2.1 O conceito de cultura através da história

O filósofo John Locke (1632-1704), em 1690, defendeu a ideia de que a mente humana nada mais era do que uma caixa vazia quando do nascimento do indivíduo; essa mente, no entanto, era dotada da capacidade de aprender, capacidade essa que era responsável pelo processo que hoje denominamos de endoculturação (ou seja, a interiorização, a assimilação e a aprendizagem de normas, valores e comportamentos por meio do contato social com a família, os amigos e outros grupos sociais). Locke, no contexto do século XVII, tinha como foco de reflexão os processos de construção do conhecimento humano a partir da perspectiva do Iluminismo: suas principais preocupações eram a liberdade, as formas liberais de governo, a organização do Estado, a propriedade privada, a escravidão, o contrato social que permitia a vida em grupo sem desrespeitar os direitos naturais básicos dos seres humanos. Tratava-se de uma abordagem bem distinta daquela que vigorava até então, e que defendia, essencialmente, a concepção de que os seres humanos já nasciam com princípios e verdades herdadas hereditariamente (LARAIA, 2001).

O francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em 1775, partiu das mesmas premissas do trabalho de Locke, em especial salientando o papel da educação no processo de construção de valores e aquisição de comportamentos. Sua crença na educação era tão forte que ele chegou mesmo a acreditar que seria possível educar símios para que chegassem à escala de evolução do homem.

O inglês Edward Tylor (1832-1917) propôs, pela primeira vez, um conceito de cultura que mesclava as ideias vigentes no período e algumas que as haviam antecedido. Para ele, o vocábulo inglês *culture*

tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos (LARAIA, 2001, p. 25).

Outro aspecto que chamou a atenção de Tylor era o referente às igualdades e diversidades culturais. Claro que, como típico homem de seu tempo, sob a influência do darwinismo, ele acabou explicando essas diferenças e semelhanças em termos de um processo de evolução no qual cabia uma escala que identificava as sociedades europeias como modernas e avançadas, e as demais, como primitivas (LARAIA, 2001).

O alemão Franz Boas (1858-1949) foi o responsável pelos primeiros passos na direção de uma compreensão antropológica das características culturais dos grupos sociais. Depois de uma excursão na qual estudou os esquimós, ele introduziu mudanças profundas nas formas de estudo das sociedades, tendo sido responsável pela formação de quase toda uma geração de antropólogos (LARAIA, 2001). Como eixo do método de pesquisa, ele propôs a realização de investigações históricas.

São as investigações históricas – reafirma Boas – o que convém para descobrir a origem deste ou daquele traço cultural e para interpretar a maneira pela qual toma lugar num dado conjunto sociocultural. Em outras palavras, Boas desenvolveu o particularismo histórico (ou a chamada Escola Cultural Americana), segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou (LARAIA, 2001, p. 31).



Figura 9 – A viagem de Boas à ilha de Baffin, no Canadá, é um marco na história da antropologia. Ao estudar os esquimós, Boas lançou raízes profundas no campo das investigações antropológicas, em especial por introduzir as questões referentes à história nas suas reflexões

Disponível em: <https://bit.ly/3DHj0gL>. Acesso em: 28 out. 2022.

A continuidade de estudos a partir das iniciativas de Boas e de outros pesquisadores permitiu que chegássemos ao conceito de cultura tal como o conhecemos hoje. Dessa forma, podemos entender a cultura a partir de duas perspectivas. A primeira entende a cultura como a soma de todos os aspectos referentes à vida social; a segunda entende a cultura como associada ao conhecimento e ao arsenal de saberes de uma sociedade. Para Santos (1987), a cultura representa o conjunto de formas a partir das quais uma sociedade se organiza, incluídas aí as formas de viver, alimentar-se, criar filhos, trabalhar e casar. A compreensão desse conceito, portanto, é fundamental para o "combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas" (SANTOS, 1987, p. 8), já que passamos a apreender a cultura como um extenso processo de transformações sociais ao longo do tempo, historicamente marcadas, portanto. Assim, não faz sentido hierarquizar culturas, independentemente do critério classificatório. Não há culturas melhores ou piores, não há culturas superiores ou inferiores. A cultura, esse conjunto de modos de viver e pensar, não cabe em qualquer escala matemática.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *Inimigo meu* (1985), ficção que narra os acontecimentos quando do encontro entre um soldado e um alienígena. Perdidos num deserto de outro planeta e inimigos de guerra, eles acabam se tornando amigos apesar das diferenças culturais.

INIMIGO meu. Direção: Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 1985. 108 min.

Claro está que culturas diferentes nos intrigam e causam estranheza. Também é natural que, diante de qualquer ambiente, tenhamos o hábito de julgar as coisas e os fatos a partir dos nossos olhos, da nossa própria cultura. No entanto, o comportamento crítico que compara as culturas à nossa própria pode nos impedir de compreender realmente como funcionam outros grupos sociais. Caso não consigamos nos descolar da nossa própria cultura, corremos o risco de não compreender o contexto no qual as manifestações culturais diferentes das nossas ocorrem, tampouco os seus significados para os grupos nos quais elas têm lugar.



Figura 10 – Não há como compreender outras culturas se assumirmos que apenas a nossa cultura está correta e que os nossos valores e hábitos devem ser adotados por todos os grupos sociais

Disponível em: <https://bit.ly/3U4qZKm>. Acesso em: 28 out. 2022.



Observação

O etnocentrismo diz respeito à visão da sua própria etnia como superior às demais. Falaremos mais adiante sobre esse conceito.

Qual seria o benefício, por exemplo, se fizéssemos como Boas e visitássemos os esquimós no norte do Canadá, preocupados tão somente em julgar a sua cultura? O que aprenderíamos caso estivéssemos focados em avaliar sua cultura em função das normas e valores que prevalecem na nossa? Como poderíamos avaliar seus modos de criar os filhos ou lidar com a morte se tomássemos nossos próprios valores como parâmetros? Parece razoável considerar que essa é uma maneira muito rasa de compreender a cultura do outro, em especial se ela é diferente da nossa. Evidentemente, não podemos incorrer no erro do outro extremo: uma coisa é apreender a cultura do outro sem preconceito; a outra é ignorar as diferenças, especialmente quando construídas em função de aspectos históricos, econômicos e sociais.

O fato de a cultura ser resultado de relações históricas, social e economicamente determinadas, faz com que ela tenha um caráter dinâmico. Isso significa dizer que ela se transforma ao longo do tempo, em especial em decorrência de novos desafios e novas situações diante das quais a sociedade é colocada. Por exemplo: a reconhecida degradação ambiental estimulou a adoção de comportamentos que até então inexistiam, tais como o consumo responsável e a busca por produtos que adotem práticas ecológicas. Não faria sentido algum esperarmos esse tipo de comportamento de qualquer sociedade do século XIX, já que a escassez de recursos naturais ainda não havia sido colocada diante das pessoas. Um outro exemplo pode ser a recomendação de inclusão de PcDs (pessoas com deficiência) em salas de aula junto a outros alunos: há algumas décadas, era recomendada a segregação de pessoas com deficiência em escolas especiais. Assim, o convívio com a diversidade e o respeito às diferenças passou a ser um valor importante na nossa sociedade.



Figura 11 – A educação inclusiva preconiza a matrícula de alunos com deficiência em escolas de ensino regular. O princípio dessa política repousa na convicção de que a escola não deve segregar e separar, mas sim educar para o convívio com a diversidade e com as diferenças

Temos também que considerar que culturas distintas entram em contato e podem trocar informações ou entrar em conflito, construindo processos de aculturação ou hibridação. A aculturação diz respeito ao domínio de uma cultura sobre a outra. Exemplo típico é a evangelização dos índios, inicialmente por conta da ação dos jesuítas e dos portugueses no tempo colonial, mesmo que às custas da força e da opressão. Há uma ampla discussão na sociedade brasileira sobre a validade de iniciativas de cristianização dos índios nos dias de hoje, em especial porque essas medidas acabam por enfraquecer os laços dos indígenas com a sua comunidade.

A hibridação acontece quando há uma troca de informações entre duas culturas, de forma natural e de maneira que uma não prevaleça sobre a outra. Tomemos como exemplo o carnaval brasileiro: essa festividade tem suas raízes fincadas nas práticas cristãs. Ao se mesclar com culturas pagãs, ela assumiu características bem diferentes daquelas de sua origem. Segundo Silva (2014), um outro exemplo interessante de transformação de hábitos e padrões culturais é o movimento Mangubeat, que surgiu no Recife na década de 1990. De forma contrária ao esperado em tempos de globalização, o produto estrangeiro (no caso, a música estrangeira) não impôs seus padrões na comunidade; ao contrário, acabou por estimular o surgimento de um movimento de música popular em que o local e o regional conseguiram sobreviver ao impacto da indústria cultural internacional. Na verdade, o resultado do contato entre diferentes culturas foi um padrão musical que mesclou traços de diferentes culturas, fazendo surgir algo novo e diferente.

o movimento cultural Mangubeat, que surgiu em Recife (PE) no início da década de 1990. Diferentemente das bandas que formaram o movimento rock nacional no Brasil – o mais expressivo movimento musical da música jovem no Brasil desde a tropicália, que se utilizava de formatos musicais e estéticos já testados e aceitos amplamente –, as bandas do movimento Mangu procuraram criar uma estética própria que pudesse representar uma linguagem diferente para o mercado. A fusão de tendências internacionais com ritmos locais vinculados às manifestações culturais das classes populares estabelece a marca estética do movimento. Enquanto as bandas nacionais tradicionalmente tratam do cotidiano dos jovens de classe média dos centros urbanos, as bandas do movimento Mangu o fazem com uma forte influência da estética das classes populares (SILVA, 2012, p. 80).

A apropriação cultural ocorre quando uma cultura toma posse de um elemento de outra. Quando esse elemento representa um símbolo de luta ou de identidade de outra cultura, há o risco de descaracterizar o contexto do qual ele foi extraído, alimentando preconceitos ou desvalorizando a construção identitária desses grupos. Um exemplo disso são as fantasias de índios utilizadas durante o carnaval.



Figura 12 – O movimento religioso rastafári, na Jamaica dos anos de 1930, pregou o uso de dreadlocks como símbolo de espiritualidade. Apropriados pela cultura ocidental, eles têm sido utilizados em um contexto completamente diferente daquele em que emergiram, sendo o uso considerado desrespeitoso em relação aos preceitos religiosos que lhes deram origem

Disponível em: <https://bit.ly/3sLk4tD>. Acesso em: 28 out. 2022.

A partir da próxima seção, discutiremos a questão da cultura com mais profundidade. Falaremos sobre a antropologia e o estudo da cultura, seja por meio de métodos científicos, seja por meio do senso comum. Visitaremos, ainda, a diversidade cultural e as culturas nacionais, buscando apreender as principais funções da cultura enquanto organizadora de uma visão de mundo.

3 A CULTURA I

Segundo Laraia (2001), as teorias modernas afirmam que as culturas são sistemas de valores e padrões de comportamento socialmente construídos e transmitidos. A cultura é o que permite e caracteriza a organização social. Ademais, as teorias modernas consideram que a mudança cultural é, basicamente, um processo de adaptação, tal como outros processos de adaptação frequentemente observados na seleção natural. Dessa forma, os elementos básicos da organização econômica e social estão sujeitos a transformações em função de novos desafios diante dos quais o grupo social é colocado. Em outras palavras, as condições materiais impõem mudanças sociais e estas, por sua vez, são orientadas por componentes ideológicos. Os atuais modelos de análise da cultura deixaram para trás duas ideias muito antigas: a de que determinados indivíduos têm cultura e outros não, e a de que determinadas sociedades possuem cultura e outras não. Essas fronteiras, em geral, estabeleciam-se em função de comportamentos, modos e tradições percebidos como apropriados e não apropriados. Assim, as comunidades que detivessem modos e comportamentos não similares aos demais grupos, ou que contrastassem com os usuais, eram percebidas como não possuidoras de cultura.

Essa concepção de cultura deve sua elaboração, em grande parte, ao trabalho revolucionário de Boas. Boas buscou mostrar que todos os grupos sociais possuem cultura. Segundo Mintz (2010, p. 225-226),

talvez nenhum dos escritos de Boas tenha revelado de maneira mais marcante o seu ponto de vista como a carta que escreveu a um parente durante a sua primeira visita aos esquimós, ao iniciar a sua carreira de antropólogo. Era dezembro de 1883. Boas, seu criado Wilhelm e o esquimó que os acompanhava, de nome "Sigma", tinham viajado sob condições altamente adversas para o extremo noroeste do Estreito de Cumberland. Caminhando por 36 horas, na maior parte desse tempo perdidos, vagando pelo gelo a 45 °C negativos, suas provações só tiveram fim quando foram convidados a entrar em um iglu esquimó, onde puderam se aquecer, comer e dormir. "Não é realmente um belo costume", observou Boas, "que estes 'selvagens' sofram todo tipo de privações em comum, mas nos momentos de alegria, quando alguém traz um butim da caçada, eles se juntam para comer e beber? Eu muitas vezes me pergunto quais as vantagens que a nossa 'boa sociedade' possui sobre a desses 'selvagens'. Quanto mais observo seus costumes, mais me convenço de que não temos por que nos considerarmos superiores. Onde, em nossa sociedade, encontraríamos tamanha hospitalidade? Aqui, sem a menor queixa, eles estão dispostos a fazer todos os trabalhos que lhes são exigidos. Nós não temos o direito de criticá-los por sua forma de vida e suas superstições, que podem nos parecer ridículas. Nós, pessoas 'altamente educadas', somos piores, relativamente falando. O medo das tradições e velhos costumes está profundamente arraigado na humanidade, e do mesmo modo que regula a vida aqui, impede o progresso para nós. Acredito que todos os indivíduos e todos os povos se veem diante do conflito de abandonar a tradição e seguir o caminho da verdade. Os esquimós estão sentados ao meu redor, as bocas cheias de fígado de foca cru (a gota de sangue no verso do papel mostra que eu também participei). Como ser pensante, o resultado mais importante desta viagem para mim está no fortalecimento do meu ponto de vista de que o conceito de um indivíduo 'cultivado' é meramente relativo, e que o valor de uma pessoa deve ser julgado pelo seu *Herzenbildung*. Esta qualidade está presente ou ausente aqui entre os esquimós, tanto quanto entre nós."



Observação

Herzenbildung é um termo alemão que significa cultura do coração. Essa cultura está associada à empatia que os indivíduos, em seus grupos sociais, são capazes de demonstrar em relação aos outros.

Ao negar o darwinismo social, que identificava linhas evolutivas nas manifestações culturais, Boas procurou mostrar que a estranheza diante de culturas diferentes não justificava o julgamento nem o preconceito das culturas hegemônicas em relação ao que contrastava com seus próprios modos e valores. Evidentemente, tal procedimento fez surgir um novo problema: como, então, estudar a sociedade?

Como eliminar o viés do senso comum, daquilo que nos orienta no dia a dia? Enfim, como construir uma ciência capaz de investigar a cultura e a sociedade?

3.1 A antropologia e o estudo da cultura: o senso comum e a ciência; a diversidade cultural e as culturas nacionais

Nos séculos XVII e XVIII, era comum que comandantes ou financiadores de grandes expedições marítimas voltassem de suas viagens carregando novidades e narrativas sobre povos diferentes. Em salões, eles mostravam novas especiarias, armas, artesanato, frutas e pessoas. Quem eram essas pessoas? Os nativos, os que moravam nesses lugares enfim descobertos.

Essa tradição, qual seja, a de exhibir o outro, manteve-se ao longo do século XIX. Segundo Vieira (2019),

a Exposição Antropológica Brasileira insere-se no quadro das grandes Exposições Internacionais, bem como das exposições etnográficas desenvolvidas ao longo do século XIX. Marcadas pela prática colecionista e pela ambição de conhecer, colonizar e categorizar o mundo, as exposições etnográficas expunham objetos e muitas vezes pessoas de culturas exóticas e distantes. Em uma revisão historiográfica, tais exposições têm sido conceituadas como zoológicos humanos, embora para os seus contemporâneos fossem denominadas de shows etnográficos, exibições antropológicas ou shows étnicos. Opta-se pelo uso do termo zoológico humano, entendido aqui como um conceito, na medida em que, para os ouvidos do século XXI, "exibição etnográfica" é um termo demasiado científico ou asséptico, não tendo na língua portuguesa contemporânea o referente ao mesmo tempo racista e de entretenimento que tinha para os homens e mulheres do século XIX. Desenvolvidos na junção entre o colonialismo e a formação da cultura de massa, os zoológicos humanos tomam forma no último quartel do século XIX, combinando funções de espetáculo, performance, educação e dominação (VIEIRA, 2019, p. 320).

Durante muito tempo, o conhecimento a respeito do outro foi construído por meio de duas abordagens: a exibicionista, na qual os nativos eram apresentados como animais, e a que fazia uso do senso comum para compreender uma outra cultura com base em outras realidades. Segundo Paty (2003, p. 9),

não podemos conceber a compreensão e a comunicação de ideias sem fazer referência ao senso comum. Porém, por outro lado, todo conhecimento novo que seja importante precisa ultrapassar o senso comum e, portanto, romper com ele.

A contradição reside no fato de que o senso comum, aquilo que nos orienta inicialmente na compreensão do mundo, deve ser ultrapassado para que o conhecimento possa ser construído sem os limites impostos pelas nossas intuições, percepções e experiências sensoriais.

O senso comum emerge do imaginário e dos hábitos de associação que fazemos entre ideias ou entre fenômenos. Por isso mesmo, ele está em grande parte contaminado por valores, impressões e ideias preconceituosas. Nesse sentido, ele difere da razão crítica e do conhecimento científico: se, por um lado, todos nós somos capazes de julgar o mundo que nos cerca, a crítica do mundo segundo critérios científicos depende da apropriação de um tipo muito específico de racionalidade.

Essa oposição entre senso comum e pensamento científico faz com que, muitas vezes, no fazer acadêmico, demonstremos insegurança quanto às ilações estabelecidas por meio das nossas primeiras impressões ou opiniões única e exclusivamente baseadas na observação: a elas falta a interrogação crítica que apenas a ciência conseguiu desenvolver.

A ciência construída para investigar as origens das organizações sociais e as transformações pelas quais o ser humano e a sociedade passaram é a antropologia.



Figura 13 – A antropologia é a área do conhecimento que busca compreender a cultura e o homem

Disponível em: <https://bit.ly/3N3cUdR>. Acesso em: 25 out. 2022.

Segundo Siqueira (2007), a definição clássica de antropologia a identifica como o estudo do homem e da cultura do outro. O outro será o instrumento para que possamos entender mais a respeito de nós mesmos e, por isso, a maioria dos métodos desenvolvidos para a investigação das sociedades e comunidades tenha bases comparativas.

Assim, podemos começar a pensar numa definição de antropologia como o estudo do outro em relação a nós. Essa relação nos permite pensar em uma das dimensões fundamentais da antropologia que é a dimensão comparativa. Sempre estamos comparando as culturas, não para dizer que uma é melhor que a outra, mas para poder perceber a diferença. É na relação de contraste, de comparação, que percebemos a alteridade. Assim poderíamos dizer que a antropologia busca produzir um conhecimento sobre nós, mas através do desvio pelo outro (SIQUEIRA, 2007, p. 15).

As relações a serem investigadas no campo da antropologia são as que os indivíduos estabelecem entre eles, entre suas culturas, entre eles e a cultura e entre a cultura e o meio ambiente. Podemos, então, contextualizar a antropologia social (ou cultural, como alguns a chamam) como a área do conhecimento que se dedica à compreensão das formas a partir das quais as sociedades apreendem o mundo e de como se organizam para sobreviver neste mundo (SIQUEIRA, 2007).

No campo da pesquisa antropológica, dois grandes grupos se constituíram: na Inglaterra, os antropólogos buscaram investigar a organização social e política de grupos sociais, desenvolvendo o que conhecemos como antropologia social; os antropólogos americanos, em contrapartida, ocuparam-se de investigar as variações culturais e como a cultura é capaz de moldar indivíduos e seus comportamentos, desenvolvendo a antropologia cultural. Qualquer que seja a vertente, porém, é certo que esses antropólogos buscaram desenvolver métodos de investigação que permitissem aumentar o grau de objetividade e diminuir a influência de seus próprios vieses ideológicos na reflexão a respeito de si mesmos e do outro.

É importante mencionarmos que nem sempre a reflexão a respeito de si mesmo e a respeito do outro ocorreu sem ruídos. Como exemplo, podemos citar o caso de Margaret Mead (1901-1978), uma norte-americana pioneira em estudos antropológicos, discípula de Boas. Ao final da década de 1920, ela publicou o seu trabalho *Adolescência, sexo e cultura em Samoa*, fruto de investigações realizadas com um grupo de samoanos. A sociedade norte-americana, chocada com os resultados da pesquisa, em especial no tocante aos hábitos sexuais dos samoanos, recebeu o trabalho de Mead com pouquíssima boa vontade. Como você pode imaginar, o trabalho de entender o outro requer, inicialmente, que entendamos a nós mesmos.

Um dos métodos mais utilizados na pesquisa antropológica é o da pesquisa qualitativa etnográfica. A pesquisa qualitativa, como o próprio nome diz, tem o interesse de levantar questões para análise e reflexão sem a preocupação em mensurar o que norteia sua realização. Por sua vez, a etnografia diz respeito ao conhecimento sobre uma comunidade, uma cultura e um povo. Segundo Mascarenhas,

considerada de importância central na produção do conhecimento antropológico, a etnografia consiste na familiarização do pesquisador com a cultura estudada por meio da observação e de uma longa interação social com o grupo. A pesquisa etnográfica possibilita, desta maneira, uma interpretação da cultura de um grupo a partir da investigação de como seu sistema de significados culturais está organizado e de como influencia o

comportamento grupal (Godoy, 1995). Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski descreve essa metodologia como sendo de despojamento e inserção: o antropólogo deveria passar longos períodos de convivência com os grupos estudados, acompanhar de perto todas as suas atividades diárias, aprender sua língua evitando intérpretes tendenciosos, observar cuidadosamente o que as pessoas dizem e fazem e absorver os valores e sentimentos do grupo (Silva, 1997) (MASCARENHAS, 2002, p. 91).



Figura 14 – A investigação a respeito de valores e comportamentos de grupos sociais tem no estudo etnográfico um grande aliado. Uma das aplicações dessa metodologia tem sido usada para compreender a cultura organizacional, quer dizer, a cultura que permeia as relações entre pessoas dentro de uma organização

Disponível em: <https://bit.ly/3SMX0uj>. Acesso em: 28 out. 2022.

A proposta de estudar grupos de pessoas em seus ambientes naturais exige que algumas perguntas sejam respondidas. Como questiona Schlichting (2012, p. 2),

qual o melhor caminho para se descrever um povo? Será que olhando de longe dá para eu enxergar o povo que quero descrever? Se quero descrever um grupo de bávaros que vive a 30 km de Munique, na Alemanha, eu iria fazer isso melhor do sofá da minha casa no Distrito Federal, no Brasil? Ou seria melhor arregaçar as mangas, pegar um avião, ir viver no interior da Bavária, aprender alemão e assim mergulhar nessa cultura? Bom, a maioria dos antropólogos achou melhor a segunda opção.

Para dar conta desse propósito, os antropólogos fazem uso de algumas técnicas qualitativas que permitem ao antropólogo observar e se colocar no lugar do outro: para isso, a observação natural, a observação participante e a realização de entrevistas fornecem os instrumentos capazes de apreender as diferenças culturais e os elementos que são objeto de interesse do pesquisador.



Observação

A **observação natural** é o procedimento no qual determinado grupo ou fenômeno é observado sem que o observador participe da situação. Nesse caso, o pesquisador apenas observa.

Na **observação participante**, o pesquisador participa da vida do grupo ou da comunidade investigada. Ele não pretende passar despercebido; ao contrário, ele se apresenta como pesquisador, apresenta seus objetivos e convive com as pessoas que pretende conhecer.

A interação entre o pesquisador e a comunidade que será investigada é a principal característica das pesquisas etnográficas. Claro está que o pesquisador não pretende influenciar ou modificar o ambiente ou os comportamentos que está estudando; no entanto, sua pesquisa não tem como ser feita a não ser no contexto natural em que o fenômeno ocorre.

Imagine, por exemplo, que o objetivo do pesquisador seja entender como professores interagem durante um curso de formação docente: nesse caso, uma das maneiras de o pesquisador conseguir coletar dados é se misturando aos professores para observá-los. Essa observação pode estar ou não acompanhada da participação do pesquisador: no primeiro caso, ele se identifica aos colegas, deixando clara a realização da pesquisa e interagindo de forma natural com todos; no segundo caso, ele apenas observa, sem ter qualquer contato de proximidade com os sujeitos observados.

Uma outra técnica bastante comum nos estudos etnográficos é a realização de entrevistas. Em geral, são realizadas entrevistas conduzidas apenas por um roteiro e evitadas situações de muito rigor e formalidade na coleta dos dados. Também podem ser coletadas informações não verbais: nesses casos, fotografias, filmagens e gravações em vídeo e áudio também se tornam fontes de dados para análise.

É importante lembrar que o estudo etnográfico pode ser aplicado para investigação de outros grupos que não tenham sido selecionados apenas em função de fatores como etnia. Por exemplo, Mascarenhas cita casos de pesquisas etnográficas no ambiente de fábrica ou de empresas.

Dentro dessa perspectiva, Bresler (1996, 2000) utiliza a pesquisa participante para obter dados e analisar os vínculos sociais produzidos dentro de uma oficina. O autor analisa a autoridade dentro da pequena empresa e demonstra como as roupas simbolizam papéis sociais, servindo de agentes de diferenciação e integração dentro dos grupos. O autor utiliza uma abordagem dupla em seu trabalho: utilizando o método etnográfico de coleta e análise de dados em um contexto micro, ao final, ele os confronta com hipóteses mais gerais sobre traços da cultura brasileira, expandindo a análise. Bresler analisa a cultura organizacional a partir da base da pirâmide hierárquica, em contraposição à maioria dos estudos na área, que ignoram o universo operário (MASCARENHAS, 2002, p. 93).

Nesta mesma direção, Mascarenhas (2002) cita outro estudo, dessa vez realizado em uma indústria metalúrgica.

Oliveira (1995) realizou um trabalho sobre cultura organizacional em uma indústria metalúrgica do estado de São Paulo, em que lógicas distintas entre os diversos níveis hierárquicos também foram analisadas. Utilizando o método da observação participante, o autor produziu um texto rico na descrição e interpretação do universo simbólico nos corredores e galpões da empresa. Oliveira (1995) destaca, em sua introdução, as diferenças existentes nas abordagens antropológica e organizacional em relação ao conceito de cultura, tecendo pertinentes considerações em relação à sua utilização em pesquisas que abordem a temática organizacional na antropologia (MASCARENHAS, 2002, p. 93).

Os estudos etnográficos – e, de maneira geral, os antropológicos – partem da premissa de existência de diversidade cultural. Há muitas culturas, parecidas ou não com as nossas, mais ou menos complexas que as nossas. Curiosamente, a globalização – que inicialmente soava como um discurso de homogeneização cultural – tornou quase que mandatória a necessidade de conviver democraticamente com as diferenças, em especial as culturais.

Segundo a Unesco (2009), é importante que políticas públicas defendam a diversidade cultural, incentivando-a e recepcionando-a de forma a construir uma sociedade mais democrática. A democracia não demanda a inexistência de diferenças de opiniões, de comportamentos e de valores: ela requer o reconhecimento das diferenças e o diálogo entre elas, apesar delas.

É urgente investir na diversidade cultural e no diálogo. Com efeito, integrar a diversidade cultural numa ampla série de políticas públicas – incluindo as que estão por vezes bastante afastadas das políticas culturais propriamente ditas – pode contribuir para renovar as abordagens da comunidade internacional relativamente aos dois objetivos-chave que são o desenvolvimento e a busca da paz e prevenção dos conflitos. Com referência ao desenvolvimento, a cultura é cada vez mais reconhecida como uma dimensão transversal dos três pilares – econômico, social e ambiental – presentes em todas as formas de desenvolvimento verdadeiramente sustentado. Relativamente à paz e à prevenção de conflitos, o reconhecimento da diversidade cultural enfatiza a "unidade na diversidade", ou seja, na humanidade comum, inerente às nossas diferenças. A diversidade cultural, longe de ser uma restrição potencial dos direitos humanos universalmente proclamados, é, pelo contrário, a melhor garantia do seu exercício efetivo, pois reforça a coesão social e encoraja a renovação de formas de governança verdadeiramente democráticas. Contudo, isso pressupõe que se refine a nossa compreensão da diversidade cultural e do diálogo. Só assim poderemos libertar-nos de ideias preconcebidas.

[...] Ainda que a dimensão cultural dos problemas que se apresentam à comunidade internacional não transpareça diretamente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é essencial ter consciência e estar informado das implicações da diversidade cultural na elaboração das políticas públicas em áreas que não dependem estritamente da cultura:

- a) No campo das línguas, é o empobrecimento cultural, assim como o estatuto político, social, administrativo e cultural das línguas, que provoca a desvitalização linguística.
- b) No campo da educação, a integração da dimensão cultural contribui para reforçar a pertinência dos métodos e dos conteúdos pedagógicos. É plenamente compatível com o compromisso favorecendo a realização do direito à educação e à diversificação das formas de aprendizagem (incluindo a que se faz no exterior da escola), assegurando que nenhum grupo da sociedade (por exemplo, as minorias indígenas ou os grupos vulneráveis) seja deixado de lado. A não se levar em conta a diversidade cultural, a educação não pode desempenhar o seu papel de aprendizagem da vida em conjunto. O desenvolvimento das competências interculturais conducentes ao diálogo entre as culturas e as civilizações é, assim, uma das prioridades da educação.
- c) No campo dos conteúdos culturais e comunicacionais, dado que a comunicação diversificada dos conteúdos culturais na sua variedade contribui para a vitalidade das trocas, e dado que a globalização e as novas tecnologias alargaram a gama de escolhas possíveis, a diversidade cultural tornou-se, nesse contexto, um fator a ser tomado em consideração.
- d) No setor privado, e dado que a criatividade e a inovação estão interligadas, a diversidade cultural conquista progressivamente todos os setores econômicos. O fato de a diversidade cultural ser transversal a diversas políticas públicas, exteriores ao domínio cultural, explica a responsabilidade específica da Unesco de auxiliar os Estados-Membros na elaboração de políticas relevantes em todas as suas áreas de competência.

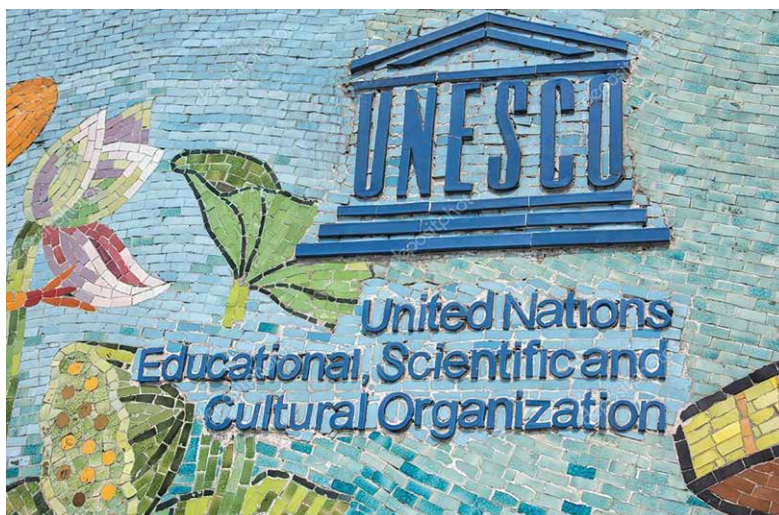


Figura 15 – Criada em 1946, a Unesco é a agência da ONU encarregada de atuar nas áreas da educação, das ciências naturais, das ciências humanas e sociais, da cultura e da comunicação e informação

Disponível em: <https://bit.ly/3D7xKU0>. Acesso em: 25 out. 2022.

Segundo Hanashiro, Mitiko e Galego de Carvalho (2005), há diversidade cultural inclusive dentro de um mesmo país. No nosso caso, considerando as trajetórias de povoamento e colonização, é certo considerar que a migração de diferentes povos (e em diferentes momentos da história do país) favoreceu uma enorme diversidade cultural.

Os autores, dedicados ao estudo da diversidade, são assertivos ao afirmar que dois países são responsáveis pelo maior número de estudos relacionados à diversidade cultural: Estados Unidos e Canadá. Em grande parte, esse fenômeno ocorre em função do apoio governamental a ações que têm como proposta eliminar os conflitos étnicos e raciais nos seus países (HANASHIRO; MITIKO; GALEGO DE CARVALHO, 2005).

Partindo da compreensão da diversidade cultural como um fenômeno no qual pessoas com diferentes afiliações e traços culturais convivem num mesmo sistema social, Hanashiro, Mitiko e Galego de Carvalho (2005) caracterizam o contexto da diversidade cultural como aquele no qual há um grupo majoritário e outro, minoritário, com uma menor representatividade tendo o conjunto em vista. Essa menor representatividade pode ser ou não acompanhada de menos mecanismos para a defesa de interesses particulares ou, até mesmo, para a defesa de uma identidade social diferente da do grupo.

A questão da diversidade cultural vem sendo tratada a partir de três principais perspectivas: a negação, a ação afirmativa (e consequente assimilação) e a compreensão das diferenças. Para Hanashiro, Mitiko e Galego de Carvalho (2005), a negação tem no não reconhecimento de diferenças sua principal estratégia. Exemplo disso seria uma situação na qual, numa mesma escola, conviveriam dois grupos étnicos bem distintos sem que esse cenário fosse reconhecido. Assim, fenômenos como preconceito,

exclusão étnica e racismo seriam **impossíveis** de ocorrer, dada a suposta **inexistência** de diferenças ou de desvantagens. Todos seriam percebidos como iguais, mesmo que não o fossem.

A ação afirmativa cria mecanismos para o convívio de diferentes grupos sociais, convidando-os a conviver de forma harmoniosa. Para Hanashiro, Mitiko e Galego de Carvalho (2005), essa seria uma estratégia na qual o objetivo seria a minimização de diferenças e a conformidade de comportamentos, mesmo que só superficial. Seria o caso de, por exemplo, empresas favorecerem a contratação de pessoas pertencentes a grupos étnicos minoritários, criando um ambiente propício ao convívio, mesmo que apenas por questões de conveniência. É importante mencionar que essa perspectiva (a de entender os resultados de ações afirmativas como superficiais) não é consenso entre sociólogos e estudiosos do comportamento social. Aliás, para a maioria deles, as ações afirmativas são importantes do ponto de vista dos direitos humanos, tal como explicaremos mais à frente. Ainda, deve-se considerar que, para vários sociólogos e formuladores de políticas sociais, as ações afirmativas têm como escopo uma compensação para grupos historicamente excluídos, tais como os negros, as mulheres e os índios. Teremos a oportunidade de discutir as ações afirmativas com mais profundidade na unidade II.

Para Hanashiro, Mitiko e Galego de Carvalho (2005), as estratégias de compreensão das diferenças partem do princípio de que estas existem e que é fundamental aceitá-las para que as relações sociais materializem aceitação e desestimulem comportamentos calcados em preconceitos e discursos de ódio.

Voltemos à questão das ações afirmativas. Para Piovesan (2005), é fundamental que as diferenças sejam reconhecidas para que possam ser compreendidas e acolhidas dentro do mesmo sistema social. Em outras palavras,

temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003 *apud* PIOVESAN, 2005, p. 48).

Para que o respeito às diferenças possa ser promovido, há dois caminhos possíveis de serem adotados: a) o punitivo, repressivo, que se encarrega de punir e eliminar quaisquer manifestações de discriminação; b) o promocional, que tem a proposta de estimular o respeito à diversidade. Para Piovesan (2005), as ações afirmativas caracterizam-se como medidas promocionais.

Elas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos. As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito

à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (PIOVESAN, 2005, p. 49).



Observação

Um exemplo de ação afirmativa é a criação de cotas para afrodescendentes, mulheres ou pessoas com necessidades especiais em escolas, nas empresas e em concursos públicos.



Figura 16 – A luta pelo respeito à diversidade cultural tem, no Brasil, dois grandes marcos. Em 2003, a Lei 10.639 estabeleceu a inclusão de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Em 2012, foram aprovados os primeiros programas de cotas em universidades públicas para pretos, pardos e pobres

Disponível em: <https://bit.ly/3DE4oid>. Acesso em: 28 out. 2022.

No Brasil, um dos maiores focos de conflitos e debates com relação à diversidade cultural vincula-se à reflexão a respeito dos direitos dos indígenas. A Constituição Federal de 1988 criou uma série de dispositivos destinados a garantir os direitos dos indígenas, inclusive atribuindo ao Estado o dever de defendê-los e protegê-los. Assim, o texto constitucional determina que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu

bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

No entanto, embora previstas na Constituição, a luta dos indígenas pela inviolabilidade de suas terras e pela preservação de sua cultura não encontrou trégua e continua necessária. Do ponto de vista da preservação cultural, são discutíveis as ações evangelizadoras entre os índios, que pretendem cristianizá-los. Do ponto de vista da preservação territorial, são inúmeros os esforços de grandes grupos empresariais de desrespeitar as fronteiras e avançar para as terras indígenas com o objetivo de aproveitá-las economicamente. Tais ações são extremamente maléficas para os grupos indígenas mais isolados e que tiveram pouco contato com o homem branco.

Para melhor compreender esse problema, selecionamos duas situações emblemáticas e que sugerem vários eixos de reflexão sobre a questão indígena no país. A primeira diz respeito a um acidente e a posterior indenização à qual os índios fizeram jus. Em setembro de 2006, um avião da GOL colidiu com um jato americano na região de terras indígenas de Mato Grosso. Mais de uma centena de passageiros morreu no acidente. O problema é que o fato de terem morrido pessoas no local criou uma situação difícil para os índios.

Após a queda da aeronave, a área afetada pelo acidente tornou-se imprópria para o uso da comunidade, por razões de ordem religiosa e cultural. Segundo as crenças e tradições do povo Kayapó, a área tornou-se uma "casa dos espíritos", tal como um cemitério, fazendo daquela terra, pelos paradigmas valorativos indígenas, um lugar amaldiçoado (AIETA, 2019, p. 164).

A comunidade indígena acabou por ser ressarcida e indenizada. Afinal, o acidente havia provocado prejuízos de ordem material e moral. No entanto, de forma alguma esse evento encerrou a questão dos direitos indígenas, já que são inúmeros os esforços para desmobilizar os agentes políticos que militam a favor de seus direitos e que procuram garantir a segurança e a inviolabilidade dos territórios indígenas.



Figura 17 – De acordo com Aieta (2019, p. 165), "os destroços estão na mata até hoje. Para os índios que vivem ali, a terra ficou contaminada pelo querosene do avião e marcada para sempre pelo sangue das vítimas, o que gerou a ocorrência de danos espirituais, posteriormente indenizados"

Disponível em: <https://bit.ly/3U1DPc6>. Acesso em: 28 out. 2022.

Um outro exemplo de conflito entre culturas, em especial da indígena em relação à cultura judaico-cristã ocidental, é o da série de problemas que surgiram durante a pandemia de coronavírus que atingiu o mundo em 2020. Segundo a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro é responsável pela garantia dos direitos dos indígenas e por sua proteção. Embora haja grupos indígenas já acostumados com o contato com o homem branco, há inúmeros povos que vivem em uma condição de imenso isolamento. Segundo Aieta (2019, p. 159),

é importante salientar a existência, mesmo nos dias atuais, no Brasil, de povos indígenas isolados na divisa ocidental do Brasil com o Peru, que têm de viver em fuga para escapar das devastações da extração ilegal de madeira, da mineração de ouro e, agora, também, dos narcotraficantes. Por toda a Bacia Amazônica, crescem as ameaças à segurança das estimadas 50 a 100 tribos indígenas isoladas, talvez umas 5 mil pessoas no total. Esses grupos constituem a maioria das tribos isoladas remanescentes no mundo, possivelmente as únicas dentre as chamadas "tribos não contatadas".

A vulnerabilidade dos índios diante da pandemia acentuou-se. Contando com uma fraca assistência de saúde e sendo extremamente frágeis diante de doenças estranhas ao grupo, as comunidades indígenas precisaram ter seus direitos à prioridade na vacinação reivindicados logo quando os primeiros casos de

coronavírus foram identificados. Alguns setores da sociedade brasileira tiveram dificuldade de entender o papel que o Estado deveria exercer em relação ao bem-estar da população indígena, criticando o fato de os índios serem vacinados antes do restante da população. Vencer essas vozes não foi o único problema relacionado à proteção dos indígenas no ambiente pandêmico. Segundo o jornal *El País*, em julho de 2020, 8 mil indígenas já haviam sido infectados e 400 haviam morrido. Os problemas mal estavam começando.

Quando um yanomami morre, jamais deve ser colocado sob a terra. São os rituais realizados ao longo de meses nas aldeias que dão tempo e força para que o falecido possa viver uma vida sem mal em outro universo e morrer para a comunidade. Mesmo quando se morre nos hospitais da cidade, em tempos normais, o yanomami retorna à aldeia. O corpo fica isolado por um mês para se purificar e só então é cremado. Parentes das aldeias vizinhas participam da cerimônia, e as cinzas são guardadas até uma nova celebração, na qual quem partiu é lembrado por suas virtudes e pela sua história. Depois, as cinzas de quem morreu são diluídas em um mingau de banana para serem compartilhadas. E não se fala mais sobre ele. Somente colocando em esquecimento as cinzas dos mortos suas almas poderão viajar às costas do céu com tranquilidade. Só assim é possível para os yanomamis apagar a dor e seguir adiante. Esse processo de luto foi interrompido pela pandemia. O coronavírus já atinge várias aldeias yanomami, no norte do país, e os corpos de pelo menos quatro deles que sucumbiram à covid-19 foram enterrados no cemitério da capital Boa Vista. "Foi a primeira vez que isso aconteceu. A gente precisa chorar bastante nas nossas aldeias. A perda é muito grande. A gente chora 30 dias pra conseguir matar a tristeza. Isso a sociedade branca tem que entender", diz o líder yanomami Dário Kopenawa. Ele quer que o Estado brasileiro seja mais claro e explique aos povos originários quais são as normas de segurança e como fará para que esses corpos sejam devolvidos à aldeia depois da pandemia (JUCÁ, 2020).



Saiba mais

Sobre o tema, sugerimos dois filmes. *Brincando nos campos do Senhor* (1991) narra a história fictícia de um casal de norte-americanos, cristãos, que entra em contato com uma tribo indígena na floresta amazônica. O filme retrata o choque entre as culturas, bem como os prejuízos com que os indígenas acabam tendo que arcar por conta do contato com o homem branco. *Xingu* (2011) narra o pioneirismo dos irmãos Villas-Bôas, que, na década de 1940, passam a defender os direitos dos povos indígenas e que, em 1961, conseguem fundar o Parque Nacional do Xingu.

BRINCANDO nos campos do Senhor. Direção: Hector Babenco. Brasil; Estados Unidos, Universal Pictures, 1991. 189 min.

XINGU. Direção: Cao Hamburger. Brasil: Globo Filmes, 2011. 102 min.

4 A CULTURA II

4.1 As principais características da cultura como visão de mundo

A imagem da cultura como uma lente que molda o mundo que vemos é extremamente adequada: enxergamos o que podemos entender e a partir daquilo que identificamos como possível ou plausível. Segundo Laraia (2001),

Ruth Benedict escreveu em seu livro *O crisântemo e a espada* que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Por exemplo, a floresta amazônica não passa para o antropólogo – desprovido de um razoável conhecimento de botânica – de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial (LARAIA, 2001, p. 67).

Enxergamos e julgamos o mundo que nos cerca a partir dessas lentes, transmitidas de geração em geração. Nos grupos sociais nos quais nos inserimos (inicialmente, na família; em momento posterior, na escola), aprendemos hábitos, modos e valores. Aliás, esforçamo-nos a nos acomodar ao grupo, adquirindo o comportamento que ele considera adequado, absorvendo a sua cultura.

Os grupos sociais podem diferenciar-se entre si em função de traços culturais que estão associados às mais diversas fases da vida dos indivíduos, ou seja, desde a criação dos filhos até os rituais de morte. Aprendemos com o grupo e nos esforçamos para defender a cultura apreendida.

Tais operações de pertencimento ao grupo podem levar a comportamentos indesejáveis. Por exemplo, o grupo pode discriminar qualquer elemento estranho trazido por pessoas de outras culturas ou, pior ainda, discriminar qualquer pessoa diferente do grupo. O grupo também pode incorrer no erro sobre o qual já falamos anteriormente, qual seja, o de agir de forma etnocêntrica. Como afirma Laraia (2001, p. 72),

o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão a considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. O etnocentrismo, de fato, é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão.



Lembrete

Já falamos anteriormente sobre etnocentrismo, aqui compreendido como a conduta que entende sua própria cultura como parâmetro para julgar as outras, tidas como inferiores.

A cultura de um povo ou de um grupo social é o que o caracteriza e o diferencia dos outros. Essa cultura, e nisso diferimos dos animais de outras espécies, é ensinada e transmitida para as gerações posteriores, colocando-se assim à disposição para as transformações que naturalmente ocorrem, ou pelo contato com outras culturas, ou por mudanças ambientais.



Figura 18 – O carnaval tem a religião cristã como origem e nasceu com o propósito de separar o profano do sagrado. No entanto, as transformações sociais introduziram elementos pagãos na festa, razão pela qual, nos dias de hoje, parece impossível atribuir qualquer caráter religioso às manifestações carnavalescas

Disponível em: <https://bit.ly/3DCQMTp>. Acesso em: 28 out. 2022.



Saiba mais

Sugerimos dois filmes sobre o tema. Em *Infiltrado na Klan* (2018), um policial negro consegue se infiltrar numa das seitas mais racistas e violentas da sociedade americana. O filme narra as relações de ódio entre negros e brancos e os mecanismos de defesa dos supremacistas brancos contra quaisquer invasores e intrusos. Em *A testemunha* (1985), uma mulher e seu filho pequeno, ambos pertencentes a uma comunidade *amish*, acabam por precisar da proteção de um policial. Como o policial precisa viver entre eles, o grupo reage com desconfiança e medo com a inserção na comunidade de um estranho. Os *amish* são um grupo cristão extremamente conservador, que não permite o uso de equipamentos eletrônicos, carros ou botões.

INFILTRADO na Klan. Direção: Spike Lee. Estados Unidos: Universal Picture, 2018. 135 min.

A TESTEMUNHA. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1985. 112 min.

As manifestações culturais de um grupo social não são impermeáveis. O contato com outras culturas ou modificações no sistema político ou econômico podem provocar profundas transformações.



Figura 19 – Causa estranheza aos italianos o hábito brasileiro de comer pizza doce, com sorvete, fruta ou chocolate. Afinal, para a culinária italiana, a pizza só pode ser salgada, em geral com queijo e calabresa

Sobre o tema, Friedrich e Witter (2012) investigaram como a culinária dos imigrantes alemães vindos para o Brasil (meados do século XIX e início do século XX) foi se modificando e provocando modificações nos hábitos alimentares locais.

Na comunidade de imigrantes, houve uma adaptação aos hábitos, às condições e cultivos da região, da qual a utilização do aipim (mandioca), do milho e do feijão preto pode ser considerada como exemplo. Ao mesmo tempo, difundiram hábitos alimentares característicos dos seus países de origem, como o consumo de batata inglesa, e aceitaram outros, típicos do Brasil. Surgindo pratos que com o tempo ganham importância para as tradições de imigrantes, como a conhecida cuca, as conservas, as compotas e os embutidos. Produtos como queijos, salsichas, linguiças, defumados de porco, salames e outros frios, a uva e o vinho, pão e massas em geral passam a compor o cardápio da população. Pratos que utilizam o repolho preparado de várias formas, o pastel polonês de ricota (*pierogi*), a sopa de beterraba (*borsch*) e outros tantos passam a ser consumidos aqui, mesmo que sofrendo modificações e/ou adaptações. Aliás, as sopas ou caldos ganham capítulos inteiros em muitos livros de receitas, sendo elaboradas com muitos ingredientes, tem a sopa de beterraba já mencionada, a de legumes (todos os legumes possíveis de encontrar), de mandioca, de frango com arroz, de abóbora, de ervilha e é claro a sopa de batata inglesa. Esta uma das mais apreciadas, e era um dos primeiros pratos oferecidos às crianças quando em tempo de começar a comer alimentos sólidos (FRIEDRICH; WITTER, 2012, p. 78-79).

A cultura também determina a participação de cada indivíduo nas atividades da comunidade da qual faz parte. Isso acontece tanto em comunidades mais primitivas quanto nas complexas e, em geral, essa divisão em termos de papéis e funções se dá por conta da idade e do gênero do indivíduo (LARAIA, 2001).

Com exceção de algumas sociedades africanas – nas quais as mulheres desempenham papéis importantes na vida ritual e econômica –, a maior parte das sociedades humanas permite uma mais ampla participação na vida cultural aos elementos do sexo masculino. Grande parte da vida ritual do Xingu, por exemplo, é interdita às mulheres. Estas não podem ver as flautas Jacui e as que quebram esta interdição sofrem o risco de graves sanções. Em alguns segmentos de nossa sociedade, o trabalho fora de casa é considerado inconveniente para o sexo feminino (LARAIA, 2001, p. 80).



Figura 20 – No judaísmo, a cerimônia de *bar mitzvah* (que ocorre quando o menino atinge 13 anos) marca o momento em que o indivíduo pode – e deve – participar das cerimônias religiosas da sua comunidade

Disponível em: <https://bit.ly/3Wmh9We>. Acesso em: 31 out. 2022.

Voltemos a discutir alguns aspectos do processo de construção cultural. Primeiro, precisamos estar cientes de que cada cultura tem a sua própria lógica. Conforme já vimos, é quase impossível (e inócuo) tentarmos entender a cultura do outro a partir da nossa própria métrica. Segundo, é preciso atentar para o fato de que a cultura é dinâmica, ou seja, ela se modifica ao longo do tempo por fatores internos ou externos. Segundo Laraia (2001),

o tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura. Nesse mesmo quarto de século, mudaram-se os padrões de beleza. Regras morais que eram vigentes passaram a ser consideradas nulas: hoje uma jovem pode fumar em público sem que a sua reputação seja ferida. Ao contrário de sua mãe, pode ceder um beijo ao namorado em plena luz do dia. Tais fatos atestam que as mudanças de costumes são bastante comuns. Entretanto, elas não ocorrem com a tranquilidade que descrevemos. Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras. As primeiras pretendem manter os hábitos inalterados, muitas vezes atribuindo aos mesmos uma legitimidade de ordem sobrenatural. As segundas contestam a sua permanência e pretendem substituí-los por novos procedimentos (LARAIA, 2001, p. 99).

Interessam-nos os comportamentos que funcionam como marcas indelévels da história de uma comunidade. Essas marcas indelévels, em geral, são aquelas que diferenciam um povo do outro. Aliás, é importante lembrar que essas nossas marcas podem causar estranheza ao outro, ao estrangeiro. Não apenas nós estranhemos os outros, como os outros também nos estranham.

Na Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil, tivemos a oportunidade de mostrar nossa cultura aos estrangeiros que nos visitaram. Pode parecer incrível, mas alguns dos nossos hábitos causaram espanto nos visitantes. Em outras palavras, com tantos estrangeiros espalhados pelo país, acabamos por descobrir que alguns dos nossos hábitos e costumes eram incompreensíveis aos visitantes. Por exemplo: nossa não pontualidade nos encontros, nosso excesso de contato físico (beijos e abraços), nosso comportamento na praia (na verdade, nossa relação com a praia), nosso costume de tomar banho todos os dias (ou várias vezes ao dia), nosso hábito de "dividir a conta", independentemente de quanto cada um consumiu no bar ou no restaurante, e o fato de famílias de classe média terem em suas casas empregadas domésticas trabalhando todos os dias (morando ou não na residência). As comidas também causaram estranheza e, em alguns casos, conquistaram o paladar dos estrangeiros: farofa, pão de queijo, açaí, caldo de cana, tapioca, pamonha, feijoada e caipirinha.

Imagino que você deva estar pensando quais seriam essas marcas que identificam e diferenciam a cultura brasileira de outras. O sociólogo e antropólogo Roberto DaMatta (1936-) escreveu *O que faz o Brasil, Brasil?* (1984), obra na qual procurou investigar algumas dessas marcas: culinária, comportamento sincrético religioso, casamento, futebol, todos esses aspectos foram analisados para que se pudesse construir um quadro no qual ficassem claras as marcas culturais mais relevantes para a sociedade brasileira. De certa forma, DaMatta procurou dissecar as lentes que mediam a relação do homem brasileiro com o seu ambiente.

Um dos comportamentos interessantes sobre os quais DaMatta escreveu tem relação com o famoso hábito brasileiro de "furar fila". Esse costume, intimamente ligado a outro, qual seja, o de bradar o já conhecido "você sabe com quem está falando?", é herdeiro das nuances e características próprias da formação cultural brasileira. As nossas lentes, as lentes da cultura que nos ajudam a explicar o mundo que nos cerca, foram sendo elaboradas ao longo de toda a nossa história, história essa que envolve as condições específicas do nosso "descobrimento" pela Europa no século XVI, as estratégias de ocupação, a submissão colonial diante dos interesses dos portugueses, a escravidão, a peculiaridade dos objetivos dos colonizadores e primeiros exploradores, a posição periférica do Brasil diante da Europa e dos Estados Unidos ao longo de todo o século XX e a nossa luta para a construção de um Estado democrático e funcional.

Vemos o mundo pelas lentes da cultura que foram sendo ajustadas ao longo de séculos, e nosso comportamento reflete a nossa visão de mundo. Em razão disso, DaMatta analisou a questão do privilégio nas relações sociais mais simples, buscando compreender de que forma esse comportamento poderia ser explicado de maneira sistemática e objetiva. Vejamos o que DaMatta (1986) nos traz:

Entre a desordem carnavalesca, que permite e estimula o excesso, e a ordem, que requer a continência e a disciplina pela obediência estrita às leis, como é que nós, brasileiros, ficamos? Qual a nossa relação e a nossa atitude para com e diante de uma lei universal que teoricamente deve valer para todos?

Como procedemos diante da norma geral, se fomos criados numa casa onde, desde a mais tenra idade, aprendemos que há sempre um modo de satisfazer nossas vontades e desejos, mesmo que isso vá de encontro às normas do bom senso e da coletividade em geral? [...]

De fato, como é que reagimos diante de um "proibido estacionar", "proibido fumar", ou diante de uma fila quilométrica? Como é que se faz diante de um requerimento que está sempre errado? Ou diante de um prazo que já se esgotou e conduz a uma multa automática que não foi divulgada de modo apropriado pela autoridade pública? Ou de uma taxaçoão injusta e abusiva que o Governo novamente decidiu instituir de modo drástico e sem consulta?

Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, somente para citar três bons exemplos, as regras ou são obedecidas ou não existem. Nessas sociedades, sabe-se que não há prazer algum em escrever normas que contrariam e, em alguns casos, aviltam o bom senso e as regras da própria sociedade, abrindo caminho para a corrupção burocrática e ampliando a desconfiança no poder público. Assim, diante dessa enorme coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que ordena parar, o que – para nós – parece um absurdo lógico e social, pelas razões já indicadas. Ficamos, pois, sempre confundidos e, ao mesmo tempo, fascinados com a chamada disciplina existente nesses países. Aliás, é curioso que a nossa percepção dessa obediência às leis universais seja traduzida em termos de civilização e disciplina, educação e ordem, quando na realidade ela é decorrente de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo constitucional e jurídico. É isso que faz a obediência que tanto admiramos e, também, engendra aquela confiança de que tanto sentimos falta. Porque, nessas sociedades, a lei não é feita para explorar ou submeter o cidadão, ou como instrumento para corrigir e reinventar a sociedade. Lá, a lei é um instrumento que faz a sociedade funcionar bem e isso – começamos a enxergar – já é um bocado! Claro está que um dos resultados dessa confiança é uma aplicação segura da lei que, por ser norma universal, não pode pactuar com o privilégio ou com a lei privada, aquela norma que se aplica diferencialmente se o crime ou a falta foi cometida por pessoas diferencialmente situadas na escala social. [...]

De fato, é alarmante constatar que a legislação diária do Brasil é uma regulamentação do "não pode", a palavra "não" que submete o cidadão ao Estado sendo usada de forma geral e constante. Ora, é precisamente por tudo isso que conseguimos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários "não pode!". Assim, entre o "pode" e o "não pode", escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente

brasileiro, a junção do "pode" com o "não pode". Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de "jeitinhos" e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade (DAMATTA, 1986, p. 80-83).

A cultura é socialmente construída e, por isso mesmo, é resultado de um processo dinâmico em que mudanças e transformações ocorrem em função do ambiente externo e das formas como cada grupo enfrenta seus desafios de sobrevivência. Segundo Santos (1987, p. 48),

é comum que cultura seja pensada como algo parado, estático. Vejam o caso de eventos tradicionais, que por serem tradicionais podem convidar a serem vistos como imutáveis. Apesar de se repetirem ao longo do tempo e em vários lugares, não se pode dizer que esses eventos sejam sempre a mesma coisa. Assim, o carnaval brasileiro, por exemplo, tanto se transformou do início do século para cá, quanto se realiza de modo diverso em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador ou Recife. O fato de que as tradições de uma cultura possam ser identificáveis não quer dizer que não se transformem, que não tenham sua dinâmica. Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental.

Por isso mesmo, não é possível que discutamos a cultura sem atentarmos para as relações de poder dentro de uma sociedade. Parece razoável esperar que as classes economicamente dominantes imponham padrões culturais, da mesma forma como é compreensível que grupos minoritários acabem por ceder espaço ao que é hegemônico.

Como afirma Santos (1987, p. 80),

a cultura registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas. Além disso, a cultura é um produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam.

Vejamos como a cultura pode se tornar objeto da indústria, transformando-se ela mesma em indústria. A indústria, tendo o contexto social como base, cria produtos culturais em escala industrial. Ela produz batatas fritas, hambúrgueres e talheres; da mesma forma, produz música, pintura e cinema. Esses produtos recebem um preço e são colocados diante do consumidor para que sejam escolhidos e usufruídos.

Todas as nossas manifestações culturais podem se tornar produtos industriais e, de forma bastante curiosa, a cultura acaba se tornando aquilo que a indústria considera vantajoso oferecer ao mercado. Ainda mais considerando as relações de poder econômico, a própria hegemonia de empresas multinacionais acaba por estimular a criação de padrões culturais mundiais, em especial com o objetivo de conseguir produzir em escala e ganhar mais.



Figura 21 – O artista americano Andy Warhol (1928-1987) é um dos nomes mais importantes da pop art. Uma de suas marcas foi a de transformar objetos de consumo de massa (como as latas de sopa Campbell) em objetos de arte. Assim, ele promoveu a reflexão a respeito da existência ou não de fronteiras entre arte e consumo

Disponível em: <https://bit.ly/3SMOLJy>. Acesso em: 28 out. 2022.



Lembrete

Falamos anteriormente do movimento Manguebeat. Nesse caso específico, a cultura local mesclou-se à cultura internacional, criando um novo padrão cultural e resistindo à hegemonia dos padrões externos a ela.



Saiba mais

Uma das críticas mais originais à indústria cultural pode ser vista no filme *O show de Truman* (1998). A ideia de um homem-produto é o centro da crítica à indústria cultural. No filme, um jovem, Truman, é adotado por uma grande corporação e transformado em produto. Desde o seu nascimento, os seus dias são transmitidos para todo o planeta. Aos poucos, Truman começa a desconfiar de que a sua vida não é o que parece ser, de que o que lhe acontece não faz sentido algum. A jornada de Truman torna-se, assim, a jornada do autoconhecimento e da reflexão sobre a verdadeira natureza da existência.

O SHOW de Truman. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1998. 103 min.

As manifestações culturais e seus públicos podem ser divididos em três grupos distintos: a manifestação superior, a manifestação de nível médio (a *midcult*, associada ao universo burguês da classe média) e a manifestação de massa (*mass culture*), esta última tida como "inferior". A manifestação superior corresponde às expressões artísticas refinadas, composições musicais clássicas e obras literárias complexas. Essas formas mais "dignas", por sua vez, alimentam a *midcult*, que delas se aproveita para criar novas manifestações, mais fáceis de serem compreendidas e consumidas. A *midcult* também se apropria de valores consagrados pela crítica literária para produzir obras capazes de imprimir a seus consumidores um ar de sofisticação e erudição.



Observação

No início da década de 1980, a editora Record lançou a versão em português do livro *O nome da rosa*, de Umberto Eco. Trata-se de um romance de difícil compreensão, dada a imensa erudição do autor e dado que vários trechos do livro estão redigidos em latim, o que tingia a narrativa com elementos históricos e filosóficos bastante complexos. O livro tem mais de 600 páginas e o mercado editorial surpreendeu-se quando a obra permaneceu durante meses na lista dos livros mais vendidos no Brasil. Para os críticos literários, os consumidores haviam pressentido que se tratava de uma obra de qualidade, haviam comprado o livro para expor em suas estantes e, provavelmente, jamais haviam se arriscado a ler o texto. O livro, portanto, estava sendo consumido não como obra literária, mas como objeto de decoração.

A cultura popular abrange as manifestações culturais de um povo (ou de uma nação, compreendidas aqui as tradições, o folclore, as formas de vestir, de criar filhos, de trabalhar, de educar); por sua vez, a cultura de massa (ou cultura pop, como também é denominada) envolve produtos que são

produzidos para o consumo de determinado segmento da sociedade. Embora a cultura de massa tenha algumas utilidades (por exemplo, ela pode colaborar para que o indivíduo desenvolva sentimentos de pertencimento a um grupo), ela também exerce uma função alienadora, já que força o indivíduo a conceber como sua uma identidade social que não necessariamente corresponde a suas experiências e seus valores. Ela também pode provocar o apagamento de certos traços culturais de uma comunidade: imagine o impacto das imagens do Rio de Janeiro e dos cariocas nos grupos que vivem no interior do Brasil, sem acesso a qualquer um desses bens de consumo que fazem parte da vida urbana. É interessante pensar em como o imaginário desses grupos apreende e "arquiva" esse tipo de informação.

Assim, a indústria cultural pode promover o conformismo social, já que se limita a oferecer produtos para consumo, evitando a reflexão a respeito de si mesmo e da identidade do grupo. Evidentemente, isso não invalida o fato de que a cultura de massa colabora para que os indivíduos entrem em contato com a cultura da sociedade: crianças aprendem a dominar a linguagem, adultos se comunicam com o mundo em que vivemos por meio de telejornais, e as novelas impõem padrões de comportamento e de moda. No caso brasileiro, também é importante notar que não raras vezes a indústria cultural absorveu elementos culturais de determinadas regiões, transformando-os em produtos a serem consumidos por todos os indivíduos: é o caso da música axé, tipicamente baiana, que foi promovida pelo fenômeno da comunicação de massa e hoje está presente em todas as regiões do país. Em outras palavras, a indústria cultural alimenta-se da cultura popular para que possa desenvolver e disseminar produtos culturais.



Figura 22 – Em um país de proporção continentais, como o Brasil, a televisão se configura como o principal instrumento para a propagação de ideias, hábitos e comportamentos

Disponível em: <https://bit.ly/3Njm71u>. Acesso em: 28 out. 2022.



Observação

Justamente por serem influenciadoras e determinantes no processo de apreensão de modos e costumes, as novelas brasileiras tiveram um importante papel na disseminação de valores e comportamentos sociais desejáveis. Assim, o fato de uma novela apresentar uma família negra de classe média, na qual os pais têm ensino superior, é importante como instrumento para combater o preconceito. Já tivemos novelas que buscaram incentivar a doação de órgãos e o respeito a pessoas transgênero, da mesma forma como outras novelas criticaram a especulação imobiliária e discutiram o alcoolismo e a corrupção.

Nos dias de hoje, a cultura encontra inúmeros canais para se disseminar e alcançar grupos até então inatingíveis. De fato, a revolução digital aumentou a capilaridade existente nos meios de comunicação, fazendo inclusive surgir um novo agente no intrincado emaranhado de relações destinadas a produzir e propagar ideias e comportamentos.

Afinal, o que é o *influencer*? Inserido no contexto de um mundo globalizado e digitalizado, no qual as plataformas sociais desempenham o papel mais importante na disseminação e cristalização de hábitos, o *influencer* é o grande vendedor, é aquela pessoa que, por carisma ou outros motivos, consegue cooptar e conquistar consumidores. Segundo Souza (2019),

entendemos como *digital influencers* os usuários de "sites de redes sociais" ou "sites dedicados aos conteúdos gerados pelos usuários" que se tornam populares angariando seguidores. Ao conquistarem grande número de seguidores, tais usuários seriam dotados da capacidade de influenciar aqueles que os seguem em suas escolhas de consumo, isto é, na compra de produtos e/ou serviços e a partir disso seriam contratados por empresas e/ou marcas para que falem sobre elas para seu público seguidor. A capacidade de influência brotaria supostamente de uma identificação por parte do seu "público" com as postagens, principalmente fotos e vídeos (conteúdo), feitas pelos influenciadores digitais. Assim, como reflexo do desenvolvimento das plataformas de mídias sociais, "os usuários 'negociaram' a decisão e os modos de apropriar-se delas para seus hábitos cotidianos" (Van Dijck, 2016, p. 22, tradução nossa). (SOUZA, 2019, p. 13-14).

O *influencer* surge por sua capacidade de atrair atenções e de se posicionar como alguém no qual outros podem confiar. Fidelizados, os consumidores passarão a consumir os produtos por ele indicados, ao mesmo tempo que os supostos vínculos de amizade entre eles e o *influencer* se fortalecem. Os ganhos auferidos pelos *influencers* estimulam outras pessoas a se profissionalizar e trabalhar como influenciador digital.

A habilidade e o poder de influenciar pessoas fez com que surgisse uma das profissões que mais crescem, segundo matéria da revista digital *Exame* (2018). O texto aponta que existem 7.500 influenciadores digitais por todo o Brasil, segundo a pesquisa "Raio-X dos influenciadores digitais do Brasil", realizada pela Apex. Ainda segundo o texto, esse número é muito maior se somados a ele os microinfluenciadores (pessoas que tenham de 5 mil a 100 mil seguidores em suas redes) (GOMES; NEVES; PEREIRA, 2019, p. 6).

Ao "seguir" um determinado artista ou anônimo, o consumidor declara que aquela pessoa é digna de confiança. De forma bastante compreensível, a pandemia do coronavírus e o isolamento social obrigatório aumentaram a importância e a visibilidade dos *influencers*: impedidas de circular e de se encontrarem com amigos, as pessoas viram crescer o tempo de exposição à internet, elevando, também, o consumo de bens e serviços oferecidos pela rede. Esta é uma relação bastante curiosa:

Uma relação com fins comerciais não explicitados/reconhecidos que será construída na lógica da "dica de amigo". Isso quer dizer que se busca estabelecer uma relação de proximidade e confiança, ou algo que traga essas sensações, com fins comerciais que são omitidos, ocultados ou subentendidos como se não existissem ou não fossem a tônica da relação estabelecida na plataforma (SOUZA, 2019, p. 15).

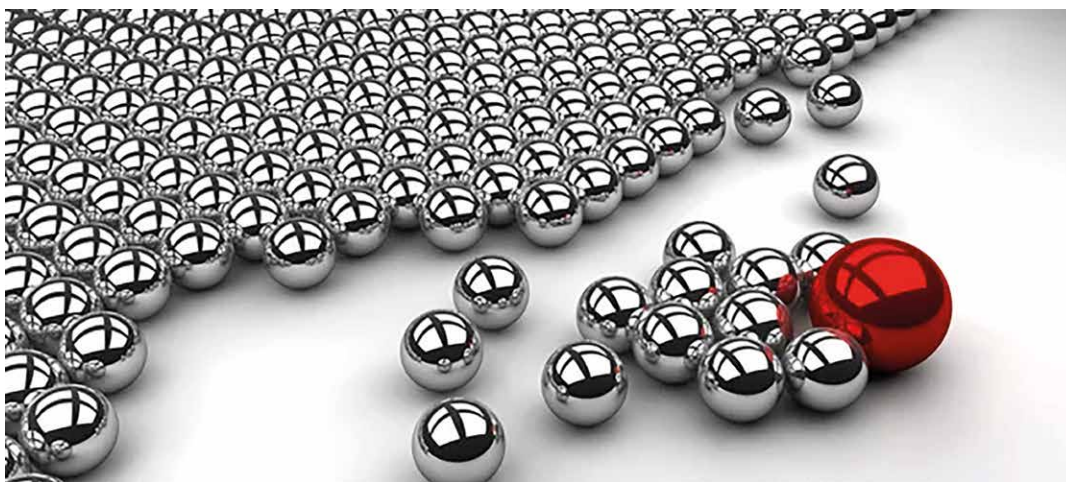


Figura 23 – O influencer, típica figura do mundo digital, é o agente que busca conquistar clientes para o consumo de ideias, bens ou serviços

Disponível em: <https://bit.ly/3DIZ55C>. Acesso em: 28 out. 2022.

Em uma sociedade em que imperam os valores do capitalismo, tornou-se fundamental a existência de "gurus" com autoridade junto aos consumidores e que sugerem a aquisição de determinados bens e serviços. Os *influencers* são exatamente isto: pessoas que estão nas plataformas da rede – um grande palco – indicando o consumo de itens, apoiadas na confiança depositada pelos consumidores atraídos por suas palavras e mensagens.

Se a cultura são as lentes dos óculos com os quais vemos o mundo, os *influencers* são os polidores de vidro que podem contribuir – ou não – para que as pessoas vejam aquilo que for do interesse deles. Passamos, assim, a ver o mundo por meio dos olhos desses agentes, que se tornam, em última instância, nossos coaches de consumo. Aliás, façamos uma correção: coaches de um consumo possível ou não. É certo que muitas pessoas são seguidoras de *digital influencers* que divulgam produtos cujos preços extrapolam, e muito, as suas limitações orçamentárias. Cabe a pergunta: se esses influencers falam de um consumo impossível de acontecer, qual a vantagem em segui-los?

O que muito dos seguidores buscam ao assistir e comprar as mercadorias apresentadas pelos influenciadores é a fuga de sua realidade, uma vez que a sociedade do século XXI vive numa incessante busca pelo ter, uma sociedade centrada em bens materiais que estão fora de sua existência, visto que a maneira em que é transmitido, a mensagem ao receptor gera um signo, isto é "[...] cria na mente da pessoa, um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido [...]" (Santaella, 2008, p. 12), gerando a representação de algo para alguém (GOMES; NEVES; PEREIRA, 2019, p. 6).



Resumo

As explicações sobre o princípio da vida e do universo estão organizadas em três grandes grupos: no criacionismo prevalece o texto da Bíblia, principal fonte do conhecimento das religiões cristãs e judaicas; no evolucionismo, assumem-se como corretas as teorias de Darwin a respeito da origem das espécies por meio da evolução e da seleção natural; no terceiro, buscam-se explicações que possam oferecer alternativas às científicas, em especial por meio de um modelo de design inteligente.

A teoria de Darwin tornou-se hegemônica e é a partir dela que a ciência trata a questão da evolução das espécies. Segundo esse modelo, o ser humano é um *Homo sapiens*, da espécie *sapiens* (sábia) do gênero *Homo* (homem). Na luta pela sobrevivência, restaram os mais capazes de se adaptar à fome, à luta contra outras espécies, às limitações geográficas etc. Mais: cada povo, e como resultado dos desafios que teve que enfrentar, desenvolveu comportamentos específicos e diferenciados.

As ideias de Darwin inspiraram inúmeras concepções que não tinham qualquer relação com a sua teoria. Por exemplo, o darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903), seu principal pensador, defendeu a ideia de que a aplicação da teoria da seleção natural ao desenvolvimento da sociedade justificava a construção de uma hierarquia entre sociedades e etnias. Os mais aptos (supostamente mais inteligentes e fortes) estariam determinados a sobreviver, enquanto outros grupos mais frágeis desapareceriam.

A concepção de que a biologia seria capaz de explicar as diferenças entre povos, em especial no tocante às suas habilidades e inteligências, teve o seu ápice com as abordagens eugênicas e, mais tarde, com as políticas de aniquilação de populações que não possuíam as marcas de uma suposta superioridade. Assim, o determinismo biológico procurou explicar as diferenças étnicas a partir de características biológicas. Por sua vez, o determinismo geográfico tomou como pressuposto a ideia de superioridade racial em função de fatores tidos como naturais.

Prover a família ou cuidar dos filhos, realizar atividades intelectuais ou braçais, apreciar música clássica ou popular, preferir tal ou qual comida: todos esses são comportamentos socialmente construídos e de forma alguma são determinados em função de características biológicas. Tampouco são determinados por conta de circunstâncias geográficas: não é o relevo ou o clima que determina as características culturais de um povo. É claro que

as condições ambientais impõem desafios aos seres humanos, mas não determinam as respostas que eles oferecerão, tampouco os comportamentos que desenvolverão.

Chamamos de cultura o conjunto de modos e comportamentos que nos identifica: tradições, linguagens, hábitos, crenças, modos de se alimentar, de criar os filhos, de casar, de lidar com a morte e com a vida. Podemos compreender a cultura a partir de duas perspectivas. A primeira entende a cultura como a soma de todos os aspectos referentes à vida social; a segunda entende a cultura como associada ao conhecimento e ao arsenal de saberes de uma sociedade.

O fato de a cultura ser resultado de relações históricas, social e economicamente determinadas, faz com que ela tenha um caráter dinâmico. Isso significa dizer que ela se transforma ao longo do tempo, em especial por causa de novos desafios e novas situações diante das quais a sociedade é colocada.

Chamamos de endoculturação o processo por meio do qual os indivíduos aprendem normas e valores e assumem determinados comportamentos aceitos pelo grupo social ao qual pertencem.

Culturas distintas podem entrar em contato, trocar informações ou entrar em conflito, construindo processos de aculturação ou hibridação. A aculturação diz respeito ao domínio de uma cultura sobre a outra. A hibridação acontece quando há uma troca de informações entre duas culturas, de forma natural e de maneira que uma não prevaleça sobre a outra.

A apropriação cultural ocorre quando uma cultura toma posse de um elemento de outra cultura. Quando esse elemento representa um símbolo de luta ou de identidade de outra cultura, há o risco de descaracterizar o contexto do qual ele foi extraído, alimentando preconceitos ou desvalorizando a construção identitária desses grupos.

As teorias modernas concordam que as culturas são sistemas de valores e padrões de comportamento socialmente construídos e transmitidos. A cultura é o que permite a organização social e o que caracteriza essa organização social. Ainda, as teorias modernas consideram que a mudança cultural é, basicamente, um processo de adaptação, tal como outros processos de adaptação frequentemente observados na seleção natural.

Ao negar o darwinismo social, que identificava linhas evolutivas nas manifestações culturais, Boas, um dos pioneiros na construção da

antropologia, procurou mostrar que a estranheza diante de culturas diferentes não justificava o julgamento, tampouco o preconceito das culturas hegemônicas em relação ao que contrastava com seus próprios modos e valores.

Durante muito tempo, o conhecimento a respeito do outro foi construído por meio de duas abordagens: a exibicionista, na qual os nativos eram apresentados como animais, e a que fazia uso do senso comum para compreender uma outra cultura com base em outras realidades.

O senso comum emerge do imaginário e dos hábitos de associação que fazemos entre ideias ou entre fenômenos. A ciência construída para investigar as origens das organizações sociais e as transformações pelas quais o ser humano e a sociedade passaram é a antropologia.

A definição clássica de antropologia a identifica como o estudo do homem e da cultura do outro. O outro será o instrumento para que possamos entender mais a respeito de nós mesmos.

No campo da pesquisa antropológica, dois grandes grupos se organizaram: na Inglaterra, os antropólogos buscaram investigar a organização social e política de grupos sociais, desenvolvendo o que conhecemos como antropologia social; os antropólogos americanos, em contrapartida, ocuparam-se de investigar as variações culturais e como a cultura é capaz de moldar indivíduos e seus comportamentos, desenvolvendo a antropologia cultural.

Um dos métodos mais utilizados na pesquisa antropológica é o da pesquisa qualitativa etnográfica. A observação natural, a observação participante e a realização de entrevistas fornecem os instrumentos capazes de apreender as diferenças culturais e os elementos que são objeto de interesse do pesquisador.

Os estudos etnográficos – e, de maneira geral, os antropológicos – partem da premissa de existência de diversidade cultural. Há muitas culturas, parecidas ou não com as nossas, mais ou menos complexas que as nossas. Curiosamente, a globalização – que inicialmente soava como um discurso de homogeneização cultural – tornou quase que mandatória a necessidade de conviver democraticamente com as diferenças, em especial as culturais.

A questão da diversidade cultural vem sendo tratada a partir de três principais perspectivas: a negação, a ação afirmativa (e consequente assimilação) e a compreensão das diferenças.

No Brasil, um dos maiores focos de conflitos e debates com relação à diversidade cultural emerge quando da reflexão a respeito dos direitos dos indígenas. A Constituição Federal de 1988 criou uma série de dispositivos destinados a garantir os direitos dos indígenas, inclusive atribuindo ao Estado o dever de defendê-los e protegê-los.

Enxergamos e julgamos o mundo que nos cerca a partir das lentes transmitidas de geração em geração. Nos grupos sociais nos quais nos inserimos (inicialmente, na família; em momento posterior, na escola), aprendemos hábitos, modos e valores. Aliás, esforçamo-nos a nos acomodar ao grupo, adquirindo o comportamento que ele considera adequado, absorvendo a sua cultura.

Cada cultura funciona de acordo com a sua própria lógica. É preciso, ainda, atentar para o fato de que a cultura é dinâmica, ou seja, ela se modifica ao longo do tempo, por fatores internos ou externos.

A cultura pode se tornar objeto da indústria, transformando-se ela mesma em indústria. Ainda mais considerando as relações de poder econômico, a própria hegemonia de empresas multinacionais acaba por estimular a criação de padrões culturais mundiais, em especial com o objetivo de conseguir produzir em escala e ganhar mais.

A cultura popular abrange as manifestações culturais de um povo (ou de uma nação, compreendidas aqui as tradições, o folclore, as formas de vestir, de criar filhos, de trabalhar, de educar); por sua vez, a cultura de massa (ou cultura pop, como também é denominada) envolve produtos que são produzidos para o consumo de determinado segmento da sociedade.



Exercícios

Questão 1. (Enade 2008) Em sua obra histórica, Heródoto (484-425 a.C.) narra as Guerras Médicas e menciona as inóspitas e longínquas terras da Cítia, atual Ucrânia. Segundo Heródoto,

A leste [...] chega-se ao território dos citas nômades, que nada semeiam e não lavram terra alguma. Todo aquele território [...] é desprovido de árvores. [...] O inverno é tão rigoroso que durante oito meses do ano o frio é insuportável; [...] o mar congela [...] e os citas [...] passam por cima do gelo e irrompem com seus carros no território dos sindos. [...] [Nos] quatro meses restantes ainda faz frio. Esse inverno é de uma espécie diferente daquele de todas as outras terras; nessa estação, normalmente chuvosa em outras regiões, as chuvas lá são insignificantes, mas durante todo o verão chove ininterruptamente.

Fonte: HERÓDOTO. *História*. Brasília: UnB, 1988. p. 19-30.

A partir da citação anterior, pode-se identificar algumas estratégias usadas pelo historiador grego para narrar o "outro". No caso da caracterização dos citas, Heródoto:

- A) Conjugava vida comunitária, engenhosidade e isolamento.
- B) Dissociava a descrição dos costumes da influência dos fatores naturais.
- C) Relacionava o espaço natural e social à condição de selvageria.
- D) Valorizava o nomadismo como pressuposto para o exercício da liberdade.
- E) Reconhecia a diversidade e a fundamentava em termos étnicos.

Resposta correta: alternativa C.

Análise da questão

É por causa do ambiente frio e inóspito que aos citas só resta a vida selvagem. Eles não plantam, tampouco aram, porque o território é gelado e o frio insuportável. Nesse caso específico, o meio ambiente é determinante de certa forma de vida e de organização econômica.

Questão 2. (Enade 2011) Em reportagem, Owen Jones, autor do livro *Chavs: a difamação da classe trabalhadora*, publicado no Reino Unido, comenta as recentes manifestações de rua em Londres e em outras principais cidades inglesas. Jones prefere chamar atenção para as camadas sociais mais desfavorecidas do país, que desde o início dos distúrbios ficaram conhecidas no mundo todo pelo apelido *chavs*, usado pelos britânicos para escarnecer dos hábitos de consumo da classe trabalhadora. Jones denuncia um sistemático abandono governamental dessa parcela da população:

"Os políticos insistem em culpar os indivíduos pela desigualdade", diz. [...] "você não vai ver alguém assumir ser um *chav*, pois se trata de um insulto criado como forma de generalizar o comportamento das classes mais baixas. Meu medo não é o preconceito, e sim a cortina de fumaça que ele oferece. Os distúrbios estão servindo como o argumento ideal para que se faça valer a ideologia de que os problemas sociais são resultados de defeitos individuais, não de falhas maiores. Trata-se de uma filosofia que tomou conta da sociedade britânica com a chegada de Margaret Thatcher ao poder, em 1979, e que basicamente funciona assim: você é culpado pela falta de oportunidades. [...] Os políticos insistem em culpar os indivíduos pela desigualdade".

Adaptado de: Suplemento Prosa & Verso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 ago. 2011. p. 6.

Considerando as ideias do texto, avalie as afirmações a seguir.

- I – *Chavs* é um apelido que exalta hábitos de consumo de parcela da população britânica.
- II – Os distúrbios ocorridos na Inglaterra serviram para atribuir deslizes de comportamento individual como causas de problemas sociais.
- III – Indivíduos da classe trabalhadora britânica são responsabilizados pela falta de oportunidades decorrente da ausência de políticas públicas.
- IV – As manifestações de rua na Inglaterra reivindicavam formas de inclusão nos padrões de consumo vigente.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Resposta correta: alternativa E.

Análise das afirmativas

I – Afirmativa incorreta

Justificativa: o apelido *chavs* não é usado de forma positiva, ao contrário, ele discrimina e materializa uma situação de preconceito com a classe trabalhadora simples.

II – Afirmativa correta.

Justificativa: há duas maneiras de se investigar uma onda de distúrbios ou conflitos: a que busca as causas individuais (e, nesse caso, os indivíduos são responsabilizados por agirem de forma particular) e a que busca compreender o todo no qual essas ações estão inseridas. Assim, os distúrbios que ocorreram na Inglaterra, embora fossem um fato social (ou seja, que estava associado ao comportamento de um grupo), foram atribuídos a comportamentos individuais.

III – Afirmativa correta.

Justificativa: se for adotada uma abordagem na qual a ação do indivíduo não tem qualquer associação ou causa com questões sociais, que atingem todo o grupo, ele, e apenas ele, passa a ser responsável pelos problemas do desemprego, da miséria, da falta de oportunidade.

IV – Afirmativa correta.

Justificativa: dada a exclusão de um mundo no qual há abundância de bens e serviços, e considerando que essa exclusão é explícita e visível, sobra aos excluídos a reivindicação de inclusão para que também possam usufruir dos benefícios da riqueza capitalista.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface.

Unidade II

Nesta unidade, você entrará em contato com questões referentes às relações étnico-raciais, ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Discutiremos, ainda, o papel da cultura no mundo globalizado, tanto como fator de coesão quanto de conflito.

5 A SOCIEDADE I

5.1 As relações étnico-raciais

O preconceito, a exclusão e a dificuldade em conviver com a diversidade são fenômenos que emergem, em especial, das relações étnico-raciais. O preconceito diz respeito ao sentimento hostil em função de uma generalização: por exemplo, há quem tenha ódio dos judeus por eles serem, supostamente, ricos e arrogantes (nesse caso, tem-se o antissemitismo). Há quem tenha ódio dos muçulmanos por eles serem, supostamente, menos empreendedores e mais violentos (nesse caso, tem-se a islamofobia).

O grande problema do preconceito é que ele generaliza, de maneira completamente equivocada, as qualidades e os defeitos de um indivíduo **para todo o grupo étnico**. Os judeus **não** são mais ricos e os muçulmanos **não** são mais violentos: há judeus ricos e pobres, violentos e não violentos; da mesma forma, há muçulmanos ricos e pobres, violentos e não violentos.

De onde nasce a generalização, então? Em geral, ela está associada à necessidade de justificar racionalmente um sentimento hostil ou de ódio em relação a determinadas etnias. É mais fácil se justificar a aversão a um grupo étnico de forma racional, atribuindo qualidades ou defeitos, do que apenas afirmar não gostar ou ter ódio em relação a certas etnias.

Como você deve ter notado, o preconceito implica o julgamento de algo antes de conhecê-lo, ou seja, ter uma opinião já constituída a respeito de alguma coisa, ou de alguém, mesmo sem ter tido experiência com essa coisa ou com esse alguém. Imaginemos (e, pensando bem, esse é um erro já cometido muitas vezes) que uma pessoa do signo de Leão tenha magoado seus sentimentos. Uma atitude preconceituosa seria projetar esse evento **para todas as pessoas** do signo de Leão. A opinião com base num único evento serviria como justificativa para o julgamento de um grupo todo. Vamos imaginar agora que, no momento de contratar funcionários, você decidisse não contratar ninguém do signo de Leão, já que a sua experiência com pessoas desse signo não foi positiva. Imagine agora que você decida que essas pessoas não deveriam ter acesso aos serviços de saúde, tampouco poderiam morar nos bairros onde residissem indivíduos cujos signos fossem outros. Nessa situação, estariam visíveis não apenas o preconceito (o julgamento com base na generalização), mas também a diferenciação, ou seja, a constituição de uma situação de desigualdade com base em critérios sem o menor propósito, ou apenas por conta de características dos indivíduos.

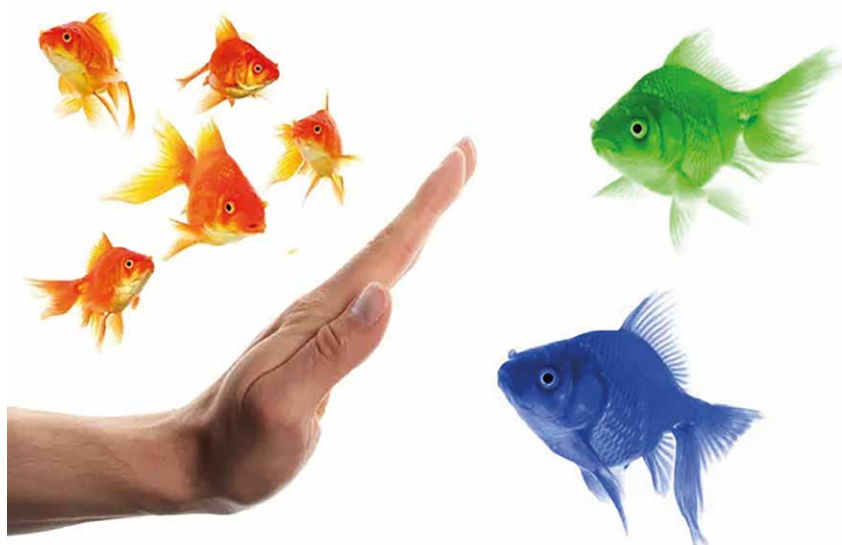


Figura 24 – O preconceito surge com base no julgamento que se apoia na generalização; por sua vez, a diferenciação estabelece uma situação de desigualdade com base em critérios despropositados e sem qualquer suporte na evidência empírica da realidade

Disponível em: <https://bit.ly/3gWB3Xe>. Acesso em: 28 out. 2022.

Nem sempre é possível identificar com clareza uma atitude preconceituosa. Aliás, na maior parte das vezes, o preconceito está camuflado, escondido atrás de atitudes de indiferença ou frieza. Em outras palavras, o preconceito é implícito, tal como ocorre com grandes empresas que, denunciadas, são alvos de protestos e de boicote por parte dos consumidores. Dois exemplos recentes são o caso de um homem negro espancado nas instalações de um grande supermercado e a descoberta de que uma grande rede de lojas de roupa havia estabelecido alguns protocolos para se defender de assaltos. Detalhando: no final de 2020, dois seguranças espancaram um homem negro que havia se desentendido com uma funcionária de um grande supermercado. A morte do homem negro, pública e filmada por outros consumidores, causou grande comoção. A pergunta que todos se fizeram foi: "Caso tivesse sido um homem branco a se desentender com a funcionária, haveria tamanha reação por parte dos seguranças?". Com relação à rede de lojas, foi descoberto um protocolo no qual qualquer cliente negro que adentrasse o estabelecimento passava a ser acompanhado, de perto, por um segurança. Qual o motivo para vigiar clientes negros, mas não vigiar clientes brancos?

Há inúmeras formas de manifestar preconceito, ou seja, de julgar pessoas ou grupos de pessoas com base em generalizações sem qualquer fundamentação. Apenas para exemplificar, temos: a) o eurocentrismo (valoriza a superioridade da visão europeia sobre outras visões de mundo, considerando-as primitivas e inferiores); b) a homofobia (aversão e rejeição ao homossexual e à homossexualidade); c) o racismo (aversão e rejeição a pessoas ou grupos de outras etnias, a partir da crença numa inexistente hierarquia entre as raças); d) o sexismo (aversão e rejeição a pessoas de outro sexo); e) a xenofobia (temor, desconfiança e rejeição em relação a estrangeiros); e) a gordofobia (aversão e rejeição a pessoas obesas); f) o etarismo (rejeição com base na idade).



Saiba mais

Sugerimos alguns filmes que abordam vários dos comportamentos descritos. Em *Faça a coisa certa* (1989), o diretor Spike Lee aborda as relações conflituosas entre pessoas de diferentes comunidades, todas vivendo no mesmo bairro em Nova York: durante o filme, negros, coreanos, italianos envolvem-se em situações de extrema tensão racial.

Em *O filho do outro* (2012), dois jovens, um judeu-israelense e um palestino, descobrem que, durante um bombardeio à maternidade em que nasceram, foram trocados e entregues às famílias erradas. Ao conhecerem suas verdadeiras identidades, eles entram em conflito com a resistência que haviam construído em relação à cultura do outro.

FAÇA a coisa certa. Direção: Spike Lee. Estados Unidos: Universal Pictures, 1989. 120 min.

O FILHO do outro. Direção: Lorraine Lévy. França: Imovision, 2012. 110 min.

Um exemplo de manifestação de preconceito são os estereótipos, os padrões que se estabelecem e se generalizam, independentemente de evidências ou de algum conhecimento profundo sobre o fenômeno ou o objeto. Um exemplo de estereótipo seria atribuir o adjetivo de preguiçoso aos moradores de determinado estado brasileiro. Outro exemplo de estereótipo seria afirmar que pessoas de determinada religião são avarentas e desleais. Com base em que argumentos é possível fazer essas afirmações?

Vejamos, agora, a questão da exclusão. A exclusão está associada ao fenômeno de discriminar e afastar um grupo ou uma pessoa do convívio social. A desigualdade, que tanto pode ocorrer em função de diferenças étnicas, culturais ou religiosas quanto em função de diferenças econômicas, está por trás da iniciativa (voluntária ou fruto da omissão diante de quadros de exclusão social) da não aceitação de grupos ou pessoas por causa de características reais ou imaginárias.

Nem sempre o grupo minoritário é alvo da exclusão social. Em outros termos, o que coloca uma pessoa ou um grupo em situação de discriminação não é a variável quantitativa; ao contrário, grupos minoritários conseguem alcançar uma posição tal de hegemonia (de predominância social), que isso permite que, embora em número menor, sejam responsáveis pela discriminação de grupos maiores. Segundo Chaves,

é notório nesse caso o exemplo da União Sul-Africana, onde impressionante minoria quantitativa branca domina e subjuga enorme maioria negra, impondo-lhe a política do apartheid e impingindo-lhe todas as normas de ação. Nesse caso, sociologicamente, a "minorias" são os negros, enquanto a maioria são os brancos, manipuladores do poder (CHAVES, 1971, p. 150).



Saiba mais

O apartheid foi um regime de segregação racial (separação racial) instituído na África do Sul entre 1948 e 1994.

Embora fosse majoritária, a comunidade negra teve que se submeter à legislação separatista: os negros eram proibidos de votar, adquirir terras e, inclusive, casar ou manter relações sexuais com os brancos.

A comunidade internacional promoveu um boicote contra a África do Sul, buscando sinalizar a inadequação do regime de segregação racial. Em 1994, Nelson Mandela, que havia permanecido preso durante 26 anos por lutar pelos direitos da maioria negra, foi eleito presidente do país.

Sugerimos que você assista ao filme *Invictus* (2009), que narra os esforços de Mandela para pacificar o país após o fim do apartheid.

INVICTUS. Direção: Clint Eastwood. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2009. 133 min.

Em algumas ocasiões, grupos majoritários excluem grupos minoritários; em outras, grupos minoritários encarregam-se de impor sua vontade aos demais. O ambiente propício para a discussão dessas questões é o democrático, no qual todos os cidadãos são livres para votar e se expressar. Afinal, como lembra Carmo (2016, p. 204), "na democracia deve predominar a vontade da maioria, como argumento quantitativo, mas, do ponto de vista qualitativo, democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir".

Nos ambientes democráticos, tornou-se comum que grupos minoritários se auto-organizem com o objetivo de eleger representantes que lutem por suas causas ou que possam colocar suas pautas na arena de debates democráticos. Em outros termos, grupos minoritários devem ter a oportunidade de se fazer representar e ouvir, conduzindo suas reivindicações no campo político.

Todos os autores indicam que minorias e grupos vulneráveis originam-se em relações de assimetria social (econômica, educacional, cultural etc.). Nessa perspectiva, minoria pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele. A vulnerabilidade advém, pois, de pressões desse suposto padrão de normalidade, que pressiona tudo e todos que possam ser considerados diferentes (CARMO, 2016, p. 205).

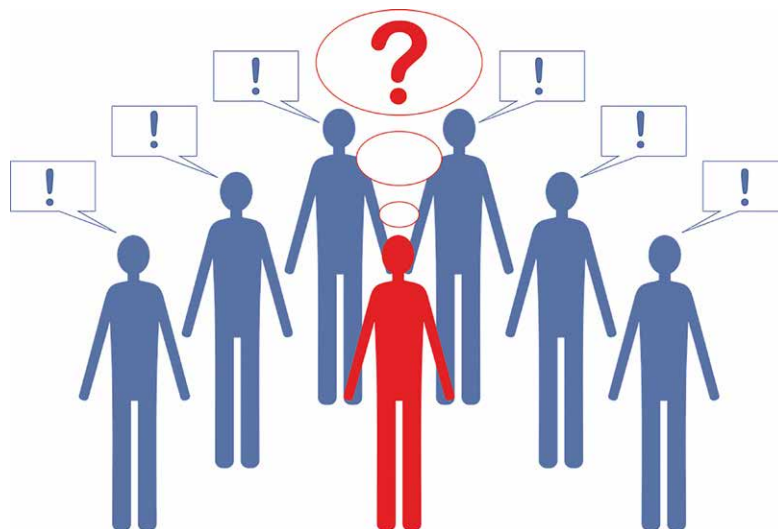


Figura 25 – Segundo Carmo (2016, p. 205), "a violência, por sua vez, tanto pode ser física quanto simbólica, originária dessa pressão, que, muitas vezes, na forma de preconceito e rejeição, marginaliza e discrimina o diferente"

Disponível em: <https://bit.ly/2ENGP57>. Acesso em: 28 out. 2022.

São diversos os atores sociais que vêm participando das discussões sobre a natureza da democracia na sociedade e sobre a capacidade de o sistema proteger minorias e vulneráveis. Mais importante ainda, eles têm lutado para que sejam criados instrumentos democráticos para a defesa de grupos minoritários ou majoritários contra o preconceito, a exclusão e o discurso de ódio.

Um exemplo atual é o discurso de ódio contra determinados grupos religiosos. Apesar da miscigenação étnica, a sociedade brasileira não tem conseguido evitar manifestações de intolerância religiosa, em especial contra sujeitos de determinadas religiões afro-brasileiras, em geral promovidas por parte de algumas correntes neopentecostais (FERNANDES, 2015).

Podemos ver manifestações de intolerância religiosa em todos os lugares do mundo. É importante notar que a maioria delas ocorre em países onde regimes autoritários combinam sentimentos nacionalistas com a intolerância a determinados grupos religiosos, como as perseguições aos cristãos no Oriente Médio e na Ásia, geralmente promovidas pelo extremismo muçulmano. Nesse caso, o preconceito é uma via de mão dupla, já que a intolerância religiosa também tem deixado marcas nos países da Europa onde imigrantes de países islâmicos buscaram acolhimento em função das inúmeras guerras civis: nesse caso, a cultura tradicional europeia reage contra a cultura muçulmana, vista pela primeira como estranha e associada ao terrorismo.

No Brasil, um dos casos mais emblemáticos foi a violência cometida contra a menina Kaylane, no Rio de Janeiro, atingida por uma pedra quando saía de um culto de candomblé, em 2015. A ação de homens portando a Bíblia e proferindo ameaças e insultos foi atribuída a grupos evangélicos e, posteriormente, provocou reações de várias correntes religiosas, que entenderam a importância de se defender a liberdade religiosa (FERNANDES, 2015).



Observação

O discurso de ódio é caracterizado por manifestações verbais violentas, nas quais a intolerância é o traço maior. Em geral, é utilizado por grupos que discriminam pessoas em função de sua origem, etnia, identidade e orientação sexual.

São bastante conhecidos os atos de violência de dois grupos: os neonazistas na Europa e nos Estados Unidos e os que defendem a supremacia branca, em especial no território norte-americano. Os neonazistas reinterpretaram as ideias de Hitler, acomodando-as no contexto da globalização: o alvo agora não são apenas judeus, mas negros, muçulmanos e quaisquer outros representantes de minorias étnicas. Os supremacistas brancos, cuja organização mais conhecida é a Ku Klux Kan (ou KKK), acreditam que a etnia branca é superior a quaisquer outras etnias.

A necessidade de a sociedade democrática se prevenir das ações violentas com base em comportamentos preconceituosos é, nesse caso, fundamental. Segundo Baraldi e Peruzzo (2015, p. 349), todo arcabouço legal e institucional deve sinalizar, de maneira inequívoca, que os direitos das minorias e dos excluídos estão protegidos pela lei. Além disso, a sociedade plural reconhece o direito à diferença e à liberdade de expressão e religiosa e sinaliza com clareza a ideia de que o ambiente democrático é fortalecido quando a participação social está enraizada na sociedade.

Ainda, é importante notar que as leis não devem apenas ficar circunscritas **à tolerância ao que é diferente**; deve estar garantida a convivência respeitosa, bem como deve haver instrumentos para combater o preconceito e a discriminação, criando espaços para discussão e acolhimento das vozes dos outros. Segundo Baraldi e Peruzzo (2015, p. 359),

ocorre que apenas a criminalização de condutas preconceituosas e discriminatórias não tem se mostrado suficiente, seja pela omissão dos órgãos estatais que deveriam punir as pessoas que cometem esses crimes, seja pelo fato de a mídia veicular atos e manifestações preconceituosas sem qualquer contextualização ou preocupação de orientar o espectador no sentido de receber as notícias com um posicionamento crítico que não reproduza os atos e manifestações criminosas. Por esse motivo, a educação em direitos humanos pode assumir um papel fundamental na superação do preconceito e na promoção das diferenças, possibilitando trocas culturais respeitadas em contextos plurais como o Brasil.

As representações sociais – opiniões e crenças compartilhadas com o grupo, e que cumprem um papel de construção de uma realidade comum – também colaboram para a constituição de preconceitos.

Vejamos: caso alguém fosse indagado a respeito do gênero de dois profissionais da área da saúde (um, de enfermagem; o outro, de medicina), qual seria a resposta? Provavelmente, o profissional de enfermagem seria uma mulher, e o de medicina, um homem. A sociedade construiu essas representações, que, por sua vez, foram disseminadas e acabaram por se constituir em formas de compreender o mundo. Para todos nós, parece mais provável haver uma enfermeira e um médico do que o contrário, embora essa representação possa ter pouca – ou quase nenhuma – evidência empírica que a sustente.

Tal fenômeno ocorre também nas produções fílmicas. Segundo Judensnaider, Figueiroa e Santos,

as crianças e adolescentes estão sujeitos à influência do conteúdo midiático na determinação de suas escolhas profissionais e de seus projetos de futuro, bem como na configuração de seus relacionamentos com pessoas do gênero oposto, no desenvolvimento da sua identidade de gênero e na busca por independência em relação ao ambiente familiar. Steinke (1999), na tentativa de explicar a dificuldade de meninas projetarem-se como cientistas, ressalva que as atitudes negativas de garotas em relação à área científica podem resultar, além da influência dos fatores sociais e domésticos específicos, também de imagens midiáticas que mostram mulheres cientistas de forma extremamente desfavorável. Esse conjunto de crenças fortaleceria, então, a ideia de que tais ocupações devam ser realizadas, sobretudo, por homens. Uma exceção recente no que concerne às questões de gênero e também étnico-raciais é o filme *Estrelas além do tempo* (2017), que narra a história de três matemáticas negras nos EUA, funcionárias da Nasa, durante a Guerra Fria. [...]

Dos 72 filmes produzidos entre 1991 e 2001 em que cientistas eram protagonistas, Steinke (2005) identificou 25 do sexo feminino. Analisando os conteúdos e discursos narrativos de 23 filmes, a autora concluiu que: a) na maioria das vezes, as cientistas eram mulheres atraentes, profissionais e realistas; b) em geral, comportavam-se de forma articulada, eram confiantes, competentes, criativas, determinadas e corajosas; c) as mulheres cientistas tinham que enfrentar conflitos com seus colegas do sexo masculino, sendo obrigadas a provar sua competência e defender projetos e pontos de vista; d) em 20 filmes, as mulheres cientistas envolviam-se em situações românticas e precisavam enfrentar conflitos entre a carreira e a vida pessoal; e, e) em apenas quatro filmes, as mulheres cientistas tinham filhos; na maior parte das vezes, eram solteiras e/ou haviam renunciado à família. Para Steinke (2005), os filmes analisados representam as mulheres cientistas de forma favorável: elas ocupavam posições de alto prestígio e eram portadoras de atributos inequívocos de competência, autonomia, confiança e independência, mesmo quando envolvidas em relações românticas. Enfrentavam desconfianças da comunidade científica, defendiam seus projetos, encaravam preconceitos e atitudes sexistas e, em algumas ocasiões, eram obrigadas a abrir mão dos créditos de seu trabalho em favor de colegas

homens. No entanto, eram bem-sucedidas profissionalmente, embora a expensas de planos de casamento e de maternidade (JUDENSNAIDER; FIGUEIROA; SANTOS, 2019, p. 84).



Saiba mais

Sugerimos que você veja *Filadélfia* (1993). Um advogado consegue esconder a sua sexualidade até começar a apresentar os primeiros sintomas da aids. Demitido da empresa em que trabalha, ele contrata um advogado negro, que secretamente é homofóbico, para processar a empresa que o demitiu. O filme aborda duas formas de preconceito: o preconceito contra homossexuais e o preconceito contra portadores do HIV.

Outro filme interessante, e citado anteriormente, é *Estrelas além do tempo* (2016). A narrativa envolve eventos reais relacionados ao grupo de pesquisadores que, na Nasa do início da década de 1960, procurava vencer a corrida espacial e científica no contexto da Guerra Fria. O filme conta a história de três matemática segregadas do restante do grupo por serem mulheres e negras.

FILADÉLFIA. Direção: Jonathan Demme. Estados Unidos: TriStar Pictures, 1993. 125 min.

ESTRELAS além do tempo. Direção: Theodore Melfi. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2016. 127 min.

Há várias formas de proteger as minorias e os grupos minoritários, bem como de lutar contra o preconceito. Por exemplo, governos podem criar leis que acolham e defendam os grupos que costumam ser alvos de violência e discriminação, ou então colocar em prática ações afirmativas. Outra forma de proteção é a ação de setores da sociedade civil que trabalham para que as vozes dos grupos excluídos possam se fazer ouvir.

A Declaração dos Direitos Humanos é um marco na defesa de grupos vulneráveis. Constituída após o final da II Guerra Mundial, buscou formalizar a necessidade de dar a todos os grupos étnicos e sociais a devida proteção legal e o apoio contra o preconceito.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948) afirma que:

Artigo 1 – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (UNICEF, 1948).

A Constituição Federal de 1988 incorporou o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu texto, declarando que:

"Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e no Art. 5º, inciso XLI, que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais" (OAB MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Outras leis importantes para a proteção de grupos minoritários e vulneráveis são:

- a) A Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que no seu art. 1º afirma que "serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".
- b) A Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha), de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e contra a mulher.
- c) A Lei n. 12.737 (Lei Carolina Dieckmann), de 2012, que criou mecanismos de defesa contra crimes cibernéticos no Brasil.
- d) A Lei n. 12.845 (Lei do Minuto Seguinte), de 2013, que ofereceu garantias e mecanismos de amparo a vítimas de violência sexual.
- e) A Lei n. 12.650 (Lei Joana Maranhão), de 2015, que aumentou o prazo para prescrição de crimes de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, aumentando a proteção às vítimas.
- f) A Lei n. 13.104 (Lei do Feminicídio), em 2015, que tipificou o crime que ocorre quando uma mulher é morta em decorrência de ser mulher, por causa do menosprezo e da discriminação à sua condição de mulher.



Figura 26 – A legislação brasileira vem procurando, nas últimas décadas, proteger a mulher da violência doméstica e do feminicídio, crime no qual o assassinato ocorre em função da condição feminina da vítima

Disponível em: <https://bit.ly/3feV8rz>. Acesso em: 28 out. 2022.

Vejamos com mais detalhes a estratégia de colocar em prática as ações afirmativas. Segundo Feres Júnior e Daflon (2014, *apud* MOREIRA; SILVA, 2020, p. 4), as ações afirmativas são

políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Podemos considerar exemplos de ações afirmativas todas aquelas práticas que buscam reparar e combater o preconceito e a discriminação, em especial no caso de grupos sociais que, do ponto de vista histórico, foram excluídos de oportunidades e de privilégios. Um dos resultados previstos pelas ações afirmativas é o de incluir socialmente os segmentos sociais que, por conta do processo histórico e de desenvolvimento do país, foram excluídos da socialização e da participação na sociedade.

Essas ações podem assumir características específicas para a proteção de determinados grupos, tais como o estabelecimento de cotas para afrodescendentes e alunos de escolas públicas, ou o incentivo às empresas para a contratação de pessoas com necessidades especiais.



Lembrete

As ações afirmativas têm como escopo uma compensação para grupos historicamente excluídos.



Figura 27 – O estabelecimento de cotas para afrodescendentes e para alunos de escola pública (em princípio, grupos discriminados e vulneráveis do ponto de vista socioeconômico) é uma das formas mais comuns de realizar ações afirmativas

Disponível em: <https://bit.ly/3fo3xc2>. Acesso em: 28 out. 2022.

Segundo o site do Ministério da Educação (BRASIL, 2020), "entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente". Assim,

o objetivo das ações afirmativas é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero etc. Como são feitas as ações afirmativas? Por meio de políticas que propiciem uma maior participação destes grupos discriminados na educação, na saúde, no emprego, na aquisição de bens materiais, em redes de proteção social e de reconhecimento cultural. Quais as ações afirmativas existentes no Brasil? Muitas ações afirmativas já foram e são feitas no Brasil, podemos citar: aumento da participação dos grupos discriminados em determinadas áreas de emprego ou no acesso à educação por meio de cotas; concessão de bolsas de estudo; prioridade em empréstimos e contratos públicos; distribuição de terras e moradias; medidas de proteção diferenciada para grupos ameaçados etc. Ações afirmativas são políticas antidiscriminatórias? Não. As ações afirmativas são preventivas e reparadoras no sentido de favorecer indivíduos que historicamente são discriminados. As políticas antidiscriminatórias são apenas formas de reprimir os discriminadores ou de conscientizar aqueles que possam vir a discriminar (BRASIL, 2020).

Dessa forma, uma política de ação afirmativa é uma estratégia que tem a finalidade de corrigir desigualdades presentes na sociedade, que, em geral, são frutos de processos históricos que penalizaram determinados segmentos sociais. Parece plausível considerar, por exemplo, que o fato de a escravidão no Brasil ter terminado apenas no final do século XIX pode explicar uma série de desigualdades entre brancos e negros, seja em questões salariais, seja em questões educacionais. Nesse caso, a ação afirmativa procura oferecer igualdade de oportunidades, de forma a obter maior equidade (mais justiça) nas relações sociais.

Há setores da sociedade que contestam as ações afirmativas, em especial no sentido de reparação histórica. Alguns falam de "preconceito reverso", uma ideia descabida que busca defender que as ações afirmativas "excluem" os grupos majoritários. Os defensores das ações afirmativas, por seu lado, argumentam que há claros indícios de que grupos sociais historicamente alijados do processo de desenvolvimento econômico são aqueles que recebem os piores salários, que têm menos acesso a serviços de educação e saúde e que, portanto, têm menos oportunidades para o crescimento profissional e pessoal. Demais, há sociólogos que discutem a perversidade maior do processo de exclusão social, qual seja, o fenômeno da reprodução da desigualdade pelas próximas gerações.

Isso ocorre, por exemplo, quando se examinam os resultados de processos de seleção para universidades: estudantes que têm como origem famílias cujos chefes têm menor nível de escolaridade tendem a ter um pior desempenho, comparativamente a estudantes que pertencem a famílias nas quais o pai ou a mãe têm curso universitário. Assim, a realização de programas para facilitar o acesso de grupos vulneráveis ao ensino superior tem como principal meta romper com o círculo vicioso, que reproduz a desigualdade social a cada geração.



Figura 28 – A ação afirmativa busca garantir igualdade de oportunidades, no intuito de trazer mais equidade (mais justiça) às relações sociais

Dissemos anteriormente que a grande vantagem das ações de política afirmativa é que elas "quebram" um círculo vicioso de desvantagem social. Um conceito fundamental para compreender esse processo é o de capital social, de autoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002): o capital social corresponde à herança cultural que cada um de nós carrega, ao que aprendemos no ambiente familiar, em especial no que concerne a objetos e produtos culturais (cinema, televisão, ida a museus, viagens a outros lugares do país e a outros países, exposição a outras culturas e línguas etc.). Mais do que renda, as variáveis mais associadas ao capital social são nível de instrução do pai e da mãe. Assim, em exames de larga escala (por exemplo, vestibulares, Enem, Enade e Pisa), observa-se que o melhor desempenho vem de alunos que pertencem a classes sociais mais elevadas e/ou que têm pai e mãe com nível superior de escolaridade. De certa forma, não deixa de ser decepcionante o fato de termos que assumir que a escola, enquanto instituição na qual ocorre a educação formal, não é capaz de, por si só, igualar os alunos em termos de desempenho.

Esse contexto estimula o estabelecimento de cotas, especialmente para interromper o ciclo da desigualdade social: por meio da reserva de vagas nas universidades públicas, adolescentes de famílias socialmente mais vulneráveis conseguem alcançar o nível superior; seus filhos, em consequência, terão mais oportunidades no futuro do que teriam caso fossem filhos de pessoas com grau de instrução menor. A manutenção da desigualdade social é combatida de forma eficaz.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *O preço do desafio* (1988). A narrativa mostra os esforços de um professor de matemática junto a uma comunidade marginalizada socialmente para que seus alunos sejam aprovados em exames de admissão em universidades.

O PREÇO do desafio. Direção: Ramon Menendez. Estados Unidos: 1988. 102 min.

Vejamos, agora, como os movimentos sociais buscam representar os grupos vulneráveis. Esses movimentos sociais, organizados ou não, têm como principal propósito defender os direitos das mulheres, dos afrodescendentes, das pessoas com necessidades especiais, dos indígenas e de pessoas que são discriminadas em função da orientação sexual. Fazemos a distinção entre grupos organizados ou não, pois temos, de forma simplificada, dois tipos de manifestação em termos de movimentos sociais:

- a) Há os grupos organizados, inclusive do ponto de vista legal, que trabalham com objetivos específicos em termos da proteção de alguma questão social de relevância. As ONGs (organizações não governamentais) são, tipicamente, dessa categoria. Elas nascem de iniciativas civis (ou seja, não têm o aparato estatal como origem) e arregimentam outros setores da sociedade para lutar por sua agenda.
- b) Há movimentos sociais espontâneos, que surgem de condições socioeconômicas muito específicas e que agem sem que haja qualquer estrutura legal ou administrativa norteando suas ações.

Um dos movimentos sociais que, recentemente, recebeu especial atenção da mídia internacional foi o Black Lives Matter (Vidas Negras são Importantes). Esse movimento foi criado em 2013 por ativistas negros e ganhou maior projeção em 2020, após a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, assassinado em uma ação policial filmada e divulgada em todas as redes sociais. O assassinato gerou uma enorme indignação social, levando milhares de pessoas às ruas, e não apenas nos Estados Unidos.

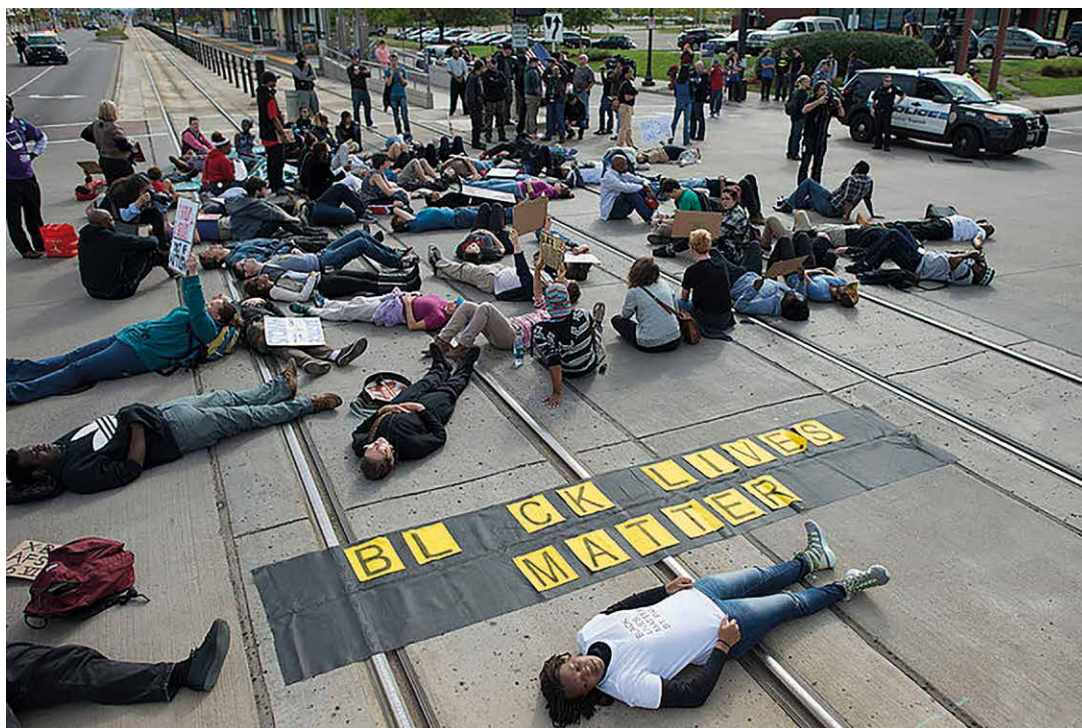


Figura 29 – O movimento Black Lives Matter tem buscado chamar a atenção das autoridades para a necessidade de proteção aos negros e de punição à violência policial contra os negros

Disponível em: <https://bit.ly/3Ua4TG3>. Acesso em: 28 out. 2022.

Outro movimento social interessante foi o Occupy Wall Street. Na segunda metade de 2011, em Nova York, um grupo de pessoas resolveu protestar contra o aumento da desigualdade social por conta da crise de 2008. Os manifestantes se instalaram em parques públicos da cidade e chamaram o seu movimento de Occupy Wall Street, ou seja, Ocupe Wall Street, o conhecido centro financeiro da maior cidade dos Estados Unidos. Muitos manifestantes usaram máscaras similares à do filme *V de vingança* (2005), e o movimento se espalhou pelo restante do mundo, sempre tendo como pauta principal a denúncia dos efeitos do capitalismo perverso, tais como a corrupção e os elevados impostos, e da falta de canais democráticos para que grupos minoritários pudessem se fazer ouvir.



Figura 30 – O movimento Occupy Wall Street surgiu nos Estados Unidos e, rapidamente, espalhou-se pelo mundo todo

Disponível em: <https://bit.ly/3zxzfup>. Acesso em: 31 out. 2022.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *V de vingança* (2005), que narra os eventos numa Inglaterra do futuro, na qual um homem mascarado (conhecido por V) busca combater a opressão do governo por meio de uma revolução. O filme foi adotado como símbolo por diversos grupos anarquistas e contra o capitalismo.

V DE VINGANÇA. Direção: James McTeigue. Reino Unido; Alemanha; Estados Unidos: Warner Bros, 2005. 132 min.

Aqui no Brasil também tivemos vários exemplos de movimentos sociais que, surgidos de forma espontânea, acabaram por exercer uma notável influência nos rumos do país, estimulando e defendendo mudanças estruturais significativas.

Um deles foi o movimento das Diretas Já. O regime militar imposto a partir de 1964 instituiu eleições indiretas para os cargos de prefeito, governador e presidente. Entre 1983 e 1984, motivados pelos sinais de que este regime estava esgotado e pela votação de uma emenda que propunha eleições diretas para a presidência, milhões de brasileiros foram às ruas para defender a necessária volta ao regime democrático.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao documentário *Democracia em preto e branco* (2014). Ao tempo do movimento das Diretas Já, jogadores de futebol do Corinthians, reunidos num grupo conhecido como Democracia Corinthiana, defenderam uma maior democracia na gestão do time. O documentário está disponível na web.

DEMOCRACIA em preto e branco. Direção: Pedro Asbeg. Brasil, 2014. 90 min.

Outro movimento que arregimentou milhões de pessoas foi o Movimento dos Vinte Centavos, que, posteriormente, quando a pauta ultrapassou a questão da tarifa do transporte público, passou a ser chamado de Jornadas de Junho. Em 2013, várias manifestações sociais eclodiram no país, a princípio protestando contra o aumento nas tarifas de ônibus (que passariam a custar 20 centavos a mais). Ao longo do tempo, outras reivindicações se agregaram à pauta original, tais como a luta contra a corrupção, contra a precária qualidade dos serviços públicos e contra a realização de megaeventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao documentário *Junho* (2014), que narra as várias fases das Jornadas de Junho de 2013, desde os momentos de intensa repressão policial até a adesão da mídia e da sociedade às reivindicações populares. O documentário está disponível na web.

JUNHO: o mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. Brasil: TV Folha, 2014. 72 min.

O quadro de desigualdade social no Brasil alimenta a disseminação do preconceito e da discriminação e, por isso, nossa dívida social só faz aumentar de década para década. Uma das evidências desse fenômeno é o fato de sermos considerados uma economia rica, embora, dentro do país, tenhamos uma distribuição extremamente injusta da renda e uma desigualdade social gritante, em especial quando somos comparados a outros países.

Pense nisto: duas famílias podem ter a mesma renda familiar, ou seja, chegaremos a números iguais caso comparemos os ganhos de uma e de outra. No entanto, só poderemos dizer que as duas famílias usufruem da mesma qualidade de vida se soubermos quantos membros cada uma tem e como é a divisão de renda entre os vários membros (por exemplo, se um filho é mais beneficiado do que o outro ou se as necessidades de um membro são mais importantes do que as de outros membros). O mesmo ocorre

quando comparamos países: não basta que sejam igualmente ricos ou tenham a mesma população do ponto de vista numérico. É necessário sabermos como a renda do país é distribuída na sua população: caso essa distribuição seja injusta, teremos uma situação de desigualdade que se refletirá, por exemplo, na expectativa de vida e nas taxas de mortalidade. Para que isso fique claro, veja a tabela a seguir.

Tabela 1 – Expectativa de vida e taxas de mortalidade por categoria de desenvolvimento do país (2001)

Categoria de desenvolvimento	População (em milhões/1999)	Renda anual média (dólares americanos)	Expectativa de vida no nascimento (anos)	Mortalidade infantil (mortes antes de 1 ano de idade por 1.000 nascimentos vivos)	Mortalidade abaixo de cinco (mortes antes de 5 anos de idade por 1.000 nascimentos vivos)
Países menos desenvolvidos	643	296	51	100	159
Outros países de baixa renda	1.777	538	59	80	120
Países de renda média-baixa	2.094	1.200	70	35	39
Países de renda média-alta	573	4.900	71	26	35
Países de renda alta	891	25.730	78	6	6

Adaptada de: Drummond (2002).

Tomando como base os dados anteriores, percebemos que, em 2001, os países menos desenvolvidos (independentemente do tamanho da população) apresentavam uma renda anual média muito inferior à dos países de renda alta. Além disso, a expectativa de vida nos países menos desenvolvidos era bem menor do que a dos países de renda alta: em outras palavras, uma criança residente de um país menos desenvolvido teria a expectativa de viver apenas 51 anos, enquanto a criança residente no país de renda mais alta poderia esperar viver 78 anos. Em termos de taxa de mortalidade, encontramos as mesmas discrepâncias: enquanto num país de renda alta temos aproximadamente seis mortes antes de 1 ano de idade a cada mil crianças nascidas vivas, nos países menos desenvolvidos temos 100 mortes de crianças antes de 1 ano de idade entre mil nascidas vivas. É mais difícil sobreviver e viver em países menos desenvolvidos.

Quais fatores explicam essas diferenças e essas desigualdades? Segundo Ianni (1994, p. 159), "a sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório [...], em que se expressam diversidades, localismos, singularidades, particularismos ou identidades". Basta que voltemos nossos olhos para o passado para que percebamos o quanto os processos históricos construíram esse cenário de desigualdade: os países da Europa, que se industrializaram mais cedo, fazem parte do grupo dos países mais desenvolvidos; em contrapartida, países que foram colonizados pelos europeus tiveram seus processos de desenvolvimento sufocados pelos colonizadores, muito mais preocupados em defender os interesses dos seus países do que os das colônias. Mesmo no século XX, e ainda agora no XXI, percebemos que a divisão internacional do trabalho faz com que as desigualdades sociais permaneçam: os países industrializados continuam importando matéria-prima dos países em desenvolvimento e exportando bens manufaturados e produtos que envolvam inovação tecnológica; em contrapartida, países menos desenvolvidos (ou em fase de desenvolvimento) exportam matéria-prima e importam bens manufaturados e de alta tecnologia.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *Parasita* (2019). A narrativa envolve uma família pobre que age com o objetivo de aproveitar, ao máximo, as oportunidades de trabalhar na casa de uma família rica. O imenso abismo entre as duas famílias evidencia o quadro de desigualdade social existente na Coreia do Sul.

PARASITA. Direção: Bong Joon-ho. Coreia do Sul: CJ Entertainment, 2019. 132 min.

As disparidades sociais não se dão apenas entre países. É possível encontrarmos disparidades dentro de um mesmo país, considerando as regiões geográficas, ou considerando, por exemplo, o gênero. Vejamos os dados apresentados a seguir.

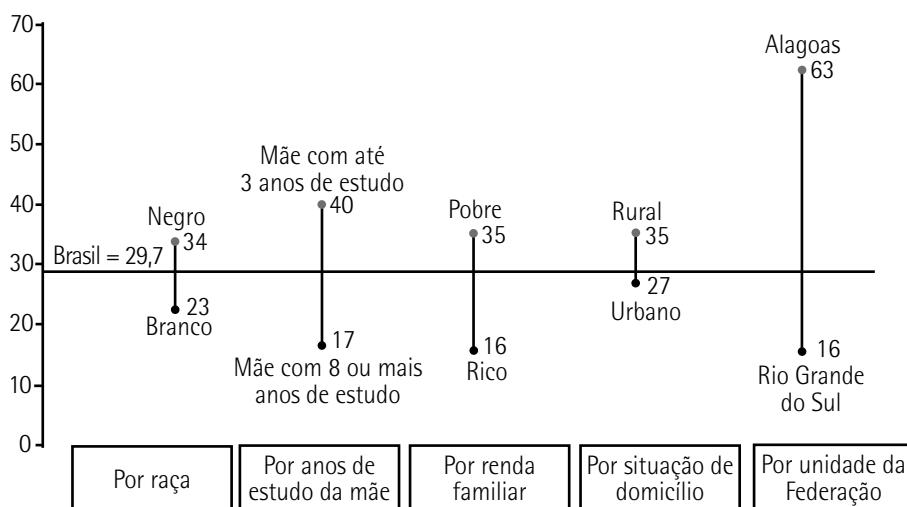


Figura 31 – Taxa de mortalidade infantil

Fonte: Buss (2007, p. 1580).

Pelos dados disponíveis, podemos ver que a mortalidade infantil é maior entre os negros, nas famílias pobres ou nas quais a mãe tem até 3 anos de estudo, que moram na região rural e que vivem nos estados do Nordeste do país. Em contrapartida, uma criança tem mais chance de viver caso tenha nascido numa família com renda familiar mais elevada, numa família de brancos, cuja mãe tenha 8 ou mais anos de estudo, que more em regiões urbanas e que resida na região Sul do país. Nos termos em que estamos falando, a desigualdade social e a exclusão social estão intimamente relacionadas à renda, grau de instrução dos chefes da família, região do país e etnia.

Segundo uma reportagem publicada na *Agência Brasil*, é possível observar que,

historicamente, no Brasil, homens ganham mais que mulheres. Após sete anos de quedas consecutivas, em 2019, houve um aumento da diferença dos salários de mulheres e homens de 9,2% em relação a 2018. Em 2011, homens com ensino superior ganhavam, em média, R\$ 3.058, enquanto as mulheres com o mesmo nível de formação ganhavam, em média, R\$ 1.865, o que representa uma diferença de salário de 63,98%. Em 2012, essa diferença começou a cair, passando para 61,78%. Em 2018, chegou a ser 44,7%, com homens ganhando, em média, R\$ 3.752 e, mulheres, R\$ 2.593. Em 2019, a diferença aumentou e passou a ser de 47,24%, com homens ganhando em média R\$ 3.946 e, mulheres, R\$ 2.680. [...] Segundo um pesquisador da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE), Daniel Duque, existe uma desvalorização de profissões que são majoritariamente ocupadas por mulheres. "Mais mulheres são formadas em profissões como licenciatura, pedagogia, enfermagem, odontologia, em relação a homens. E mais homens são formados em cursos como engenharia. [...] Os dados do Caged mostram que, no ano passado, entre as dez carreiras de ensino superior com maior geração de postos de trabalho, as mulheres recebem, em média, salários menores em sete delas. A maior desvantagem foi encontrada no cargo de analista de negócios, com homens ganhando R\$ 5.334 e mulheres R\$ 4.303, o equivalente a 80,67% do salário deles. [...] O aumento do número de pessoas com ensino superior fez com que as diferenças salariais entre as profissões e entre os gêneros ficasse mais evidente no ano passado". A oferta de ensino superior aumentou bastante de 2012 para cá. As pessoas [que se formaram] estão entrando no mercado de trabalho. Infelizmente, o Brasil ainda está aquém em igualdade salarial entre homens e mulheres", diz Balerine. Essa discrepância, segundo o diretor, é injusta: "As mulheres estudam mais, fazem mais pós-graduação, mais mestrado, mais doutorado, não faz o menor sentido ter essa discrepância. Ela é injusta" (TOKARNIA, 2020).

Não é muito difícil associarmos esses dados ao cenário de preconceito e desigualdade no país. Afinal, do ponto de vista histórico, a mulher sempre foi responsável pelo cuidado da família e pelo trabalho dentro de casa. Mesmo quando a mulher foi para o mercado de trabalho, o preconceito permaneceu, dando origem a dois fenômenos: a baixa participação das mulheres em cargos com maiores salários ou com mais exigências de capacitação e a remuneração desigual entre homens e mulheres. Assim, ainda que haja uma legislação que proíbe discriminação por gênero, os dados mostram que homens ganham mais do que as mulheres, até quando ambos desempenham a mesma função.

Os dados estatísticos disponíveis também permitem que percebamos diferenças em termos de participação e salário quando comparados trabalhadores negros e brancos: independentemente do

gênero, pessoas brancas ganham mais do que pessoas negras e as oportunidades profissionais são mais favoráveis aos brancos do que aos negros. Em grande parte, esse quadro de desigualdade explica-se porque a escravidão no Brasil (entre 1535 e 1888) foi responsável pela vinda de, aproximadamente, 4,5 milhões de negros de diferentes países da África, para aqui trabalharem como escravos. A extinção da escravidão, longe de resolver o problema de vulnerabilidade da população negra, apenas acentuou a extrema desvantagem econômica e social dos recém-libertos: sem que tivessem tido qualquer oportunidade em termos de educação formal, sem que pudessem contar com qualquer rede de proteção social e sem que tivessem sido capacitados profissionalmente, eles acabaram por se dedicar a atividades manuais e/ou informais, perpetuando e reproduzindo, assim, um cenário de imensa desigualdade social. O preconceito racial, em adição, alimentou e retroalimentou as diferenças em termos de oportunidades econômicas e sociais. Não à toa, podemos perceber o quanto a pandemia de covid escancarou a desigualdade em função de raça no país.

Sugerimos a leitura de um trecho da obra de Aparecida Sueli Carneiro Jacoel (mais conhecida como Sueli Carneiro). Socióloga e doutora em Filosofia, ela tem sido uma das vozes mais vigorosas em defesa do feminismo negro no Brasil.

Durante 1992 e 1993, a Federação Israelita de São Paulo, o Centro de Tradições Nordestinas e o Geledés Instituto da Mulher Negra receberam ameaças de grupos skinheads de São Paulo em geral, por meio de cartas, com toda sorte de impropérios sobre judeus, negros e nordestinos. Chegaram a dar tiros no Centro de Tradições Nordestinas e, em outros estados, a violar cemitérios judeus. E aos negros eles reservaram uma espécie de linchamento, em que o estudante negro Fábio Henrique Oliveira Santos foi espancado até a morte por 30 carecas, em 1993. As três entidades-alvo articularam-se naquela oportunidade para, em ações unitárias, dar visibilidade à sociedade daquela violência, chamar a atenção das autoridades públicas e demonstrar que as minorias vítimas de racismo, discriminação e intolerância podem e devem atuar juntas para combater a ascensão dessas ideologias intolerantes em nosso país. Essa articulação culminou em um grande ato de repúdio e de afirmação das identidades etnoracial e religiosa das comunidades envolvidas, em que seus artistas, intelectuais, lideranças políticas com o apoio massivo das diferentes forças políticas, dos partidos políticos, de centrais sindicais, lideranças religiosas, formadores de opinião, representantes de governos puderam expressar a vontade política inequívoca de impedir o crescimento dessas ideologias em nosso país. Um ato que atraiu ao Vale do Anhangabaú, em São Paulo, em torno de dez mil pessoas. Essa resposta contundente da sociedade de repúdio a esses grupos naquele momento resultou na criação da 1ª Delegacia de Crimes Raciais do Brasil (extinta no atual governo Covas), e o envolvimento da Polícia Federal permitiu também a identificação dos autores das agressões racistas. O sucesso dessas ações nos conduziu ao erro de baixar a vigilância, de nos desarticular e de nos desmobilizar depois de empurrar para as sombras os herdeiros de Hitler. Ou

seja, nos esquecemos do ovo da serpente. E isso pode ter custado a vida de Edson Neri da Silva, negro e homossexual barbaramente assassinado por 18 skinheads em fevereiro de 2000. Um homicídio triplamente qualificado e assim definido: motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima. Pena de 21 anos de prisão em regime fechado. [...] A sentença desse caso dialoga também com a resistência que outros países, especialmente a Alemanha, vêm desenvolvendo para coibir a ação desses grupos, sendo um dos exemplos a sentença – uma das mais severas já aplicadas pelo Estado alemão a esse tipo de crime – atribuída, em 2000, a três neonazistas pelo assassinato do professor moçambicano Alberto Adriano, espancado por eles até a morte. Um deles, maior de idade, foi condenado à prisão perpétua, os outros dois, menores, aos quais não podem ser atribuídas penas superiores a dez anos, foram condenados a nove anos de prisão. Os ataques terroristas desses skinheads no Brasil são protagonizados por jovens ideologicamente confusos. O paradoxo desses casos fica por conta da presença, entre os acusados, de um afrodescendente, candidato a uma vaga de membro honorário de algum novo Reich, para desespero dos discípulos de Hitler ortodoxos. Dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a desumanização, a eliminação física pura e simples ou a opção por tornar-se o outro, o opressor racista e intolerante! E talvez assim conseguir ser aceito. [...] Vale lembrar um princípio básico da segurança pública: para que haja prevenção eficaz, é preciso que haja investigação e punição exemplar aos responsáveis, naquilo que a lei prevê. Por isso, é imperioso que os grupos discriminados permaneçam vigilantes, organizados e em luta, para que a tolerância possa se tornar um valor efetivo no mundo. [...] Portanto, que essa importante decisão contra a intolerância não nos faça dispersar. Alguém já nos alertou de que “a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar” (CARNEIRO, 2011, p. 40-43).



Saiba mais

Confira no link a seguir um dos livros de Sueli Carneiro. Vale a pena a leitura.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Fni4j8>. Acesso em: 27 out. 2022.

Como é possível imaginar, a desigualdade aumenta quando acrescentamos a variável etnia à de gênero. Silveira e Leão (2020, p. 57), com base nos dados do Pnad de 1986, 1995, 2005 e 2015, elaboraram o seguinte mapa de participação de mão de obra por gênero e etnia, em alguns setores da economia.

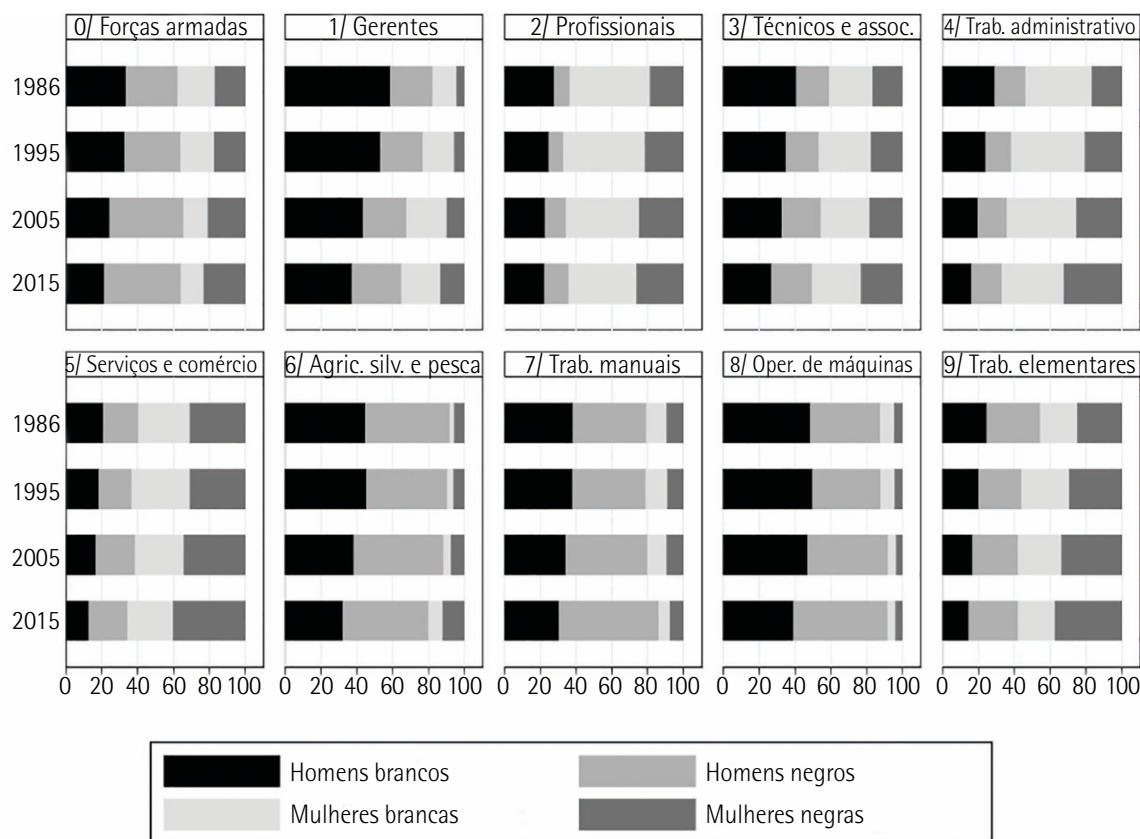


Figura 32 – Participação por gênero e raça dos grandes grupos ocupacionais – Brasil (1986, 1995, 2005 e 2015)

Fonte: Silveira e Leão (2020, p. 57).

Os dados apresentados mostram que:

- os homens negros aumentaram sua participação, entre 1986 e 2015, nas Forças Armadas, em trabalhos manuais e como operadores de máquinas. As mulheres brancas e negras ganharam participação em setores antes predominantemente masculinos, tais como: trabalhos administrativos, serviços e comércio, agricultura e pesca, operadores de máquinas e trabalhos elementares.
- em comparação às negras, as mulheres brancas predominam em cargos não gerenciais, em trabalhos administrativos, trabalhos manuais e operação de máquinas. Em contrapartida, a predominância de mulheres negras ocorre nas Forças Armadas, em serviços e comércio e em trabalhos elementares.
- os homens brancos predominam em cargos de gerência e técnicos; os homens negros, nas Forças Armadas, nas atividades de agricultura e pesca, em trabalhos manuais e operadores de máquinas.
- as mulheres brancas predominam em serviços não gerenciais e trabalhos administrativos; as mulheres negras, em serviços e comércio e trabalhos elementares.

Esses dados evidenciam uma situação de extrema desigualdade na participação por gênero e etnia, mostrando que as mulheres negras, com exceção do trabalho em comércio e em atividades elementares, são a categoria com menor participação em todos os segmentos profissionais. Em outras palavras, são o grupo mais vulnerável no que tange às oportunidades profissionais e salariais.



Saiba mais

O economista e banqueiro de Bangladesh Muhammad Yunus foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006. O seu trabalho foi a criação de um banco destinado à concessão de microcrédito para pessoas que eram rejeitadas pelos bancos tradicionais. O seu banco, assim, tratou de emprestar pequenas quantias, sem quaisquer garantias ou papéis, para pessoas que pretendiam vender produtos fabricados artesanalmente e precisavam de recursos para comprar matéria-prima. Como parte de sua política de empoderar as mulheres, Yunus deu preferência aos empréstimos justamente a elas; assim, garantia que as mulheres, em geral colocadas em situação de desvantagem social e vulneráveis à violência, tivessem um papel protagonista no processo de aquisição de crédito. Sugerimos a leitura do livro em que Yunus detalha o seu projeto:

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.



Figura 33 – A desigualdade social e a desigualdade econômica, embora relacionadas, são fenômenos distintos. A desigualdade econômica, em geral, está atrelada à renda; a social, ao acesso a bens e serviços e a oportunidades de ascensão social e profissional

Disponível em: <https://bit.ly/3fIGONX>. Acesso em: 31 out. 2022.

6 A SOCIEDADE II

6.1 Etnocentrismo e relativismo cultural

Neste livro-texto, em momento anterior, já havíamos iniciado o debate a respeito do etnocentrismo. Como vimos, o etnocentrismo é um comportamento que se caracteriza pelo julgamento de outros povos e outras culturas a partir dos padrões de uma outra sociedade, tida como "melhor" e superior (MENESES, 2020). Segundo Rocha (1988, p. 5),

etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos.

De certa forma, é como se, para fortalecermos a ideia de grupo, tivéssemos que excluir o outro: nossa cultura é interessante, a do "outro" é selvagem; nossa comida é saborosa, a do "outro" é horrível; nossos deuses são únicos e nobres, os do "outro" são abominações. "O selvagem é o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal. O 'outro' é o 'aquém' ou o 'além', nunca o 'igual' ao 'eu'" (ROCHA, 1988, p. 6).

Para Meneses (2020), os conflitos gerados pelo etnocentrismo são maiores quando este é combinado com um explícito senso de superioridade e que justifica políticas de domínio, perseguição e extermínio.

Decerto, o preconceito etnocentrista nunca é inocente, como certos antropólogos deixam entender. É pernicioso, por trazer no seu bojo um elemento da mais alta periculosidade: a negação do "Outro" enquanto tal. E nega-o por senti-lo como uma ameaça à sua própria maneira de ser, e mesmo ao seu ser. E como a melhor defesa é o ataque, pode partir para a eliminação física do Outro. Isso aconteceu, parece, com outras espécies do *Homo sapiens* que nossos antepassados enfrentaram na pré-história. Talvez sucedeu o mesmo com a população africana a que pertenceu "Luzia" – nossa mais recente descoberta arqueológica –, quando levas humanas mongólicas invadiram as Américas. Perto de nós, foi a "solução definitiva" que Hitler quis dar ao problema judaico e que Slobodan adotou, em relação aos bósnios e kosovares, com sua famigerada "limpeza étnica". O século XX se destacou por seus etnocídios e massacres (MENESES, 2020, p. 3).



Observação

Ex-presidente do regime iugoslavo (entre 1989 e 2000), Slobodan Milosevic foi acusado de promover uma limpeza étnica por meio da matança dos kosovares, muçulmanos. Acusado internacionalmente por prática de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, foi levado a julgamento no Tribunal Internacional de Haia. Slobodan faleceu antes que o tribunal chegasse a um veredito.

A referência a Luzia, nossa mais recente descoberta arqueológica, diz respeito ao nome dado ao mais antigo fóssil humano encontrado na América do Sul. Estima-se que tenha pertencido a uma mulher jovem, sendo provavelmente membro da primeira população humana no nosso continente.

É importante deixar claro que nem sempre a perseguição e extinção do "outro" foi a maneira pela qual etnias pretensamente superiores lidaram com a diversidade. Há na história inúmeros exemplos de povos que não foram exterminados, mas que foram "apagados" por meio da homogeneização e da "conversão" aos valores da etnia dominante. Outro exemplo de práticas etnocêntricas está em "aceitar o outro", mas colocá-lo em situação de desvantagem social, por meio da interdição à plenitude dos direitos de cidadão (MENESES, 2020). Por causa disso, devemos lembrar que

o etnocentrismo não é somente esse "ovo de serpente" donde eclodem tais ideologias e políticas; é também um tema que se presta a variações numerosas em vários registros. É camaleônico, recorre a camuflagens e mimetismos: apresenta-se sob formas benignas em que parece irreconhecível, ao assumir a aparência de seu contrário. Há maneiras de "valorizar", de "promover" que são mais eficazes para descaracterizar o Outro do que um combate franco. Por exemplo, a folclorização, a beleza do morto, de que fala Michel de Certeau, o exotismo, o romantismo são variantes da mesma atitude; saborear ou "curtir" a diferença que constitui o Outro, como uma curiosidade, como "atração turística", como espetáculo ou "show" surrealista, instigante por ser "insólito", e mesmo, fantástico (MENESES, 2020, p. 5).

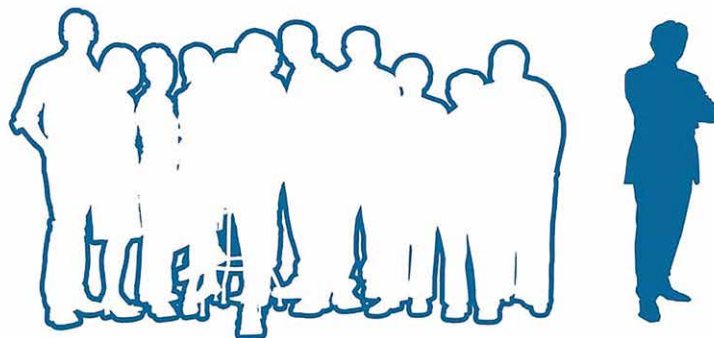


Figura 34 – Segundo Meneses (2020, p. 3), “decerto, o preconceito etnocentrista nunca é inocente, como certos antropólogos deixam entender. É pernicioso, por trazer no seu bojo um elemento da mais alta periculosidade: a negação do ‘Outro’ enquanto tal”

Disponível em: <https://bit.ly/3DJ5IAp>. Acesso em: 31 out. 2022.

Podemos considerar como pertencentes ao mesmo contexto os fenômenos do etnocentrismo e do relativismo cultural? Segundo Meneses (2020), o etnocentrismo é uma ideologia; o relativismo cultural, por outro lado, emerge do terreno da ciência por meio da realização de pesquisas e da elaboração de teorias. Vamos deixar isso mais claro: o etnocentrismo é um sistema de ideias do qual surge certa consciência social e que legitima o poder de uma determinada classe dominante: por exemplo, quando europeus brancos acreditam na sua superioridade e no seu direito de escravizar outras culturas. Em contrapartida, o relativismo cultural foi desenvolvido no campo das pesquisas antropológicas, nas quais o “outro” passou a ser estudado de forma a compreendê-lo dentro de suas próprias regras e construção histórica. Assim, o relativismo cultural abrange três importantes aspectos:

- a) Todo e qualquer elemento de uma cultura é relativo aos elementos que compõem aquela cultura, só tem sentido em função do conjunto; que sua validade depende do contexto em que está inserido, de sua posição em meio de outros níveis e conteúdos da cultura de que faz parte;
- b) As culturas são relativas: não há cultura, nem elemento dela, que tenha caráter absoluto, que seja, em si e por si, a perfeição. Será certa e boa para a sociedade que a vivencia e na medida em que nela se realiza e em que a exprime. Não há, pois, um padrão absoluto para julgar *a priori* o certo e o errado, o belo e o feio entre as culturas, pois cada uma traz em si mesma seu padrão de medida;
- c) As culturas são equivalentes e, portanto, não se pode fazer uma escala em que cada cultura receba uma “nota”, de acordo com o critério que defina o que é mais ou menos perfeito. Falsa, portanto, a velha concepção em que a diversidade se alinhava desde uma suposta infância até à maturidade humana. O relativismo não é só uma suspensão de juízo, devido a não se encontrar critério decisivo para classificar as culturas; é mais que isso: afirma positivamente que uma cultura é tão válida como outra qualquer,

por ser uma experiência diversa que o ser social faz de sua humanidade. As culturas são variantes, alternativas e apresentam distintos modos como o "ser humano" é conjugado na sincronia do espaço e na diacronia da história (MENESES, 2020, p. 6).

Considerados esses aspectos, o relativismo cultural representa respeito pela cultura do "outro", atribuindo dignidade aos seus costumes e normas. Assim, a investigação de outras culturas deve se apoiar na objetividade e na contextualização das facetas então identificadas. O relativismo cultural não estabelece, por exemplo, analogias entre culturas, algo do tipo "a cerimônia que marca o início da vida adulta dos meninos daquela aldeia é semelhante ao batismo da nossa cultura". Toda cultura só pode ser decifrada no seu próprio contexto e nos seus próprios termos. Em outras palavras,

as sociedades outras também são cultas e vivenciam valores humanos dignos de todo o respeito, sabem dar a seus membros uma qualidade de vida em que a alegria e a felicidade estão ao alcance de todos; não podem ser depreciadas, pois são realizações autênticas do homem sobre a terra, dignas de admiração. E que a crença da superioridade do branco, do europeu, do "civilizado" não passa de preconceito etnocentrista, o qual, em pleno 3º milênio já devia há muito estar superado, em nome de uma compreensão mais inteligente da diversidade do ser humano, e da paz entre os povos, que dificilmente poderá conviver com a arrogância de uns e o desprezo de outros (MENESES, 2020, p. 10).

Colocando a questão dessa forma, parece fácil identificar e desestimular a prática do etnocentrismo. No entanto, e aqui faremos um esforço para provocar a reflexão, na prática o problema não é tão fácil de resolver. Vejamos um exemplo bem atual: na Europa, as vestimentas das mulheres muçulmanas são percebidas como ofensivas pelas europeias de forma geral. Entende-se que o véu é uma maneira de "anular" a presença feminina, tornando-a invisível aos olhos do mundo. O véu, em outras palavras, é percebido pelo Ocidente como uma estratégia de repressão e dominação. No entanto, o véu é um símbolo cultural importante para as mulheres muçulmanas, que, mesmo quando estão no Ocidente, continuam a respeitar essa tradição. Os conflitos em torno desse costume já alcançaram tribunais e têm obrigado os políticos a responderem à sociedade civil. Veja, a seguir, uma notícia publicada no jornal *O Globo*, em 2018.



Destaque

Países da Europa vêm proibindo véus islâmicos nos últimos anos

França foi o primeiro do continente a aprovar lei que veta uso de burca e *niqab* em espaços públicos

LONDRES – A Dinamarca foi o mais recente país europeu a proibir a burca, em maio passado. O *niqab*, que cobre o rosto e deixa só os olhos de fora, também está banido.

Quem desrespeitar pode pagar multa de até € 1.200 ou cumprir pena (seis meses de prisão). Já a Holanda, em junho, aprovou lei que controla apenas parcialmente o uso: os véus estão liberados nas ruas, mas não são permitidos em transportes e prédios públicos.

Um número muito reduzido de mulheres muçulmanas costuma cobrir totalmente o rosto na Europa. Para os opositores da lei contra o véu, as medidas são, portanto, desnecessárias e ainda aprofundam as tensões com a crescente comunidade islâmica no continente, contrariando o direito à liberdade religiosa. Para os defensores, trata-se de proteger a separação entre religião e Estado, além da ideia de que rostos cobertos facilitam ações terroristas.

Na França, a proibição vale para espaços públicos desde 2011. O país foi o primeiro da Europa a aprovar tal lei, sob o argumento (com respaldo do Tribunal Europeu de Direitos Humanos) de que a burca contraria o princípio da "convivência em sociedade". Em 2004, os franceses já haviam banido o véu islâmico nas escolas públicas, com apoio de partidos à direita e à esquerda.

A Bélgica seguiu a França e vetou burca e *niqab* em 2011. Na Áustria, onde estima-se que as muçulmanas que cobrem o rosto não passem de 150, a proibição entrou em vigor em outubro de 2017. A Bulgária fez o mesmo. Outros países europeus, como Itália, Suíça e Espanha, têm restrições regionais ao uso do véu. A chanceler federal Angela Merkel já defendeu a proibição na Alemanha sempre que for "legalmente possível".

Fonte: Sarmento (2018).

Caso consideremos legítimas as decisões dos tribunais europeus, devemos também aplicar as mesmas regras às vestimentas das freiras ou das mulheres judias ortodoxas, que escondem seus cabelos sob perucas? Se o real problema estiver no uso de símbolos religiosos em ambientes públicos e laicos, deveriam também ser proibidos o uso do crucifixo ou da *kipá*, a boina que os homens judeus utilizam cotidianamente? Mais: e se as mulheres muçulmanas quiserem usar a burca, não por serem obrigadas, mas por desejarem respeitar as suas tradições? Elas devem ser proibidas de fazê-lo?

Vejamos outro exemplo: como a sociedade deve agir quando determinadas tradições étnicas desrespeitam valores universalmente consagrados? O direito à vida é um desses direitos; no entanto, como considerar estas duas situações particulares? Pinezi (2010) nos traz dois acontecimentos que nos forcem a refletir sobre a questão:

- a) os índios Tapirapé eliminam o quarto filho por entenderem que famílias extremamente numerosas podem colocar em risco a disponibilidade de recursos para toda a comunidade;
- b) a etnia indígena Suruwahá decidiu que uma criança nascida com paralisia cerebral deveria ser sacrificada; outra criança, com traços de hermafroditismo, também foi condenada à morte. Nos dois casos, a tribo entendeu que o bem-estar da comunidade deveria se sobrepor aos direitos individuais das crianças e de seus pais.

Nos casos aqui citados, o diálogo com as lideranças indígenas e a intervenção de alguns interlocutores conseguiram salvar as crianças; o recurso utilizado foi o de, na primeira situação, mostrar que a tribo dos Tapirapé já vinha diminuindo de tamanho ao longo do tempo, tendo se tornado desnecessário matar o quarto filho pelas razões até então explicitadas. Na segunda situação, os indígenas foram convencidos a permitir que a ciência "dos brancos" procurasse uma solução para as crianças. De qualquer forma, parece bastante desafiador pensar nesses termos, quais sejam, os de conflito entre valores e normas étnicas e valores tido como universais pelo Ocidente e pela cultura judaico-cristã.



Figura 35 – Em algumas culturas, é admissível o casamento de crianças. Parece bastante desafiador pensar no conflito entre valores e normas étnicas e valores tido como universais pelo Ocidente e pela cultura judaico-cristã

Disponível em: <https://bit.ly/3WgJJJS>. Acesso em: 31 out. 2022.

7 A IDENTIDADE CULTURAL I

7.1 A globalização e o multiculturalismo

A questão do multiculturalismo não se resume apenas à existência e à convivência entre culturas diferentes. Evidente está que o termo se refere ao fenômeno de múltiplas culturas dividindo espaços e direitos; no entanto, para que possa ser compreendido na totalidade, o multiculturalismo requer que tenhamos em mente:

a) o reconhecimento da não homogeneidade étnica e cultural dessas sociedades; b) o reconhecimento da não integração dos grupos que carregam e defendem as diferenças étnicas e culturais à matriz dominante do *nation building* nessas sociedades – após o fracasso seja de políticas assimilacionistas, seja de políticas diferencialistas (baseadas na restrição de acesso ou mesmo na ideia de "desenvolvimentos separados"); c) a mobilização dos próprios recursos políticos e ideológicos da tradição dominante nos países ocidentais – o liberalismo – contra os efeitos desta não integração; d) a demanda por inclusão e por pluralidade de esferas de valor e práticas institucionais no sentido da reparação de exclusões históricas; e) a demanda por reorientação das políticas públicas no sentido de assegurar a diversidade/pluralidade de grupos e tradições (BURITY, 2001, p. 1).

Em outras palavras, precisamos assumir que não há homogeneidade cultural, que há limites – e, mais importante, que **deve** haver limites – para a assimilação de culturas não dominantes por parte das dominantes, e que devemos estar atentos para que os movimentos de inclusão respeitem – e não ignorem – as diferenças entre diferentes grupos étnicos. Por causa dessa situação, vemo-nos pressionados pela necessidade de corrigir as heranças injustas do período colonialista e imperialista, por um lado, e por outro, de considerar as exigências de um mundo que se pretende global e, portanto, uniforme e homogêneo em relação aos gostos e aos padrões de consumo.

As décadas de 1960 e 1970 foram pródigas na contestação do *modus operandi* do capitalismo, tido até então como a melhor forma de organizar a produção e o consumo de bens e serviços. E, se as economias socialistas se mostraram menos violentas do ponto de vista da exploração do trabalho, elas não aparentaram maior preocupação em relação a esforços especiais na proteção às diferenças culturais.

De forma quase irônica, o fim da oposição entre o mundo capitalista e o mundo socialista, na década de 1990, tampouco resolveu o dilema das dificuldades na proteção ao multiculturalismo. Afinal,

existem notáveis diferenças entre as pessoas: diferenças de caráter, de gosto, de estilos de vida, de escolhas políticas e religiosas etc., mais ou menos coligadas às culturas de proveniência. Contemporaneamente à universalidade do direito à igualdade, existem, portanto, também legítimas particularidades entre as pessoas, que constituem direitos derivantes diretamente da estrutura original da pessoa e dos grupos de pertencimento. (MELO, 2015, p. 5).

No entanto, a globalização – ou a defesa da globalização como remédio para sanar as desigualdades sociais existentes no planeta – reviveu o discurso da dominação e da homogeneidade cultural: se havíamos nos transformado numa aldeia global, qual a importância de protegermos as diferenças culturais? Se, a partir da década de 1990, o mundo todo parecia aceitar o capitalismo como forma dominante em termos de modelo econômico, se a meta da globalização era a de que todos pensássemos, consumíssemos e nos comportássemos de maneira semelhante, qual o sentido em identificar e respeitar as múltiplas culturas de diferentes povos? Segundo Burity,

pois, ao mesmo tempo que a globalização representa uma certa forma de interconexão e interpenetração entre regiões, estados nacionais e comunidades locais que está marcada pela hegemonia do capital e do mercado, ela também se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo. O discurso multiculturalista, neste sentido, tanto se beneficia como impulsiona a globalização, embora em direções nem sempre favoráveis às falas dominantes sobre a mesma (2001, p. 2).

Talvez essa seja uma das características mais marcantes da globalização: ao mesmo tempo que todos nós podemos usar jeans iguais ou comer sanduíches preparados da mesma forma, há múltiplas identidades em função de múltiplas culturas, multiplicidade essa que requer a consciência de que há múltiplos e diferentes direitos a serem respeitados.



Figura 36 – Uma lata de Coca-Cola produzida e consumida na China

Disponível em: <https://bit.ly/3U7reot>. Acesso em: 31 out. 2022.

Este contexto impõe uma imensa dificuldade, qual seja, a de articular um diálogo entre a necessidade de construir identidade e a necessidade globalizadora. Mais: há que se acrescentar o fato de que nem todas as culturas estão dispostas ao diálogo e nem todas as culturas estão disponíveis para a divisão de espaço. Há culturas que se imaginam dotadas de um direito de prevalência histórico e natural. Há outras que nem sequer consideram a possibilidade de conviver com culturas distintas: nesta situação, não se trata de conseguir apenas retirar as pessoas do seu gueto, mas também de retirar o gueto de dentro das pessoas. Como afirma Burity (2001, p. 9),

o fato, porém, de que não podemos simplesmente escolher quais manifestações identitárias – por nos parecerem mais aceitáveis ou progressistas – poderiam fazer parte da "lista", o fato de que há identidades reativas, intolerantes e fechadas em si mesmas, nos adverte para alguns desafios que, postos a estas identidades, estendem-se também às chamadas "novas identidades" e, *a fortiori*, ao multiculturalismo.



Observação

O gueto costuma fazer referência aos bairros em que os judeus da Europa Oriental, durante a II Guerra Mundial, foram obrigados a morar, apartados do restante da sociedade. Por extensão, o termo também é utilizado quando membros de uma etnia são levados a se isolar do restante da população como resultado de uma ação discriminatória.

Segundo Tumolo Neto (2016), parece haver uma contradição entre o processo de afirmação identitária e o processo de globalização. No entanto, essa contradição é aparente, já que

se por um lado a globalização coloca em movimento, em decorrência da lógica que embasa suas dinâmicas, um irrefreável processo de homogeneização cultural; por outro, seu adensamento promove, ao contrário, um movimento de valorização das diferenças (TUMOLO NETO, 2016, p. 33).

Na verdade, há um movimento no sentido de desterritorializar o mundo, quer dizer, de diluir as fronteiras geográficas; no entanto, a dinâmica social faz com que atores microsociais busquem espaço para afirmar seus direitos, muitas vezes excluídos em função de processos históricos de colonização e dominação. Dito de outra forma, a construção da identidade cultural pode ser solução, em alguns momentos; em outros, obstáculo para a inclusão e pluralidade. Afinal,

como demonstram os fatos históricos do passado recente, a globalização não produz uma sociedade global integrada que engloba democraticamente os Estados, as nações, as pessoas e grupos, mas, muito pelo contrário, abraça contínuas agregações e desagregações, fusões e disjunções, tensões e conflitos que não mais permanecem circunscritos e localizados. As consequências, particularmente sentidas nas sociedades ocidentais, são

evidentes: difuso sentimento de incerteza, de risco, precariedade, dificuldade de constituir laços de solidariedade e estabelecer democraticamente os fundamentos da convivência social, crise da moralidade e dos valores éticos – que não respondem proficuamente à função de criar regras e vínculos sociais (MELO, 2015, p. 4).

Citando o antropólogo Michel Agier, Tumolo Neto (2016) resume a contradição nos seguintes termos: só podemos ser diferentes em relação ao outro. Para sermos diferentes, precisamos ser cotejados com o outro, já que ninguém é diferente *per se*. A diferença requer comparação, pois é relativa, e não absoluta. Somos diferentes em relação ao outro, da mesma forma que uma bola vermelha só se destaca se estiver disposta num plano de fundo branco ou de qualquer outra cor distinta do vermelho. Bolas vermelhas assemelham-se a outras bolas vermelhas e se diferenciam em relação a bolas azuis ou verdes.

Nesse sentido, pertencer a uma cultura significa ter identidade frente ao outro e compartilhar com aqueles pertencentes à mesma cultura certos elementos identitários comuns. Tal compartilhamento fará com que se estabeleça um grau de igualdade tal que permita a cada indivíduo ser, ao mesmo tempo, apesar das diferenças existentes entre os membros de determinada comunidade, livre e igual, já que o que torna os homens iguais em uma cultura subjaz à própria consciência de identidade (Fróis, 2004) (TUMOLO NETO, 2016, p. 35).

Tal fenômeno faz com que, em relação ao multiculturalismo, a globalização encontre resistências e incentivos, simultaneamente. Somos estimulados a conviver com o outro, ao mesmo tempo que somos estimulados a nos diferenciar do outro. Ademais, convívio e diferenciação pressupõem conflitos e a superação desses conflitos.

Além disso, se multiculturalismo expressa a existência de muitas culturas em um mesmo espaço, falar de multiculturalismo é falar do manejo da diferença em defesa da diversidade, caracterizada pela marca do conflito que, ao não encontrar ressonância que o supere, engendra movimentos próprios de superação pela via da reconstrução ou invenção de identidades coletivas e redefinições de padrões societários (Agier, 2001; Hall, 2006) (TUMOLO NETO, 2016, p. 38).

Qual poderia ser uma solução para dinâmicas aparentemente tão contraditórias? Uma delas passa pela compreensão de que a globalização deve fornecer os insumos necessários para que se criem outras formas de identificação coletiva, respeitadas as diferenças entre os grupos. *Grosso modo*, seria imaginarmos que não apenas a bola vermelha só poderia se distinguir quando em contraste com o fundo branco, mas que o fundo branco só existiria como tal porque há bolas vermelhas com as quais ele pode se opor.

Para Boaventura de Sousa Santos (2001), outra solução seria a de considerar as diferenças existentes apesar da globalização. Em outros termos, pensar a globalização não como fenômeno hegemônico,

mas, ao contrário, como fenômeno em que o multiculturalismo fosse incentivado como processo de emancipação, e não como resultado do processo de colonização. Nessa perspectiva conservadora, seria **possível a existência de outras culturas, desde que subordinadas à dominante**; as outras culturas, quando existentes, seriam inferiores. Na perspectiva emancipatória, o multiculturalismo impõe uma tensão que resulta do reconhecimento de diferenças e de semelhanças; ele não envolve, portanto, a assimilação como forma de criar uma suposta igualdade, mas sim o reconhecimento e a legitimação da diferença, não apenas entre culturas, mas dentro de cada cultura.

Uma das formas de pensar a globalização contra-hegemônica é pensar em modos alternativos de pensar, é pensar em culturas alternativas, em conhecimentos alternativos, os quais só podem, naturalmente, ser reconhecidos se tomarmos uma atitude de multiculturalismo ativo e progressista. Neste sentido, é muito importante que se distinga entre as formas conservadoras ou reacionárias do multiculturalismo e as formas progressistas e inovadoras. Qual é a distinção fundamental? Por um lado, nós temos que convir que hoje vivemos uma época de discussões sobre o multiculturalismo porque durante muito tempo vivemos sob o domínio exclusivo do monoculturalismo. Não que não houvesse multiculturalismo; ele existia, simplesmente não era reconhecido como tal e, portanto, o monoculturalismo assentou-se fundamentalmente numa grande supressão de culturas alternativas que sempre existiram sob a cultura dominante. Sob esta cultura elas foram progredindo, elas foram sobrevivendo, apesar de marginalizadas, apesar de por vezes suprimidas. Mas, de todo modo, elas nunca foram completamente abolidas e, em certos momentos, elas foram obviamente aparecendo. Claro que a primeira forma de multiculturalismo conservador, se quisermos, é o colonial. [...] Portanto, o multiculturalismo conservador, antes de mais nada, é um multiculturalismo que consiste, primeiro, em admitir a existência de outras culturas apenas como inferiores. Segundo, a cultura eurocêntrica branca nunca é étnica – étnicos são os não brancos, em princípio, e, portanto, não admite a etnicidade, o particularismo da cultura branca dominante. Terceiro, não admite a incompletude dessa cultura. Essa é uma cultura que em si mesma contém tudo o que melhor foi dito ou pensado no mundo. É uma cultura universal como toda cultura eurocêntrica de tradição, e é ela que resume em si mesma tudo o que melhor foi dito ou pensado no mundo em geral. E, como tal, tem o direito a esta universalidade, tem o direito de se impor, não tem particularismos e, quando muito, pode ser enriquecida por adições de outras culturas (como a própria pintura moderna do princípio do século, que tem bastantes adições da cultura africana, não para reconhecer a cultura africana enquanto tal, mas transformando a cultura africana numa matéria-prima e num motivo que pudesse depois ser transformado em termos de alta cultura, a única digna de nome neste período). Portanto, eu penso que o multiculturalismo conservador tem, naturalmente, como consequência, uma política de assimilacionismo, o

que não pode deixar de ser. É um multiculturalismo que, mesmo quando reconhece outras culturas, assenta-se sempre na incidência, na prioridade de uma língua normalizada, standardizada, que é a língua oficial, seja o inglês, seja o português, seja qual for – por exemplo, muitos países reagem muito contra a educação bilíngue e currículos bilíngues – e, portanto, é um multiculturalismo que de fato não permite que haja um reconhecimento efetivo das outras culturas. Ao contrário, o multiculturalismo emancipatório que buscamos é um multiculturalismo decididamente pós-colonial, neste sentido amplo. Portanto, assenta fundamentalmente numa política, numa tensão dinâmica, mas complexa, entre a política de igualdade e a política da diferença; [...] A política de igualdade, baseada na luta contra as diferenciações de classe, deixou na sombra outras formas de discriminação étnicas, de orientação sexual ou de diferença sexual, etárias e muitas outras. É a emergência das lutas contra estas formas de discriminação que veio a trazer a política da diferença. E a política da diferença não se resolve progressisticamente pela redistribuição: resolve-se por reconhecimento. E, portanto, o multiculturalismo progressista é o multiculturalismo que procura pôr numa equação, sem dúvida política, científica, intelectualmente e culturalmente complexa, mas a única que, ao meu entender, vale a pena ser um objeto de luta, esta tensão entre uma política de igualdade e uma política de diferença. Uma política que assenta em dois objetivos, que não devem colidir um com o outro, os objetivos da redistribuição social-econômica e do reconhecimento de diferença cultural (SANTOS, 2001, p. 20-21).

Tal perspectiva explica, em boa parte, a emergência do debate a respeito da decolonização na sociedade contemporânea. Para Vivian Matias dos Santos (2018), o decolonial busca o reconhecimento de que a colonização não depende única e exclusivamente de uma relação de dominância econômica e política; em outras palavras, a colonialidade pode permanecer mesmo quando se encerra a descolonização. Vejamos o seguinte exemplo: a Inglaterra colonizou a Índia e a manteve sob seu domínio até o final da primeira metade do século XX. No entanto, embora a Índia não se submeta mais à autoridade inglesa, do ponto de vista cultural algumas heranças do período colonial permaneceram, em especial as idiomáticas. O mesmo processo ocorre em outros países que foram colonizados: os traços e os vestígios desse período permaneceram, embora não mais pelo *status quo* colonial. Decolonizar, assim, consiste em romper com os modos, os valores e os costumes que se mantiveram, a despeito da extinção da relação de subjugação. Aliás, essa relação nem sequer precisa ter existido, haja vista a predominância de traços culturais norte-americanos no Brasil, por exemplo, país que não foi colonizado pelos Estados Unidos.

A decolonização não é algo fácil de ser realizado, haja vista que a colonialidade pode atingir esferas da vida social sem que possamos perceber, com clareza, o que está por trás de (ou o que explica) determinado comportamento. É o caso, por exemplo, das etnociirurgias, cirurgias plásticas que têm como propósito "corrigir" traços faciais, em geral de caráter étnico. Para Masiero,

as etnocirurgias buscam formar modelos de beleza específicos, principalmente o caucasiano, fomentados pelas projeções midiáticas das sociedades globalizadas, que não cessam de seguir um regime escópico [realizado por meio de raio X] (Martínez-Magdalena, 2014). Sem embargo, as transformações corporais tornam-se cada vez mais paradoxais, pois, apesar da valorização da diversidade cultural e da suposta liberdade corporal do mundo globalizado, parece continuar existindo uma subordinação corpóreossocial, muitas vezes, camuflada pela vaidade individual. Pode-se entender essa vaidade como uma busca por uma distinção pessoal através da exibição de qualidades e atributos físicos. Por outro lado, também pode ser vista como uma vaidade que tenta eliminar a distinção social negativa que discrimina, segrega e julga (Bourdieu, 2007) (MASIERO, 2016, p. 100).

Esse talvez seja o resultado mais doloroso da colonialidade: o autorracismo em função da baixa autoestima que a diferença impõe dentro do grupo social. Ser diferente do grupo majoritário, ter lábios e narizes diferentes dos do grupo dominante, tudo isso pode gerar um imenso desconforto no indivíduo, na medida em que ele não se sente parte do grupo. Eliminar as diferenças passa a ser um imperativo para que se possa pertencer ao grupo, mesmo que isso signifique realizar cirurgias plásticas para eliminar os traços étnicos que diferenciam os indivíduos dentro de determinado grupo.

A globalização permitiu uma democratização das cirurgias plásticas no Brasil, aumentando o acesso de diversos tipos de pacientes (SBCP, 2016). Sem embargo, as etnocirurgias provocaram não só uma mudança na identidade do sujeito operado, mas também uma homogeneização social coletiva, que pode extinguir traços culturais característicos e criar sentimentos de autorracismo causados pela falta de aceitação de si mesmo e pela necessidade de comparações com os outros (Goldenberg e Ramos, 2007) (MASIERO, 2016, p. 100).



Figura 37 – Ser diferente do grupo majoritário pode gerar um imenso desconforto no indivíduo, na medida em que ele não se sente parte do grupo. Eliminar as diferenças passa a ser um imperativo para que se possa pertencer ao grupo, mesmo que às custas de cirurgias plásticas

A esse cenário já bastante complexo, vamos agora acrescentar outro aspecto relevante para a reflexão a respeito das diferenças existentes entre multiculturalismo e interculturalidade. São esses fenômenos semelhantes ou distintos? Veja: não estamos apenas discutindo conceitos por capricho; a compreensão exata das relações entre diferentes culturas é o que determina, em boa parte, as políticas públicas para a inclusão de minorias ou para a elaboração de um arcabouço jurídico que também possa contemplá-las.

Segundo Lopes (2012, p. 69), o multiculturalismo diz respeito ao reconhecimento e ao respeito da diversidade cultural. Ele "propugna a coexistência num mesmo espaço social de culturas diferentes sob o princípio da tolerância e do respeito à diferença"; por sua vez, "a interculturalidade, ao pressupor como inevitável a interação entre essas culturas, propõe um projeto político capaz de estabelecer um diálogo entre elas, como forma de garantir uma real convivência pacífica" (LOPES, 2012, p. 69). Quais são, então, as diferentes demandas do ponto de vista da ação pública e política no que concerne a estes dois fenômenos? Segundo Lopes (2012, p. 70), no ambiente intercultural

o Estado não está apenas obrigado a criar e fortalecer mecanismos de resgate e respeito da identidade cultural dos diferentes grupos que o compõem, como assim o defende o multiculturalismo, mas deve também adotar sistemática e gradualmente espaços e processos de interação positiva entre as diferentes culturas, com a finalidade de abrir e gerar relações de confiança, de reconhecimento mútuo, de comunicação, diálogo e debate, aprendizagem e intercâmbio, cooperação e convivência, sendo esse, precisamente, o objeto da interculturalidade.

Claro está que a introdução da ação pública nesse contexto traz consigo uma série de novas questões: até que ponto o Estado deve decidir sobre aspectos da vida privada? Quais são os limites da ação do Estado? Se uma determinada cultura considera razoável o casamento entre crianças, deve o Estado regular essa prática? Se outra cultura compreende como recomendável que as mulheres escondam seus rostos e corpos, pode o Estado decidir sobre a legitimidade ou não dessa prática?

O problema que surge com essa distinção é a dificuldade de definir o que é o espaço público e o espaço privado. [...] São questionamentos que urge responder, na medida em que carece de sentido aceitar a diversidade, sem estabelecer mecanismos efetivos de convivência (LOPES, 2012, p. 76).

Parece haver um certo consenso entre os sociólogos de que três instituições são capazes de contribuir enormemente para estimular o diálogo entre as diferentes culturas: "a escola, porque ensina o que é importante; a mídia, porque elabora uma imagem sobre os membros da sociedade; o direito, porque define o que é aceitável" (LOPES, 2012, p. 79). No entanto, vale a pena refletir a respeito dos limites dessa atuação.

Para Moraes (2001), não há agrupamento ou cultura que consiga se manter imune ao contato com o outro, ao menos em condições normais. Claro que pode haver predominância de uma ou outra cultura, ou modificação em termos de acomodar diferentes perspectivas; no entanto, independentemente da forma como se dá esse contato, podemos afirmar a existência de transformações e mudanças quando

do contato entre duas culturas distintas. Ao falarmos em condições normais, estamos excetuando situações em que determinada cultura se mostra completamente impermeável, portanto, incapaz de apresentar qualquer porosidade que garanta a troca de informações. Este é o caso, por exemplo, de grupos fundamentalistas. De acordo com Moraes (2001, p. 38),

os casos extremos de tentativa de preservação quase absoluta de identidade cultural, como pretende o Taliban no Afeganistão, ou outros fundamentalismos soltos pelo mundo, devem ser debitados à conta do fanatismo religioso ou ideológico, ou são meros instrumentos de dominação – ou ainda tudo isso ao mesmo tempo. São desumanos e estão na contramão da história.

Entre o discurso do acolhimento irrestrito ao outro e o fundamentalismo que nega qualquer diálogo entre diferentes culturas, constituíram-se diferentes modelos teóricos que buscaram compreender os mecanismos de aceitação ao estrangeiro. Para Melo (2015), temos

o modelo do autoritarismo iluminado: ou seja, igualdade de oportunidades na esfera pública e homologação cultural na esfera privada. O modelo da integração racista: ou seja, igualdade formal, mas não substancial equiparação das possibilidades de participação ao sistema econômico e político. Parcial homologação dos comportamentos adotados na esfera privada. O modelo do segregacionismo: acesso diferenciado aos recursos disponíveis na esfera pública, alimentando a diferença entre as várias culturas e grupos étnicos. O modelo do multiculturalismo: igualdade de oportunidades na esfera pública, possibilidade de expressão autônoma na esfera privada, tutela das diferentes tradições culturais (MELO, 2015, p. 12).



Figura 38 – O aumento dos movimentos migratórios nas últimas décadas tem incentivado as discussões a respeito da inclusão ou da exclusão de grupos étnicos minoritários

Como então compreender, analisar e categorizar os fenômenos sociais de inclusão ou exclusão do outro? Para Moraes (2001), no intervalo entre a aceitação, a tolerância e a exclusão de outras culturas, cria-se outro espectro, qual seja, o que se constitui a partir da percepção da inclusão como um processo moralmente obrigatório. Incluir, respeitando e protegendo as diferenças, não é algo fácil de se conquistar, haja vista que, nos melhores cenários, admite-se a diferença enquanto ela não puder ser diluída ou desconstruída.

De modo que, do ponto de vista ideológico – e esta é uma postura realmente radical –, acho que a Humanidade se encontra hoje dividida em dois grandes grupos: de um lado, os que defendem, ou pelo menos admitem – geralmente sem confessá-lo –, a exclusão social como um fenômeno histórico e economicamente inevitável, e por isso moralmente admissível; e de outro lado, os que entendem que o compromisso com a inclusão social é um imperativo irrenunciável da condição humana. Porque esta, a condição humana, é o traço comum que, acima de todas as diferenças étnicas, culturais, religiosas, ideológicas, nacionais, econômicas etc. etc. etc., une e identifica a cada um de nós, o habitante deste planeta que alguém insensatamente um dia batizou de *Homo sapiens* (MORAES, 2001, p. 39).

Na seção seguinte, aprofundaremos a discussão a respeito da cultura como fator de coesão e conflito no mundo contemporâneo.

8 A IDENTIDADE CULTURAL II

8.1 A cultura como fator de coesão e de conflito no mundo contemporâneo

A cultura, enquanto produto da ação humana em determinado espaço e tempo, pode vir a ser instrumento de coesão ou de conflito. A coesão ocorre quando, por algum motivo, a unidade da comunidade é de importância vital para a sua sobrevivência, podendo essa unidade se dar a partir da cultura. Por outro lado, o conflito surge quando a cultura do "outro" é vista como uma ameaça. Isso pode ocorrer dentro de uma mesma cidade ou um mesmo país, ou pode ter lugar quando não há relações harmoniosas entre diferentes grupos.

Cada indivíduo constrói o sentido de si mesmo na etnia, na classe ou no grupo a que pertence e o exprime na repulsão do estranho, que, simplesmente porque é diferente, figura-lhe como uma ameaça. Freud observou como um dos principais elementos de coesão dos grupos seja a identificação de um inimigo comum. A tensão obscura que leva à repulsa do outro é, em todos os casos, o medo da perda da própria identidade, que, do ponto de vista psicológico, é a pedra angular da segurança (MELO, 2015, p. 10).

Um estudo bastante interessante sobre a cultura enquanto fator de coesão foi realizado por Jovchelovitch (2013), que, ao pesquisar as comunidades faveladas do Rio de Janeiro, refletiu sobre as formas de sociabilidades subterrâneas. Assim, num ambiente extremamente hostil, de muita pobreza e violência, é por meio da cultura que as comunidades se protegem e se defendem. Detalhe importante: proteção e defesa em relação aos diferentes grupos existentes na comunidade e proteção e defesa em relação aos indivíduos externos à comunidade.

O mundo da vida da favela tem regras e códigos próprios. É uma outra cidade dentro da cidade. Sua estrutura institucional é complexa, e a escassez de serviços públicos, a família, as igrejas de denominação evangélica e ONGs, como o AfroReggae e a Cufa, coexistem com a presença do tráfico de drogas como um organizador central da vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 59).



Saiba mais

Sobre o tema, sugerimos dois filmes que buscaram representar a comunidade favelada e os conflitos nela existentes. O primeiro é *Cidade de Deus* (2002). A narrativa sobre o cotidiano de um grupo de jovens na favela Cidade de Deus permite que desvendemos esse cenário de violência do qual é difícil se desvencilhar. Crianças são protegidas por bandidos e, em troca, oferecem seus serviços ao crime organizado. O tráfico de drogas pauta a vida na favela: sem o apoio do Estado e sem poder acessar qualquer serviço público de saneamento básico, saúde e educação, o crime determina o futuro de todos. Por sua vez, *Cidade de Deus 10 anos depois* é um documentário que investiga o destino dos atores que atuaram no filme em 2002. *Cidade de Deus* teve uma carreira exitosa no mercado internacional e nos festivais de cinema do mundo todo. Esse fenômeno criou uma situação paradoxal: depois de vislumbrarem um mundo de oportunidades e de sucesso, os atores amadores (garotos selecionados entre a população favelada) voltaram à sua vida repleta de necessidades e perigos.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: Globo Filmes, 2002. 130 min.

CIDADE de Deus 10 anos depois. Direção: Cavi Borges; Luciano Vidigal. Brasil, 2015. 90 min.



Figura 39 – Favela da Rocinha

Disponível em: <https://bit.ly/3FvZTaM>. Acesso em: 31 out. 2022.

De acordo com Jovchelovitch (2013), a família, as igrejas, as ONGs e os traficantes são os grupos por meio dos quais os indivíduos constroem sua identidade cultural na favela. A família tanto pode salvar a pessoa do ambiente quanto permitir que o ambiente predomine e determine o futuro dos que vivem na comunidade.

Em geral, famílias, igrejas e ONGs competem com o tráfico de drogas pelo direito de educar e formar os jovens da favela. É uma competição injusta: dada a carência de oportunidades e de acesso aos serviços públicos, o crime organizado ocupa espaço e dita as regras e os costumes da comunidade; muitas vezes, é a única alternativa em termos de emprego e renda.

Ao firmar sua base nesses territórios há cerca de 30 anos, o tráfico de drogas criou um conjunto informal de regras e regulamentos que dirige a vida moral, política e comportamental das comunidades da favela, estabelecendo códigos de conduta e até mesmo o direito físico de ir e vir. Os traficantes impuseram sua lei paralelamente ao ordenamento jurídico formal – que há até pouco tempo era, e até certo ponto continua sendo, regularmente, violado pela própria polícia. Os moradores normalmente se veem em situações paradoxais: se seguirem as leis do tráfico, estarão violando a lei do Estado e, se violarem a lei do tráfico, estarão suscetíveis a serem mortos ou a ter um ente querido morto. O tráfico de drogas é, de longe, a instituição mais significativa que define as leis e os regulamentos da favela, tanto para os indivíduos como para a comunidade (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 63).

As formas de expressão musical, as gírias, os hábitos, os costumes e as normas e padrões de comportamento formam o que chamamos de cultura. Assim, a comunidade da favela identifica seus membros em função das suas semelhanças e daquilo que os torna um grupo. É a cultura que mantém

o grupo coeso, unido. Até por conta disso, há uma forte convicção sobre as diferenças entre o "povo da favela" e o "povo da cidade". A cidade, lá embaixo, comporta-se a partir de regras distintas, funciona de outros modos; assim, por necessidade de sentir-se membro do grupo e por precisar rejeitar o medo em relação ao "outro" (aos da cidade), as comunidades pobres criam e estimulam laços sociais e culturais fortes.



Observação

Apesar das rígidas fronteiras, há diálogos entre o "povo da favela" e o "povo da cidade". Evidência disso é o fato de o funk carioca, nascido nas favelas cariocas, ser hoje uma música com expressão nacional, mesmo considerando seu conteúdo de apologia às drogas e ao sexo.

As fronteiras urbanas se constituem como delimitadoras dos espaços da cidade e da favela, fenômeno que torna perigosa a presença de estranhos na favela e a presença de favelados na cidade. Como consequência,

os moradores de favelas desenvolvem dois conjuntos de representações e comportamentos para cada um desses territórios da cidade, que se tornam recursos a serem utilizados dependendo das exigências do contexto: a) A cidade fora da favela é pensada como relativamente desconhecida e perigosa, um lugar com o qual se deve lidar com cuidado: comparada com a segurança do quadro oferecido pela proximidade das comunidades da favela, a cidade é vista como "solta", um lugar onde as pessoas são apenas "indivíduos", sem apoio e sem direitos. A cidade é regulada por um pequeno número de leis ambivalentes, uma visão justificada pela percepção de corrupção na polícia e na administração pública; b) A favela é pensada como um lugar seguro e familiar, apesar da violência no ambiente imediato: as pessoas são mesmo identificadas como "pessoas", conhecidas e amparadas por amigos e familiares; as regras e os regulamentos são claros: as leis do narcotráfico podem ser duras, mas são claras e inequívocas (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 94).

O conceito de habitus foi desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu e diz respeito ao conjunto de expressões culturais que definem comportamentos e relações com outros grupos e com o ambiente.



Lembrete

Já tivemos a oportunidade de falar sobre Bourdieu anteriormente, quando da discussão a respeito do desempenho dos alunos com base na origem familiar.

Hábitos culinários, tradições religiosas, idioma e valores culturais; são vários os instrumentos utilizados para reforçar os laços de uma comunidade e estabelecer uma conexão identitária com o grupo. Do ponto de vista histórico, temos inúmeros exemplos de povos que buscaram se proteger e manter sua unidade a partir de bases culturais. Um episódio bastante interessante pode ser encontrado nos processos migratórios dos judeus a partir do século XV: após a expulsão dos árabes do território ibérico, a Coroa espanhola decidiu converter todos os infiéis ao catolicismo. Poucos anos depois, a Coroa portuguesa também passou a perseguir os judeus, obrigando-os à conversão ou condenando-os à morte depois de julgamentos nos tribunais da Inquisição. Nesse cenário, a Holanda protestante tornou-se um porto seguro para todos os judeus, que para lá se dirigiram e se estabeleceram. Na Holanda, construíram sinagogas, entidades assistencialistas e escolas judaicas para que os membros da comunidade fossem instruídos na religião. Em 1630, a Holanda invadiu o Brasil. Para cá vieram os holandeses dispostos a se organizar política e socialmente no território brasileiro e, junto com eles, os judeus provenientes da Espanha e Portugal, que se juntaram aos judeus e criptojudes que já viviam aqui.



Figura 40 – A Sinagoga Kahal Zur Israel é considerada a primeira sinagoga das Américas. Ela foi construída pelos judeus que vieram com os holandeses para o Brasil, no século XVII

Disponível em: <https://bit.ly/3zgThck>. Acesso em: 26 out. 2022.

Os criptojudes eram os assim chamados judeus convertidos ao catolicismo, mas que continuavam a praticar a fé judaica às escondidas. Essa prática de resistência – e que exigia uma vigorosa reserva mental – incluía construir capelas com os nomes dos queimados na Inquisição; também incluía o hábito de comparecer às igrejas para os cultos católicos, mas sussurrando as rezas judaicas (JUDENSNAIDER, 2005). Aqui, no Brasil holandês, a comunidade judaica teve liberdade para se estabelecer, o que resultou na inauguração da primeira sinagoga das Américas no Recife; na cidade, também ergueram duas escolas judaicas. Este modelo, já utilizado em Amsterdã, seria utilizado em Curaçao e nas ilhas do Atlântico: era um modelo baseado na cultura, fazendo da cultura o elo que manteria a comunidade unida. Esse elo incluía normas, valores, hábitos e tradições religiosas, e por meio dessa teia de expressões culturais, a comunidade tinha condições de construir e manter uma identidade própria. Assim, para qualquer lugar que fossem, os judeus construíam escolas, sinagogas e associações de assistência mútua, sendo essa estrutura de convívio social o elemento identitário da comunidade (JUDENSNAIDER, 2005).

Esse modelo tem sido frequentemente utilizado por outros povos e em processos migratórios das mais diferentes naturezas. Vejamos, por exemplo, o caso da comunidade russa que veio para o Brasil ao longo do século XIX e até meados do século XX. Se, inicialmente, a luta pela sobrevivência exigia adaptação ao novo país (incluindo sua língua, suas leis e seus costumes), uma etapa seguinte fazia premente um necessário resgate das tradições, religião e idioma do país de origem. Em especial, a religião foi um dos principais instrumentos para a reconstrução das raízes; a partir das catedrais, igrejas e paróquias construídas em todo o país onde se estabeleceram comunidades russas, os imigrantes puderam conviver com seus semelhantes, partilhando a cultura nas suas mais diversas expressões (canto, dança, culinária típica etc.) (VOROBIEFF, 2006). Tendo como base o convívio religioso, a comunidade russa promovia encontros e festas; estimulava o casamento entre seus membros e acolhia os recém-chegados de outras regiões do país; organizava bibliotecas e estimulava o ensino da língua russa. Todos esses movimentos utilizaram a cultura como base para a criação de um elo entre seus membros, possibilitando à comunidade criar laços e facilitar a coesão.

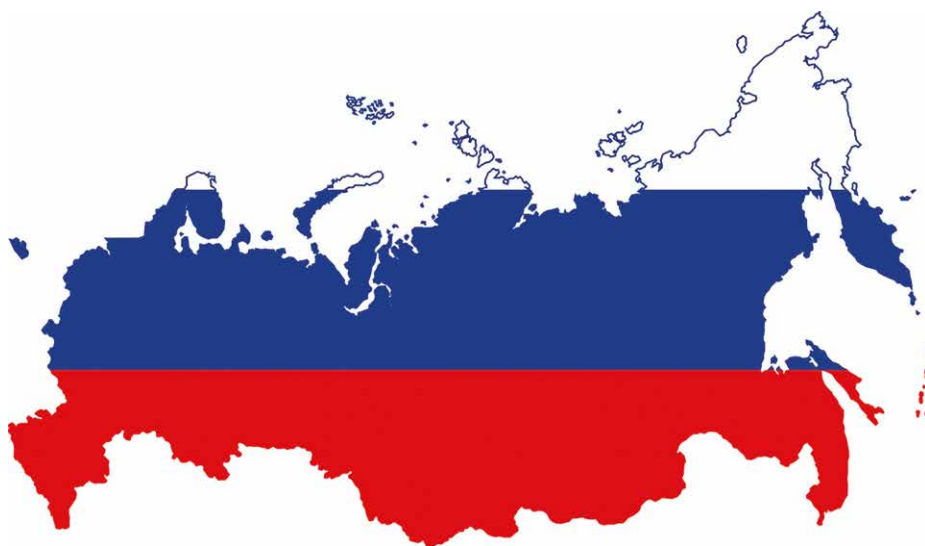


Figura 41 – No Brasil, a comunidade russa procura manter sua identidade a partir do compartilhamento e da preservação de hábitos e costumes, o que inclui as tradições religiosas e o uso do idioma russo

Disponível em: <https://bit.ly/3UgdGqh>. Acesso em: 31 out. 2022.

Outro exemplo interessante vem de Goes, Souza e Ennes (2020). Os autores analisaram os estudos sobre as comunidades de chineses e sul-coreanos na cidade de Aracaju, Sergipe, entre os anos de 2011 e 2018, e identificaram fenômenos significativos em relação à coesão do grupo por meio de fatores associados à cultura. Em Aracaju, esses grupos envolveram-se com atividades comerciais ligadas à venda de produtos importados; em algumas ocasiões, chegaram à cidade vindos de outras localidades do país, ou seja, a cidade de Aracaju não havia sido a primeira cidade de destino do processo migratório. De forma resumida, essa segunda migração para Aracaju tinha como propósito o sucesso comercial, em especial, a transição da condição de empregado para proprietário. Para isso, os chineses e sul-coreanos contaram com uma forte rede de ajuda e solidariedade étnica/nacional, que se materializou sob a forma de relações entre parentes, auxílio no domínio do ambiente até então desconhecido e mecanismos de poupança

e financiamento familiares. Em outras palavras, os já residentes financiavam os recém-chegados, que, posteriormente, também colaborariam para os próximos a chegarem na cidade (GOES; SOUZA; ENNES, 2020). Ainda, "cabe destacar a importância do idioma como elemento de fortalecimento dos mecanismos de solidariedade étnica/nacional e de produção de fronteiras em relação àqueles que não fazem parte do grupo" (GOES; SOUZA; ENNES, 2020, p. 108).



Figura 42 – De forma geral, os coreanos e chineses que se estabeleceram no Brasil têm no comércio a sua principal atividade profissional

Disponível em: <https://bit.ly/3Wf2nAm>. Acesso em: 31 out. 2022.

Esse modelo de organização financeira constituía-se – e ainda se constitui – como uma expressão cultural de ajuda e de vínculo cultural fortemente enraizada nessas comunidades. Além disso, não apenas forneceu e facilitou os meios para a sobrevivência de seus membros, como também estabeleceu as fronteiras entre a comunidade e os outros grupos étnicos. "O grupo já estabelecido funciona como 'amortecedor', de modo que o acesso à sociedade de acolhida possa ser gradativo e seguro" (GOES; SOUZA; ENNES, 2020, p. 109). Por conseguinte, os casamentos foram promovidos dentro da própria comunidade; as relações comerciais entre seus membros foram estimuladas e, como forma de garantir a continuidade dos negócios, sucessores foram escolhidos de modo a permitir a sustentabilidade dos arranjos financeiros dentro da comunidade (GOES; SOUZA; ENNES, 2020).

De modo similar aos sul-coreanos, a esse respeito recordamos de uma tradição chinesa chamada de *guanxi*. O *guanxi* é um termo chinês que numa tradução literal significa relacionamento, mas que na cultura chinesa denota relacionamentos sociais específicos entre duas ou mais pessoas; relacionamentos esses que visam a consecução de determinados objetivos

(comerciais, financeiros, logísticos, entre outros) e que são fundamentados, prioritariamente, em ideais de confiança e lealdade (*xinyong*) (Silva, 2008, p. 56) (GOES; SOUZA; ENNES, 2020, p. 106).

Dados estatísticos disponíveis mostram que os chineses e os coreanos representaram 6% dos imigrantes que vieram para o Brasil em 2014.

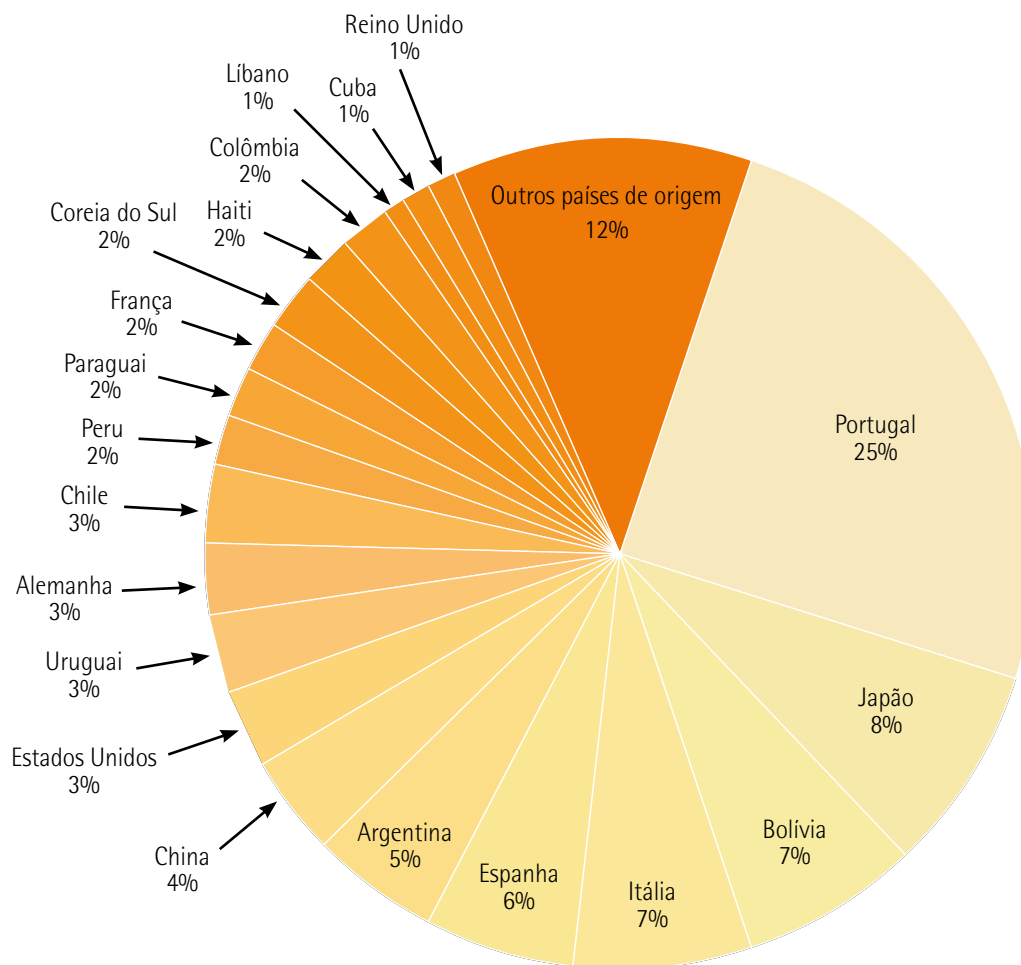


Figura 43 – Representação percentual dos maiores grupos imigratórios no Brasil no ano de 2014

Fonte: Uebel e Rückert (2017).

Outro grupo, que nos serve como exemplo bastante ilustrativo, é o dos bolivianos, os quais, em 2014, representaram 7% das imigrações realizadas para o Brasil. Segundo Silva (2006), a imigração boliviana para o Brasil teve início na década de 1950 e, mesmo nos difíceis anos 1980 para a economia brasileira, os bolivianos continuaram vindo para cá. No século XXI, esse movimento migratório manifestou-se novamente de forma intensa: as dificuldades econômicas pelas quais a Bolívia vem passando parecem maiores do que aquelas que o Brasil também vem sofrendo.

Em outras palavras, considerando o contexto sul-americano, o Brasil ainda emerge como alternativa vantajosa para os migrantes.

Quem migra leva consigo sonhos de uma vida melhor para si e suas famílias, de obter sucesso econômico rápido e de regressar vitorioso, o quanto antes, à sua terra natal, pois o retorno é, segundo Sayad (2000), um elemento constitutivo da condição do imigrante. Entretanto, a decisão de emigrar está sempre ancorada em ideias positivas que são construídas sobre o lugar de destino, as quais são veiculadas, em geral, pela imprensa, ou ainda pelos agenciadores de imigrantes no local de partida. Entre as imagens mais recorrentes, temos aquelas que já fazem parte de um imaginário mais amplo, presente entre os hispano-americanos, que veem o Brasil como o país do futebol, do samba, de belas praias, de natureza exuberante, das mulatas, das oportunidades de emprego, entre outras (SILVA, 2006, p. 157).



Figura 44 – Rotas de imigração boliviana para o Brasil (2013)

Fonte: Araujo, Filartigas e Carvalho (2015, p. 137).

Em geral, o perfil desses imigrantes é o do jovem, solteiro, de escolaridade média, e que se sente atraído pelas oportunidades de trabalho no Brasil, em especial no comércio e na indústria de confecção. Além disso, o sucesso aqui representa também uma possibilidade concreta de trazer os parentes que ficaram na Bolívia.

À medida que eles vão se estabelecendo na cidade, inicia-se um processo de reunificação familiar, com a vinda de irmãos, parentes e pais, muitas vezes pessoas oriundas do campo e com pouco domínio do espanhol. Em São Paulo, os mais idosos são incorporados de alguma forma ao processo de

produção nas oficinas de costura, exercendo atividades suplementares, como é o caso das mulheres que preparam a comida servida aos trabalhadores (SILVA, 2006, p. 160).

As estatísticas mostram que os bolivianos, preferencialmente, buscaram – e ainda buscam – trabalho no setor de costura de pequenas e médias confecções. Com relação a este fenômeno, vale destacar que os laços de coesão e de solidariedade acabam também funcionando como elementos facilitadores para a precarização do trabalho desses imigrantes e dificultadores do ponto de vista da proteção legal disponível.

Do trabalhador se exige apenas muita coragem para se adaptar às condições insalubres de trabalho, uma vez que é um setor no qual não há nenhuma regulamentação das relações trabalhistas. Tal modo de produção se enquadra no modelo da "acumulação flexível" do capital, em que a produção se dá com base na quantidade de peças que o trabalhador é capaz de costurar. Nesse caso, as regras de trabalho são permeadas por relações de parentesco e amizade, ensejando, assim, espaço para a subjugação dessa mão de obra, sobretudo das mulheres (Harvey, 1992, p.146). Em geral, eles trabalham para coreanos, brasileiros, ou mesmo para os próprios compatriotas que vão à Bolívia agenciar trabalhadores para as suas oficinas de costura. O produto final do trabalho é vendido, em geral, nas lojas da cidade, algumas delas muito conhecidas no comércio local (SILVA, 2006, p. 161).

Em geral, os imigrantes aceitam as condições de trabalho precarizado por não terem formação especializada para buscar outra ocupação e, principalmente, por conta da falta de documentos para legalizar a presença e o trabalho no território brasileiro.

O problema da indocumentação tem sido um dos grandes desafios para os imigrantes mais pobres no Brasil, particularmente para os bolivianos(as), uma vez que o Estatuto do Estrangeiro, aprovado em 1980 por decurso de prazo e num contexto de Segurança Nacional, só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores no país. Para os que não se enquadram nesses critérios, as duas únicas possibilidades de regularização são o casamento com cônjuge brasileiro ou o nascimento de um filho em território brasileiro. Entretanto, por falta de informação, há casos em que bolivianas acabam registrando seus filhos nascidos no Brasil no nome de uma irmã que já esteja documentada no país. A razão para tal atitude é o temor de serem descobertas pela Polícia Federal, por não estarem regularizadas no país. O problema é reverter essa situação, depois que elas conquistam a própria documentação. Em outros casos, as crianças não são registradas porque os pais acreditam que no registro constará apenas o nome da mãe, em razão da sua condição de indocumentados (SILVA, 2006, p.162).

Apesar disso, ou talvez por causa disso, a comunidade boliviana no Brasil encontra na cultura uma forma de manter sua identidade e percepção de pertencimento ao grupo. Assim, é na cozinha, no comércio de produtos artesanais e na música, entre outras manifestações, que essa comunidade busca fortalecer os laços afetivos.



Figura 45 – A empanada (de queijo ou carne) é um típico salgado da culinária boliviana: assemelha-se ao pastel brasileiro, e sua massa de farinha pode ser frita ou assada

Disponível em: <https://bit.ly/3U9SL00>. Acesso em: 31 out. 2022.

Vale a pena aqui reforçar um importante fenômeno. A cozinha e os hábitos culinários também se definem como patrimônio e expressão cultural. A culinária reúne hábitos e tradições passadas de pais para filhos e está impregnada de elementos da história da comunidade. De fato, o repertório culinário configura-se como representação dos mecanismos de integração social que foram desenvolvidos ao longo do tempo e que se transformaram em patrimônio geracional.

A comunicação entre pessoas i/emigrantes se faz não somente pelo idioma ou pela música, mas igualmente em momentos em que compartilham à mesa seus sabores de memória. Neste sentido, a alimentação é um referencial de análise fundamental, pois traduz uma identidade, revela a cultura regional e familiar responsável pela formação do gosto. Expõe o legado das origens e de grupos sociais, serve como reveladora de traços que vêm de um lugar específico do passado. Por ser portátil, a cozinha torna-se um meio de expressão, de representação, ao mesmo tempo que reafirma o pertencimento cultural. [...] Para um grupo de i/migrantes a alimentação contém significados de memória, torna-se um elo afetivo principalmente, por ter sido elaborada por mãos femininas, quase sempre maternas, que formaram o gosto. Mesmo distantes de seu lugar de origem, os sabores da infância permanecem como identidade. Nesses casos "a alimentação atua como um elemento central da construção das identidades e constata que os particularismos alimentares estão entre os últimos traços diacríticos a desaparecer" (Poulain, 2004), por possuir raízes identitárias profundas. As

manifestações culturais expressas nos hábitos dos imigrantes e moradores locais se interagem no cotidiano e na alteridade, pelo confronto, o indivíduo se reconhece, se identifica. Neste sentido, o estudo na cozinha do i/migrante, a cozinha étnica, torna-se primordial para a compreensão de sua essência e de sua cultura. "Os hábitos culinários de uma nação não decorrem somente do mero instinto de sobrevivência e da necessidade do homem de se alimentar. São a expressão de sua história, geografia, clima, organização social e crenças religiosas" (Franco, 1986, p. 17). As diversas culturas na cidade foram expostas a influências externas, acabaram mesclando-se, dificultando a conservação das identidades culturais, permitindo que elas se modificassem pela interferência e pela infiltração da cultura local e de outras culturas, "num processo que pode ser amplificado para a própria compreensão de uma identidade brasileira composta justamente por esta soma de identidades plurais" (Casasola, 1983, p. 17). Os hábitos alimentares vão paulatinamente incorporando-se aos costumes locais, e vice-versa, construindo na mescla de ingredientes e procedimentos a cozinha contemporânea. O encontro do migrante com o "outro" causa mudanças significativas nos hábitos e costumes. Segundo Hall (2003), as identidades vão se formando a partir das relações estabelecidas no lugar de origem, e tornam esse lugar uma memória do vivido, sentido e experimentado. Complementa: "A identidade torna-se uma 'celebração móvel' formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". Os hábitos adquiridos os identificam, especialmente os culinários, como um fator de resistência na manutenção de sua cultura (CORNER, 2021, p. 2-3).



Figura 46 – Evento Undokai 2013 promovido para Associação Japonesa de Santos

Disponível em: <https://bit.ly/3WjNsoE>. Acesso em: 31 out. 2022.

Claro está que o convívio entre diferentes culturas não se dá sempre de forma harmoniosa. Aliás, inclusive por conta da intensificação dos movimentos migratórios no mundo, ondas imensas de refugiados saíram de seus locais de origem e se dirigiram para países mais desenvolvidos na Europa, na América do Norte ou na América do Sul.

Já falamos anteriormente sobre os fenômenos do preconceito e do etnocentrismo. Apenas para situá-los, agora, no contexto da globalização (que, a princípio, defende a eliminação de barreiras para a movimentação de pessoas), é importante que joguemos luz em algumas modalidades que emergem de situações conflituosas do ponto de vista do choque entre culturas, quais sejam, multiculturalismo, provisoriedade, assimilação e exclusão. Segundo Melo (2015), alguns dos possíveis resultados do fracasso no diálogo entre culturas podem incluir:

a) Exclusão: é a posição que afirma que as minorias devem retornar ao seu país de proveniência. Segundo dados do Eurobarômetro de 2007, esta parece ser a posição preponderante entre os cidadãos europeus: ainda que uma maioria relativa (48%) considere que a presença dos imigrantes seja necessária em certos setores da economia, quase o mesmo percentual exprime insegurança em relação à presença estrangeira, particularmente no que se refere ao desemprego (46%). Além disso, em alguns países, os partidos mais destacadamente anti-imigração tiveram um significativo reforço eleitoral e, segundo o relatório Human Rights First 2007, os crimes de tipo racial – em particular os de caráter islamofóbico – estão aumentando em toda a Europa. Uma situação paradoxal para uma União Europeia que adotou oficialmente o lema "Unidos na diversidade" para o mesmo ano de 2007. Na Itália, segundo dados do Rapporto Unar 2006, as disparidades de tratamento e discriminações raciais contra imigrantes se perpetuam em diferentes ambientes físicos e simbólicos: em bares, discotecas, restaurantes, lugares de encontro cotidiano. Também são assinalados casos análogos em importantes espaços e serviços públicos: moléstia e lesões à dignidade em espaços esportivos, em meios de transporte coletivo, escritos xenófobos e manifestações eleitorais discriminatórias, obstáculos ao acesso escolar e aos serviços de saúde pública, mensagens estereotipadas e estigmatizadas pelos *mass media*, modalidades de crédito e relações bancárias dificultadas e por vezes inviabilizadas, impedimentos para obtenção de moradia, entre outras violências. Trata-se de graves feridas para a coletividade, que não condizem com o imaginário que se faz da cultura italiana no exterior. Uma cultura que atingiu patamares tão altos na filosofia, no direito, nas ciências e nas artes, não deveria permitir-se uma tal involução. De fato, o visitante desavisado não espera encontrar esse tipo de desumanidade em um país civilizado. b) Assimilação: é a posição que nega o reconhecimento das especificidades culturais às minorias étnicas, oferecendo, porém, ao imigrante a possibilidade de acesso à cidadania com o pressuposto que este se empenhe em se tornar um cidadão do novo país de residência, introjetando os valores e as regras de convivência. c) Provisoriamente: é a posição que considera os

imigrantes prevalentemente como residentes temporários, que retornarão ao país de origem no fim de uma prestação de trabalho realizado a tempo determinado. Nesse caso, a atenção se coloca no indivíduo imigrado e na sua família, não vem dada atenção ao grupo étnico, considerado uma presença provisória. d) Multiculturalismo: é a posição que tende a garantir aos grupos étnicos o reconhecimento da identidade coletiva e que sejam dadas respostas (ao menos do ponto de vista formal) que salvaguardem as especificidades culturais (MELO, 2015, p. 12-13).



Figura 47 – Mulheres africanas defendem o uso do *hijab*, tradicional vestimenta islâmica

Disponível em: <https://bit.ly/3TVsA5q>. Acesso em: 31 out. 2022.

Como podemos ver, o reconhecimento e a proteção da diversidade cultural não são suficientes para garantir a constituição de um Estado democrático: é fundamental que sejam implantados mecanismos que garantam a todos os segmentos da sociedade (os minoritários, em especial) o pleno exercício dos seus direitos fundamentais. Ainda, "o Estado não deve apenas garantir a coexistência, mas deve também assegurar a convivência entre todos" (LOPES, 2012, p. 68). Para que isso ocorra, vínculos de solidariedade devem ser criados, "partindo-se da concepção da civilidade como pressuposto para a consolidação e o respeito aos direitos fundamentais de todos os seres humanos, conforme o defendido pela interculturalidade" (LOPES, 2012, p. 68).

Os conflitos gerados por causa do choque entre diferentes culturas podem se manifestar de várias formas. Talvez uma das mais perturbadoras seja o terrorismo, a ação de violência que não é comandada por um Estado nem tampouco fruto da declaração de guerra de um Estado contra o outro. Nas primeiras grandes guerras mundiais, os agentes estavam bem identificados, assim como as alianças e os antagonismos existentes entre eles. No entanto, o século XXI inaugurou um novo tipo de terrorismo, diferente dos que já haviam ocorrido nas décadas anteriores, entre eles, as Brigadas Vermelhas, na Itália da década de 1970, cujo propósito era debilitar o Estado por meio de ações, em geral, sensacionalistas, tais como sequestros e atos incendiários; também na década de 1970, o movimento Setembro Negro, que intencionava fragilizar o Estado de Israel e os Estados Unidos por meio da reivindicação de um Estado palestino.

Os atos terroristas do século XXI nem sempre obedeceram à lógica das antigas manifestações violentas, nas quais havia um agente facilmente identificável e uma pauta (ou agenda) explicitada. Embora também tenhamos visto movimentos parecidos com os do século XX (por exemplo, na Nigéria do início dos anos 2000, o Boko Haram comandou centenas de sequestros de jovens com o intuito de disseminar o fundamentalismo religioso islâmico), o atentado às Torres Gêmeas (Estados Unidos, 2001) inaugurou uma nova modalidade: ao menos durante um bom tempo, nem sequer se conseguiu identificar o agente que havia comandado o ataque; demorou algumas semanas para que a Al-Qaeda, uma organização islâmica internacional, fosse responsabilizada pelo ataque. Mais importante: mesmo depois de identificado o agente agressor, tornou-se quase impossível localizá-lo geograficamente. Iraque, Paquistão, Afeganistão, Arábia Saudita, vários foram os países acusados de abrigar membros da organização; mais difícil ainda foi compreender a pauta que movia os membros da Al-Qaeda, ou seja, quais as suas reivindicações e os seus objetivos.

Os atos terroristas não apenas causaram danos *per se*; as reações dos países industrializados à ameaça terrorista envolveram o aumento de gastos com forças e equipamentos militares, bem como a tentativa de invasão de países estrangeiros com o objetivo, ao menos no nível discursivo, de eliminar o perigo de um ataque com armas de aniquilação em massa. Além disso, geraram um movimento islamofóbico, por meio do qual todo e qualquer cidadão de religião islâmica passou a ser confundido e tratado como terrorista. Alguns conflitos gerados pelos refugiados da Guerra da Síria nos vários países europeus que os acolheram (em geral, conflitos de ordem cultural) alimentaram a islamofobia, justificando-a em função do medo da Europa em relação à ausência de diálogo, e mesmo ao imenso choque cultural entre os imigrantes e os habitantes obrigados a recebê-los.



Figura 48 – Um dos reflexos do acirramento de conflitos entre culturas é o fenômeno do terrorismo

Para encerrar nossa reflexão sobre o tema, apresentamos um trecho da crítica que Dupas e Assis (2017) elaboraram sobre um livro de Eric Hobsbawm, *Globalização, democracia e terrorismo* (2007). Um dos mais renomados historiadores ocidentais, Hobsbawm procurou discutir nessa obra os efeitos da globalização na manutenção de governos democráticos e no acirramento dos movimentos terroristas.

Ao tratar das perspectivas da democracia no século XXI, o autor demonstra nítido ceticismo quanto ao modelo democrático amplamente disseminado entre os países de tradição liberal. Indica o apoio da maioria, a hegemonia do poder estatal, a aceitação da autoridade desse poder e sua aptidão exclusiva para prestar determinados serviços como premissas da política democrática, e demonstra que elas têm perdido a validade. Dentre os motivos da deterioração dessas premissas, apresenta: a) a perda do monopólio da força militar, já que armamentos e instrumentos de destruição estão facilmente acessíveis a grupos dissidentes; b) a fragilização dos pilares do governo estável, como a lealdade voluntária dos cidadãos ao Estado e a disposição de obediência desses cidadãos ao poder estabelecido; c) o enfraquecimento do poder do Estado pelo retorno a ideais ultraliberais, verificando-se a desregulamentação de mercados, a substituição de serviços públicos por privados com aumento de privatizações e a ampliação da crença de que o setor privado pode satisfazer necessidades que o Estado não pode ou que pode satisfazê-las de forma mais eficaz. O autor indica que o vácuo gerado pelo enfraquecimento do Estado é preenchido pela soberania do mercado, que, assim, encontra espaço para substituir o papel mobilizador do cidadão na política democrática, passando o consumidor a ocupar o lugar do cidadão. Esse conjunto de fatores, como o autor examina, afeta diretamente a democracia, que passa a não encontrar legitimação real perante o povo. Isso ocasiona o declínio de movimentos e mecanismos de articulação coletiva dos pobres e a redução do interesse na participação política e nas eleições. Além disso, são problemas mais imediatos para a democracia a convivência com outras forças que não pode controlar e a falência ou ineficácia do sistema representativo, que vem reforçada pela manipulação da opinião pública pela mídia e também pela voracidade dos desejos do mercado de consumo (DUPAS; ASSIS, 2017, p. 405).

Esperamos que você tenha apreciado nossa abordagem nesta disciplina e que tenhamos despertado em você a curiosidade de aprofundar vários dos temas apresentados.



Resumo

O preconceito diz respeito ao sentimento hostil em função de uma generalização. Em outras palavras, o preconceito significa julgar algo antes de conhecê-lo, ou seja, ter uma opinião já constituída a respeito de alguma coisa, ou de alguém, mesmo sem ter tido experiência com essa coisa ou com esse alguém.

Há inúmeras formas de manifestar preconceito, ou seja, de julgar pessoas ou grupos de pessoas com base em generalizações sem qualquer fundamentação. Apenas para exemplificar, temos: a) eurocentrismo (valoriza a superioridade da visão europeia sobre outras visões de mundo, considerando-as primitivas e inferiores); b) homofobia (aversão e rejeição ao homossexual e à homossexualidade); c) racismo (aversão e rejeição a pessoas ou grupos de outras etnias, a partir de uma crença numa inexistente hierarquia entre as raças); d) sexismo (aversão e rejeição a pessoas de outro sexo); e) xenofobia (temor, desconfiança e rejeição em relação a estrangeiros); e) gordofobia (aversão e rejeição a pessoas obesas); f) etarismo (rejeição com base na idade).

A exclusão está associada ao fenômeno de discriminar e afastar um grupo ou uma pessoa do convívio social. A desigualdade – consequência tanto de diferenças étnicas, culturais ou religiosas quanto de diferenças econômicas – está por trás da não aceitação (seja ela voluntária ou por quem se omite) de grupos ou de pessoas por causa de características reais ou imaginárias.

A necessidade de a sociedade democrática se prevenir das ações violentas com base em comportamentos preconceituosos é, nesse caso, fundamental. Assim, é desejável que todo o arcabouço legal e institucional de uma sociedade sinalize, de maneira inequívoca, que os direitos das minorias e dos excluídos estão protegidos pela lei. É desejável, ainda, que a sociedade plural reconheça o direito à diferença e o direito à liberdade de expressão e religiosa e sinalize com clareza a ideia de que o ambiente democrático é fortalecido na medida em que a participação social se enraíza na sociedade à qual se destinam.

Há várias formas de proteger as minorias e os grupos minoritários, bem como de lutar contra o preconceito. Por exemplo, governos podem criar leis que acolham e defendam os grupos que costumam ser alvos de violência e discriminação.

Outra forma de proteção é a ação de setores da sociedade civil que trabalham para que as vozes dos grupos excluídos possam se fazer ouvir. Nos ambientes democráticos, tornou-se comum que grupos minoritários se auto-organizem com o objetivo de eleger representantes que lutem por suas causas ou que possam colocar suas pautas na arena de debates democráticos.

Outra estratégia é a de colocar em prática ações afirmativas. As ações afirmativas são todas aquelas práticas que buscam reparar e combater o preconceito e a discriminação, em especial no caso de grupos sociais que, do ponto de vista histórico, foram excluídos de oportunidades e de quaisquer privilégios. Um dos resultados previstos pelas ações afirmativas é o de incluir socialmente os segmentos sociais que, por conta do processo histórico e de desenvolvimento do país, foram excluídos da socialização e da participação na sociedade.

O quadro de desigualdade social no Brasil alimenta a disseminação do preconceito e da discriminação e, por isso, nossa dívida social só faz aumentar de década para década. Assim, as informações estatísticas disponíveis evidenciam uma situação de extrema desigualdade na participação por gênero e etnia, mostrando que as mulheres negras, com exceção do trabalho em comércio e em atividades elementares, são a categoria com menor participação em todos os segmentos profissionais. Em outras palavras, são o grupo mais vulnerável em termos de falta de oportunidades profissionais e em termos salariais.

O etnocentrismo é um comportamento que se caracteriza pelo julgamento de outros povos e outras culturas a partir dos padrões de uma outra sociedade, tida como melhor e superior. Em contrapartida, o relativismo cultural representa respeito pela cultura do outro, atribuindo dignidade aos seus costumes e normas. Assim, a investigação de outras culturas deve se apoiar na objetividade e na contextualização das facetas então identificadas.

A globalização intensificou o processo de multiculturalismo, levando-nos a assumir que não há homogeneidade cultural, que há limites – e, mais importante, que deve haver limites – para a assimilação de culturas não dominantes por parte das dominantes, e que devemos estar atentos para que os movimentos de inclusão respeitem – e não ignorem – as diferenças entre diferentes grupos étnicos.

Assim, este contexto torna difícil articular um diálogo entre a necessidade de construir identidade e a necessidade globalizadora, já que nem todas as culturas estão dispostas ao diálogo, tampouco todas as culturas estão

disponíveis para a divisão de espaço. Há culturas que se imaginam dotadas de um direito de prevalência histórico e natural. Há outras que nem sequer consideram a possibilidade de conviver com culturas distintas.

Para nos percebermos diferentes, precisamos ser cotejados com o outro, já que ninguém é diferente *per se*. A diferença requer comparação, pois é relativa, e não absoluta. Somos diferentes em relação ao outro. Assim, a globalização deve fornecer os insumos necessários para que se criem outras formas de identificação coletiva, respeitadas as diferenças entre os grupos.

Outra solução seria a de considerar as diferenças existentes apesar da globalização. Em outros termos, pensar a globalização não como fenômeno hegemônico, mas, ao contrário, como fenômeno em que o multiculturalismo seria incentivado como processo de emancipação, e não como resultado do processo de colonização.

O multiculturalismo diz respeito ao reconhecimento e ao respeito da diversidade cultural. A interculturalidade pressupõe ser inevitável a interação entre essas culturas, o que impõe a necessidade de um projeto político capaz de estabelecer um diálogo entre elas, como forma de garantir uma real convivência pacífica.

Decolonizar consiste em romper com os modos, valores e costumes que se mantiveram, apesar do rompimento da relação de subjugação.

A cultura, enquanto produto da ação humana em determinado espaço e tempo, pode vir a ser instrumento de coesão ou de conflito. A coesão ocorre quando, por algum motivo, a unidade da comunidade é de importância vital para a sua sobrevivência, podendo essa unidade se dar às custas da cultura. Por outro lado, o conflito surge quando a cultura do outro é vista como uma ameaça. Isso pode ocorrer dentro de uma mesma cidade ou um mesmo país, ou pode ter lugar quando não há relações harmoniosas entre diferentes grupos.

No Brasil, do ponto de vista histórico, pudemos observar diversas vezes o fenômeno da coesão por meio da cultura, em especial no caso das migrações de europeus (italianos, alemães, russos, poloneses etc.), de comunidades da Ásia (Japão, China), da África (Moçambique, Congo, Angola etc.). Todos esses grupos fizeram uso das expressões culturais para manter viva a identidade dos locais de origem e estabelecer laços coesos entre seus membros. Esse fenômeno também ocorre nos casos de grupos marginalizados: é na cultura que os membros se apoiam para fortalecer sentimentos identitários e de pertencimento.

As formas culturais criadas nos ambientes das favelas são exemplos desse processo: as manifestações musicais, as gírias, os hábitos, os costumes e as normas e padrões de comportamento formam o que chamamos de cultura. Assim, a comunidade da favela identifica seus membros em função das suas semelhanças e daquilo que os torna um grupo. É a cultura que mantém o grupo coeso, unido. Por isso, há uma forte convicção sobre as diferenças entre o "povo da favela" e o "povo da cidade". A cidade, lá embaixo, comporta-se a partir de regras distintas, funciona de outro modo; assim, por necessidade de sentir-se membro do grupo e por precisar rejeitar o medo em relação ao outro (aos da cidade), as comunidades pobres criam e estimulam laços sociais e culturais fortes.

Hábitos culinários, tradições religiosas, idioma e valores culturais: são vários os instrumentos utilizados para reforçar os laços de uma comunidade e estabelecer uma conexão identitária com o grupo. Tais elementos são reforçadores do diálogo entre diferentes culturas, estimulando a coesão entre os membros dos grupos e estabelecendo comunicação com outros grupos.

Claro está que o convívio entre diferentes culturas não se dá sempre de forma harmoniosa. Aliás, por conta da intensificação dos movimentos migratórios no mundo, ondas imensas de refugiados saíram de seus locais de origem e se dirigiram para países mais desenvolvidos na Europa, na América do Norte ou na América do Sul. Assim, é de fundamental importância que joguemos luz em algumas modalidades que emergem de situações conflituosas do ponto de vista do choque entre culturas, quais sejam, o multiculturalismo, provisoriedade, assimilação e exclusão.

Os conflitos gerados por conflitos entre diferentes culturas podem se manifestar de várias formas. Talvez uma das mais perturbadoras seja o terrorismo, a ação de violência que não é comandada por um Estado nem tampouco fruto da declaração de guerra de um Estado contra o outro.



Exercícios

Questão 1. (Enade 2005, adaptada) Leia trechos da carta-resposta de um cacique indígena à sugestão, feita pelo governo do estado da Virgínia (EUA), de que uma tribo de índios enviasse alguns jovens para estudar nas escolas dos brancos.

Nós estamos convencidos, portanto, de que os senhores desejam o nosso bem e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa. [...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam caçar o veado, matar o inimigo ou construir uma cabana e falavam nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, inúteis. [...] Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão, concordamos que os nobres senhores de Virgínia nos enviem alguns de seus jovens, que lhes ensinaremos tudo que sabemos e faremos deles homens.

Fonte: BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

A leitura adequada do texto acima requer a compreensão de que a visão de mundo de um grupo é dada pelos valores da sua cultura. Nesse sentido, considere as afirmativas a seguir:

I – É vedado aos indígenas a formação com base científica para que haja preservação dos seus valores culturais.

II – A cultura indígena reage de forma depreciativa em relação ao conhecimento com base na ciência, já que ele produz resultados irrelevantes para a vida comunitária.

III – A educação de um povo deve ser avaliada a partir da existência de valores universais, incluídas aí as formas democráticas de governo tal como ocorre na maioria dos países ocidentais.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III.
- D) II.
- E) II e III.

Resposta correta: alternativa D.

Análise das afirmativas

I – Afirmativa incorreta.

Justificativa: o texto não faz qualquer referência à interdição ou à proibição de acesso ao conhecimento científico.

II – Afirmativa correta.

Justificativa: os indígenas são irônicos e sarcásticos em relação aos frutos do conhecimento científico, já que ele é inútil para o desenvolvimento das habilidades que são consideradas mais importantes pela comunidade.

III – Afirmativa incorreta.

Justificativa: as formas democráticas de governo, comuns nos países ocidentais, de modo algum se constituem em valores universais. Cada cultura desenvolve o seu próprio sistema de governo em função de seus valores e de sua narrativa histórica e social.

Questão 2. Ao resumirem o artigo "O projeto genoma humano e os perigos do determinismo reducionista biológico na explicação do comportamento: uma análise behaviorista radical", seus autores, Marcus Bentes de Carvalho Neto, Alessandra Salina, Ana Roberta Prado Montanher e Laura Abdalla Cavalcanti, afirmam:

Em 1990 iniciou-se o Projeto Genoma Humano com a tarefa de mapear que genes comporiam o código genético do homem. Recentemente, o coordenador geral do projeto Genoma Câncer no Brasil, sugeriu a existência de um conjunto de genes responsáveis pelo comportamento criminoso, descartando o papel relevante de variáveis ambientais (ontogenéticas e culturais). O presente ensaio teve por objetivo discutir a origem e a pertinência do determinismo reducionista biológico na explicação do comportamento. Identificou-se uma longa tradição no pensamento ocidental de busca, na base orgânica, de uma explicação estritamente biológica para as ações humanas, especialmente para aquelas entendidas como socialmente problemáticas. [...] Discutem-se os limites de uma explicação inteiramente genética da ação e os perigos sociais e políticos de sua disseminação.

Disponível em: <https://bit.ly/3Nd2Dvt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

Podemos concluir, com base no texto anterior, que nosso código genético não define nosso comportamento, e portanto a cultura é necessária para sua manutenção. Assim, o comportamento é resultado de:

I – Um conjunto de normas e condutas que compõem a cultura.

II – Um processo de diferenciação dos grupos que construíram identidades e modos diferentes de se relacionar.

III – Uma assimilação de informações e símbolos culturais construídos ao longo de muitas gerações.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

Resposta correta: alternativa A.

Análise das afirmativas

I – Afirmativa correta.

Justificativa: a cultura de determinada comunidade inclui o conjunto de normas e condutas tidas como aceitáveis. Assim, o comportamento será fruto da adaptação e da aceitação desse conjunto pelos membros da comunidade.

II – Afirmativa correta.

Justificativa: os diferentes processos de formação identitária caracterizam a formação de grupos distintos em termos de valores culturais. Entre esses valores, estão incluídas as formas aceitáveis de relacionamento social.

III – Afirmativa correta.

Justificativa: fazem parte da formação cultural a assimilação de informações e o desenvolvimento de representações simbólicas de valores e crenças.

REFERÊNCIAS

Audiovisuais

A BATALHA do planeta dos macacos. Direção: J. Lee Thompson. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1973. 93 min.

BRINCANDO nos campos do Senhor. Direção: Hector Babenco. Brasil; Estados Unidos: Universal Pictures, 1991. 189 min.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil: Globo Filmes, 2002. 130 min.

CIDADE de Deus 10 anos depois. Direção: Cavi Borges; Luciano Vidigal. Brasil, 2015. 90 min.

A CRIAÇÃO. Direção: Jon Ameil. Reino Unido: BBC Films, 2009. 108 min.

DE VOLTA ao planeta dos macacos. Direção: Ted Post. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1970. 95 min.

DEMOCRACIA em preto e branco. Direção: Pedro Asbeg. Brasil, 2014. 90 min.

O ENIGMA de Kaspar Hauser. Direção: Werner Herzog. Alemanha Ocidental, 1974. 110 min.

ESTRELAS além do tempo. Direção: Theodore Melfi. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2016. 127 min.

FAÇA a coisa certa. Direção: Spike Lee. Estados Unidos: Universal Pictures, 1989. 120 min.

FILADÉLFIA. Direção: Jonathan Demme. Estados Unidos: TriStar Pictures, 1993. 125 min.

O FILHO do outro. Direção: Lorraine Lévy. França: Imovision, 2012. 110 min.

A GUERRA do fogo. Direção: Jean-Jacques Annaud. França; Canadá; Estados Unidos, 1981. 100 min.

HOMO Sapiens 1900. Direção: Peter Cohen. Suécia: Peter Cohen, 1998. 88 min.

INFILTRADO na Klan. Direção: Spike Lee. Estados Unidos: Universal Picture, 2018. 135 min.

INIMIGO meu. Direção: Wolfgang Petersen. Estados Unidos, 1985. 108 min.

INVICTUS. Direção: Clint Eastwood. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2009. 133 min.

JUNHO: o mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. Brasil: TV Folha, 2014. 72 min.

PARASITA. Direção: Bong Joon-ho. Coreia do Sul: CJ Entertainment, 2019. 132 min.

O PLANETA dos macacos: a origem. Direção: Rupert Wyatt. Estados Unidos: Fox Film do Brasil, 2011. 105 min.

O PREÇO do desafio. Direção: Ramon Menendez. Estados Unidos: 1988. 102 min.

O SHOW de Truman. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1998. 103 min.

A TESTEMUNHA. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1985. 112 min.

V DE VINGANÇA. Direção: James McTeigue. Reino Unido; Alemanha; Estados Unidos: Warner Bros, 2005. 132 min.

O VENTO será tua herança. Direção: Daniel Petrie. Estados Unidos, 1999. 113 min.

XINGU. Direção: Cao Hamburger. Brasil: Globo Filmes, 2011. 102 min.

Textuais

AIETA, V. S. Os cem dias de guerra contra os povos indígenas. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 7, n. 2, p. 155-167, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3SDaGTo>. Acesso em: 25 out. 2022.

ARAUJO, A. P. C. de; FILARTIGAS, D. M. E.; CARVALHO, L. C. de. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). *Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/NN9qs8V>. Acesso em: 26 out. 2022.

BARALDI, C. B. F.; PERUZZO, P. P. Democracia e direitos humanos: a participação social das minorias. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 10, n. 1, p. 347-370, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3N5VrBj>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BÍBLIA ONLINE. *Gênesis 1*, [s.d.]. Disponível em: <https://cutt.ly/yN7OUgd>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BIZZO, N. M. V. Criacionismo versus evolucionismo: literalismo religioso e materialismo darwiniano em questão. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 301-339, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3W3kQj6>. Acesso em: 25 out. 2022.

BOULLE, P. *La planète des singes*. Paris: Julliard, 1963.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ações afirmativas*, 21 dez. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/aMq4rok>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BROOKE, J. H.; NUMBERS, R. L. *Science and religion around the world*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BURITY, J. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. Trabalhos para discussão. *Fundação Joaquim Nabuco*, n. 107, mar. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3U3cJS9>. Acesso em: 26 out. 2022.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3Dvonyt>. Acesso em: 26 out. 2022.

CARMO, C. M. do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 201-203, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3Tux42J>. Acesso em: 25 out. 2022.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3Fni4j8>. Acesso em: 27 out. 2022.

CHAVES, L. de G. M. Minorias e seu estudo no Brasil. *Revista Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/3FkT3Vx>. Acesso em: 25 out. 2022.

CINTRA, W. A. *Estado e sociedade*. Salvador: Ufba, 2017.

COELHO, T. *O que é indústria cultural?* São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

CORNER, D. M. R. A cozinha étnica em São Paulo como patrimônio cultural da cidade. In: ANGELO, E. R. B. (org.). *Textos completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: experiências de gestão e educação em patrimônio*. Porto, Portugal: Cravos. Disponível em: <https://bit.ly/3TVehNS>. Acesso em: 26 out. 2022.

DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAWKINS, R. *O relojoeiro cego*. Tradução: Isabel Arez. Coimbra: Edições 70, 1986.

DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade e seus desafios. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3W7v4PG>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. *Ambiente & sociedade*, ano 5, n. 10, p. 45-68, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/ONjyodU>. Acesso em: 27 out. 2022.

DUPAS, E.; ASSIS, P. B. de. [Resenha do livro *Globalização, democracia e terrorismo*, de Eric Hobsbawm]. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 404-410, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/dMwqOwW>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FERNANDES, S. R. A. Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas. *Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, p. 289-308, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DfnolY>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FRIEDRICH, F. H.; WITTER, N. A. A adaptação da culinária dos imigrantes alemães (Rio Grande do Sul: 1850-1930). *Disciplinarum Scientia Ciências Humanas*, v. 13, n. 1, p. 69-83, 2012.

GOES, A.; SOUZA, M.; ENNES, M. A. Mecanismos de solidariedade étnica/nacional e imigração: chineses e sul-coreanos em Aracaju, Brasil. *Plural Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 27, p. 90-113, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3DzgokV>. Acesso em: 26 out. 2022.

GOMES, K.; NEVES, M.; PEREIRA, D. O poder dos influenciadores digitais sobre a sociedade do consumo por meio do Instagram. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 21., 2019, São Luiz. *Anais [...]*. São Luiz: UFMA, 2019.

GOMES, R. M. A democracia deliberativa de Jürgen Habermas. In: SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 8., 2012, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: UFSCar, 2012.

HANASHIRO, M.; MITIKO, D.; GALEGO DE CARVALHO, S. Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. *REAd - Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 11, n. 5, p. 1-21, set./out. 2005.

HARARI, Y. N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018.

HOBBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994

JOVCHELOVITCH, S. *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*. Brasília: Unesco, 2013.

JUCÁ, B. "O coronavírus está quebrando a nossa crença", o luto imposto aos povos indígenas na pandemia. *El País*, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gDwxgm>. Acesso em: 25 out. 2022.

JUDENSNAIDER, I. Contágio: o discurso do medo. *Prometeica - Revista de Filosofía y Ciencias*, n. 6, p. 5, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sG0gpL>. Acesso em: 27 out. 2022.

JUDENSNAIDER, I. *A imortalidade da alma na obra do Rabino Mosseh Rephael d'Aguilar: a contribuição da releitura renascentista dos clássicos gregos para o debate sobre a dualidade entre corpo e alma*. 2005. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3FgpJzy>. Acesso em: 25 out. 2022.

JUDENSNAIDER, I.; FIGUEIROA, S. F. de M.; SANTOS, F. S. dos. Contato: a mulher cientista no cinema. *Prometeica - Revista de Filosofía y Ciencias*, n. 19, p. 80-92, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3f8J76T>. Acesso em: 25 out. 2022.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LINS, S. L. B.; LIMA-NUNES, A.; CAMINO, L. O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 95-105, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/LNjigUI>. Acesso em: 27 out. 2022.

LOBATO, M. *Contos completos*. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

LOPES, A. M. D'Á. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, p. 67-81, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3gLy4kl>. Acesso em: 26 out. 2022.

MARTINS, M. V. O criacionismo chega às escolas do Rio de Janeiro: uma abordagem sociológica. *Revista ComCiência*, Campinas, n. 56, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3NjtdU5>. Acesso em: 25 out. 2022.

MARTINS, M. V. De Darwin, de caixas-pretas e do surpreendente retorno do criacionismo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 739-756, set./dez. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3DEtgBU>. Acesso em: 27 out. 2021.

MASCARENHAS, A. O. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 2, p. 1-7, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/zNpg5YT>. Acesso em: 25 out. 2022.

MASIERO, L. M. Etnocirugías en Brasil: identidad, multiculturalismo y globalización. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 3, n. 5, p. 99-110, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3zmbZPV>. Acesso em: 26 out. 2022.

MATOS, J. C. As mútuas negações do criacionismo e do evolucionismo: suas origens e efeitos na cultura contemporânea. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão/UFS, n. 1, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Ds4ucK>. Acesso em: 25 out. 2022.

MELO, M. P. Entre igualdade e diversidade: globalização, migrações, direitos humanos e relações interculturais. In: PRONER, C.; BARBOZA, E. M. de Q.; GODOY, G. G. de (org.). *Migrações, políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha*. Curitiba: Juruá, 2015.

MENESES, P. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TGD20q>. Acesso em: 26 out. 2022.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, v. 14, p. 223-237, 2010.

MORAES, A. P. Q. de. Multiculturalismo e identidade: o papel dos meios de comunicação e da escola. *Comunicação & Educação*, n. 21, p. 37-42, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3f32dLS>. Acesso em: 26 out. 2022.

MOREIRA, C. R. B. S.; SILVA, P. V. B. da. Ações afirmativas fazem diferença? *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 6, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3SwV8R7>. Acesso em: 25 out. 2022.

MOTTA, L. E. Estado e sociedade civil num contexto democrático: arenas de conflitos e de constituição de direitos. *Alceu*, v. 8, n. 6, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3gBQ4xB>. Acesso em: 27 out. 2022.

OAB MATO GROSSO DO SUL. *Nota de esclarecimento*, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3TFHX1K>. Acesso em: 25 out. 2022.

PATY, M. A ciência e as idas e voltas do senso comum. *Scientiae Studia*, v. 1, p. 9-26, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/2No4Un6>. Acesso em: 25 out. 2022.

PINEZI, A. K. M. Infanticídio indígena, relativismo cultural e direitos humanos: elementos para reflexão. *Aurora Revista de Arte, Mídia e Política*, n. 8, p. 33, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3syGnmi>. Acesso em: 26 out. 2022.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, p. 43-55, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3gwlt3m>. Acesso em: 25 out. 2022.

ROCHA, E. P. G. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, B. de S. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento – entrevista com Boaventura de Sousa Santos. *Educação & realidade*, v. 26, n. 1, p. 13-32, jan./jul. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3zG1mrB>. Acesso em: 26 out. 2022.

SANTOS, J. L. dos. *O que é cultura*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3W2q9Q3>. Acesso em: 26 out. 2022.

SARMENTO, C. Países da Europa vêm proibindo véus islâmicos nos últimos anos. *O Globo*, 19 ago. 2018. Disponível em: <http://glo.bo/3DBX0Eg>. Acesso em: 26 out. 2022.

SCHLICHTING, J. Métodos e técnicas em antropologia cultural. *Módulo do curso Arteduca: arte, educação e tecnologias contemporâneas*. Brasília: UnB, 2012.

SILVA, N. M. da. Globalização e diversidade cultural: o caso do Mangubeat na música brasileira contemporânea. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 9, p. 59-82, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/PN7DLQ9>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SILVA, S. A. da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos avançados*, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3Dv8icb>. Acesso em: 26 out. 2022.

SILVEIRA, L. S.; LEÃO, N. S. O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015). *Revista Latinoamericana de Población*, v. 14, n. 27, p. 41-76, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/ONJTB7n>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SIQUEIRA, E. D. *Antropologia: uma introdução*. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2007.

SOUZA, C. N. de et al. Determinismo e possibilismo: uma análise epistemológica e crítica. *Maiêutica-Geografia*, Indaial, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3TPunIK>. Acesso em: 25 out. 2022.

SOUZA, V. *Digital influencers: um estudo sociológico sobre o empreendedorismo digital e a cultura da recomendação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3DCccAX>. Acesso em: 27 out. 2022.

TOKARNIA, M. Após 7 anos em queda, diferença salarial de homens e mulheres aumenta: dados foram compilados por uma plataforma de bolsas no ensino superior. *Agência Brasil*, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3DAxyPg>. Acesso em: 26 out. 2022.

TUMOLO NETO, R. J. Identidade cultural e globalização: contradições aparentes em um mundo multicultural e convenientemente inclusivo. *Projeção e Docência*, v. 7, n. 1, p. 33-39, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3TCU4wE>. Acesso em: 26 out. 2022.

UEBEL, R. R. G.; RÜCKERT, A. A. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. *Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 31, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Dwz7xD>. Acesso em: 26 out. 2022.

UNESCO. *Relatório mundial da Unesco. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Fdqlpt>. Acesso em: 25 out. 2022.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://uni.cf/2TsPK7X>. Acesso em: 25 out. 2022.

VIEIRA, M. C. A exposição antropológica brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horizontes antropológicos*, v. 25, p. 317-357, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3TVz0Be>. Acesso em: 25 out. 2022.

VOROBIEFF, A. *Identidade e memória da comunidade russa na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.



Lined writing area with horizontal ruling lines.



Informações:
www.sepi.unip.br ou 0800 010 9000